



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

IX Legislatura

Número: 124

IV Sessão Legislativa

Horta, terça-feira, 14 de fevereiro de 2012

Presidente: *Deputado Francisco Coelho*

Secretários: *Deputados José Ávila e Cláudio Lopes*

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 10 minutos.

Sumário

A sessão iniciou-se com o **debate de urgência sobre o “conteúdo do Acordo de Cooperação e Entendimento que está a ser negociado entre o Governo da República e o Governo Regional dos Açores”**, apresentado pela Representação Parlamentar do PPM;

Após a intervenção do Sr. Deputado Paulo Estêvão, seguiu-se a intervenção do Sr. Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (*Sérgio Ávila*).

No debate, usaram da palavra os Srs. Deputados Zuraida Soares (*BE*), Aníbal Pires (*PCP*), Francisco César (*PS*), António Marinho (*PSD*), Artur Lima (*CDS/PP*) e ainda o Presidente do Governo Regional dos Açores (*Carlos César*).

Dando continuidade à Agenda da Reunião, seguiu-se o **Recurso quanto aos fundamentos da rejeição do Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º**

4/2012 – “**cria um apoio extraordinário para os funcionários da administração regional que foram abrangidos pela suspensão de subsídios prevista no artigo 21.º da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para 2012**”, apresentado pela Representação Parlamentar do PCP;

Sobre o mesmo usaram da palavra os Srs. Deputados Aníbal Pires, para apresentar os fundamentos do recurso, Berto Messias (*PS*), Paulo Estêvão (*PPM*), Zuraída Soares (*BE*), Costa Pereira (*PSD*) e Artur Lima (*CDS/PP*).

Submetido à votação, o recurso apresentado foi rejeitado por maioria.

Proferiram declarações de voto os Srs. Deputados Aníbal Pires (*PCP*), Zuraída Soares (*BE*), Berto Messias (*PS*) e Artur Lima (*CDS/PP*).

Usou ainda da palavra para um protesto o Sr. Deputado Aníbal Pires (*PCP*).

O terceiro ponto da Agenda da Reunião, a **Proposta de Resolução n.º 1/2011 – “Conta de Gerência da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores referente ao ano de 2010”**, apresentada pela Mesa da Assembleia, foi aprovado por unanimidade.

Posteriormente iniciou-se o debate do **Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 12/2011 – “primeira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 36/2002/A, de 28 de novembro e ao Decreto Legislativo Regional n.º 10/2006/A, de 20 de março, referente às Insígnias Honoríficas Açorianas”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Nele participaram os Srs. Deputados Clélio Meneses, a quem coube a apresentação do diploma, Hernâni Jorge (*PS*), Paulo Estêvão (*PPM*), Zuraída Soares (*BE*), Aníbal Pires (*PCP*), Luís Silveira (*CDS/PP*), Artur Lima (*CDS/PP*), o Sr. Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*) e ainda o Sr. Presidente do Governo Regional dos Açores (*Carlos César*).

Submetido à votação, o Projeto de Decreto Legislativo Regional foi rejeitado por maioria,

O debate da **Petição n.º 15/2011 – “informação sobre calendário e prazos para extensão do cabo submarino de fibra ótica às Ilhas das Flores e do Corvo”**, apresentada por Nelson Fraga Silveira Mateus, na qualidade de

primeiro subscritor, iniciou-se com a leitura do relatório da Comissão Política Geral.

Apresentado o relatório pelo relator da Comissão, Sr. Deputado António Pedro Costa (*PSD*), seguiram-se as intervenções dos Srs. Deputados José Francisco Fernandes (*PSD*), Paulo Rosa (*CDS/PP*), José Gabriel Eduardo (*PS*), Zuraída Soares (*BE*), Aníbal Pires (*PCP*) e Paulo Estêvão (*PPM*).

Seguiu-se a apresentação da **Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 26/2011 – “quarta alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 28/2000/A, de 10 de agosto, que estabelece o regime de licenciamento, de exploração e registo de máquinas de diversão”**.

Após a intervenção do Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*), seguiu-se a votação que registou a aprovação por unanimidade, tanto na generalidade, como em votação final global.

Os trabalhos terminaram às 18 horas e 31 minutos.

Presidente: Muito bom dia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sr. Vice-Presidente do Governo e restantes Membros do Governo.

Vamos iniciar os nossos trabalhos do período legislativo de fevereiro.

Vamos começá-los, naturalmente, com a chamada.

Eram 10 horas e 10 minutos.

Procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Deputados:

Partido Socialista (PS)

António Gonçalves Toste **Parreira**

Bárbara Pereira Torres de Medeiros **Chaves**

Benilde Maria Soares Cordeiro de **Oliveira**

Berto José Branco **Messias**

Carlos Alberto Medeiros **Mendonça**

Catarina Paula Moniz **Furtado**
Cecília do Rosário Farias **Pavão**
Duarte Manuel Braga **Moreira**
Francisco Alberto Valadão **Vaz**
Francisco Miguel Vital Gomes do Vale **César**
Francisco Manuel **Coelho** Lopes Cabral
Hernâni Hélio **Jorge**
Isabel Maria Duarte de Almeida **Rodrigues**
João Oliveira **Teves**
José **Gabriel** **Eduardo**
José Gaspar Rosa de **Lima**
José Manuel Gregório de **Ávila**
José de Sousa **Rego**
José Carlos Gomes **San-Bento** de Sousa
Lizuarte Manuel **Machado**
Lúcio Manuel da Silva **Rodrigues**
Maria da **Piedade** Lima **Lalanda** Gonçalves Mano
Nélia Maria Pacheco **Amaral**
Nélia Maria Brito **Nunes**
Paula Cristina Dias **Bettencourt**
Ricardo Bettencourt **Ramalho**
Ricardo Manuel Viveiros **Cabral**
Rogério Paulo Lopes Soares **Veiros**

Partido Social Democrata (PSD)

Aida Maria Melo Amaral Reis
António Augusto Batista Soares **Marinho**
António Pedro Rebelo **Costa**
Cláudio José Gomes **Lopes**
Clélio Ribeiro Parreira Toste **Meneses**
Duarte Nuno d'Ávila Martins de **Freitas**

Francisco da Silva Álvares

João Luís Bruto da Costa Machado da Costa

Jorge Alberto da Costa Pereira

José Francisco Salvador Fernandes

Luís Carlos Correia Garcia

Mark Silveira Marques

Paulo Jorge Silva Ribeiro

Pedro António de Bettencourt Gomes

Rui Manuel Maciel Costa de Oliveira Ramos

Partido Popular (CDS/PP)

Abel Jorge Igrejas Moreira

Artur Manuel Leal de Lima

Luís Virgílio de Sousa da Silveira

Paulo Jorge Santiago Gomes da Rosa

Bloco de Esquerda (BE)

Mário Manuel de Castro Moniz

Zuraida Maria de Almeida Soares

Coligação Democrática Unitária (PCP-PEV)

Aníbal da Conceição Pires

Partido Popular Monárquico (PPM)

Paulo Jorge Abraços Estêvão

Presidente: Estão presentes 51 Sras. e Srs. Deputados, o que significa que temos quórum.

Declaro aberta a sessão. Pode entrar o público.

Vamos iniciar os nossos trabalhos com um debate de urgência, proposto pela Representação Parlamentar do PPM, sobre o “conteúdo do Acordo de

Cooperação e Entendimento que está a ser negociado entre o Governo da República e o Governo Regional dos Açores”.

Rege nesta matéria os artigos 185º e 186º do nosso Regimento.

A Conferência de Líderes organizou o debate tendo atribuído os seguintes tempos:

Proponente, Governo e PS, cada um e respetivamente - 30 minutos

PSD – 20 minutos

CDS/PP – 15 minutos

BE – 13 minutos

PCP – 10 minutos

Também de acordo com o estabelecido no Regimento e com o combinado na Conferência de Líderes, para iniciar o debate, dou a palavra ao proponente, Sr. Deputado Paulo Estêvão.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sr. Presidente, Srs. Deputados Srs. Presidente e Membros do Governo:

“Que todos nós aqui presentes solenemente admitamos que esses homens não morreram em vão, que esta Nação, com a graça de Deus, renasça na liberdade, e que o governo do povo, pelo povo e para o povo jamais desapareça da face da terra”. Esta frase do Presidente Abraham Lincoln é a minha definição favorita da democracia: “o governo do povo, pelo povo e para o povo”.

Quase 150 anos depois de ter sido proferido este discurso, “o governo do povo, pelo povo e para o povo volta a ser uma utopia pela qual temos de voltar a lutar com toda a determinação, com todo o desejo de liberdade que alimenta as nossas almas e com toda a dignidade de quem já conheceu o viciante sabor da liberdade.

Aqui, neste sítio que um dia já foi tudo o que restou da liberdade nacional. Aqui, de onde um dia partiram as naus liberais que derrotaram a tirania e enterraram a Inquisição. Aqui, nas ilhas que têm como símbolo o voo indomável da liberdade. Aqui é o sítio, o melhor lugar, para derrotar os que não governam em nome dos povos e para os povos.

Por isso, e em nome do povo, provoquei este Debate de Urgência no Parlamento do Povo dos Açores. Para que o povo seja ouvido e possa decidir livremente sobre um assunto a respeito do qual a sua opinião não foi sufragada. Para que o povo seja informado das negociações em curso entre o Governo da República e o Governo Regional dos Açores no âmbito do que o Presidente do Governo Regional dos Açores chamou, no dia 27 de dezembro de 2011, “Protocolo de Colaboração e Entendimento”.

Para que se conheça, de forma pormenorizada, o que propõe o Governo da República e o Governo Regional no âmbito desse Protocolo. Queremos e temos o direito a exigir, em nome do povo que aqui representamos, todas as propostas e todos os argumentos.

Meus senhores. Este glorioso Parlamento, símbolo maior da liberdade açoriana, não será ignorado neste assunto e nesta conjuntura de enorme gravidade. Este Parlamento não será humilhado como o foram a Assembleia da República e a Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira, respetivamente no âmbito da negociação do Memorando de Entendimento da Troika e do Programa de Ajustamento Económico e Financeiro da Madeira. Esses parlamentos não foram ouvidos. Esses parlamentos e o povo que representam foram ignorados.

É por isso que nós, deputados dos Açores, temos de marcar uma linha firme, inflexível e inabalável neste debate tão transcendental para as vidas dos açorianos. Temos de ganhar esta batalha por nós, pelo Povo dos Açores. Mas temos de ganhar também, como em muitos outros momentos da nossa História, pelos outros. Por todos aqueles que não puderam decidir. Pelos milhares de portugueses que suportam hoje políticas e tremendos sacrifícios negociados nas suas costas.

Temos o dever de ganhar por eles. Temos o dever de ganhar em nome de todos os portugueses que se sentiram envergonhados e ultrajados pela forma como os seus tremendos sacrifícios são decididos por uma conversa de 52 segundos do nosso suplicante ministro com um ministro alemão. Não em nosso nome. Não sem o nosso conhecimento. Não sem a nossa autorização.

Sr. Presidente, Srs. Deputados Sr. Presidente e Membros do Governo:

A vitória açoriana de que vos falo consiste em ser informados onde os outros foram ignorados. Em ser ouvidos onde os outros não o foram. Em decidir onde os outros não puderam decidir.

Esta é a medida da nossa vitória. Derrotar a política do *bunker*. Derrotar toda e qualquer negociação secreta e sem transparência democrática. Temos o direito de saber o que nos propõem os governos da República e da Região. Temos o direito a exigir coragem a quem negocia nas sombras do medo da opinião pública e dos parlamentos. Queremos que nos digam, olhos nos olhos, o que nos querem exigir.

E não nos digam que os mercados financeiros ficam nervosos. Não nos digam que a Alemanha não gosta. Não nos digam que a Troika proíbe. Não nos digam que somos piegas.

Nós não delegamos. Nós não temos medo. Nós temos opinião. Nós não abdicamos de decidir.

Meus senhores. Sr. Secretário da Presidência. Disse o senhor que este debate de nada servirá. Está V. Ex.^a redondamente enganado. Tenho a certeza que o Governo Regional dos Açores responderá às questões que lhe forem colocadas pelos deputados desta Câmara, mais que não seja pela simples razão que esse é o seu dever e a sua obrigação constitucional e estatutária.

Os deputados desta casa não esperam menos que isso. V. Ex.^a enganou-se e eu acredito firmemente que o Governo não o acompanhará nessa desgraçada e precipitada declaração.

A questão aqui é muito simples. O que está em causa são matérias de transcendente interesse para o futuro desta Região e para as condições de vida da generalidade dos açorianos. O Parlamento tem o dever de promover um debate democrático e amplamente participado sobre este assunto. O Governo tem o dever de responder, com verdade e nada mais que a verdade, sobre esta questão. É tão simples e claro como isto.

Vejamos os factos. Numa nota divulgada pelo gabinete de apoio à comunicação social, no dia 27 de dezembro de 2011, é possível encontrar a seguinte

declaração do Presidente do Governo Regional: “decorrem, como sabem, conversações com o Governo da República, designadamente no âmbito da revisão do memorando da “Troika” que também está a ser feita ao nível nacional e da elaboração de um protocolo de colaboração e entendimento entre o Governo da Região e o Governo da República, no qual poderá estar incluída uma alteração da diferenciação fiscal nos Açores, para menos”.

Nenhuma dúvida, portanto, em relação à existência de “conversações” que decorrem há muitos meses. A menos que estas conversações possuam o elevadíssimo nível de debate e aprofundamento verificado no âmbito da negociação realizada, no dia 10 de janeiro, entre o nosso Ministro das Finanças e o Ministro das Finanças da Tutela, é espectável presumir que existam propostas escritas, de ambos os lados. Isto fazendo fé que o conhecimento da escrita que herdamos, há cerca de seis mil anos, da Civilização Suméria ainda não se perdeu.

Penso que não estarei a ser excessivamente otimista se presumir que assim é. De qualquer forma – e acautelando o novo e pelos vistos triunfante – conceito de negociação informal desenvolvido recentemente pelo Secretário da Presidência, reclamo um pequeno esforço de memória ao Governo Regional.

Assim, solicito que o Governo Regional responda às questões que colocarei de seguida. Aviso já que não me importo muito com a forma informal ou formal das respostas que me serão dadas. Só quero mesmo é que este Parlamento e a população sejam devidamente informados.

1. Em algum momento o Governo Regional solicitou um contrato de financiamento – ou qualquer outro mecanismo com o mesmo fim – do Protocolo de Colaboração e Entendimento que está a negociar com o Governo da República?

2. O Governo da República abordou, no âmbito das negociações em curso, o fim da remuneração compensatória? Em caso afirmativo, que respondeu o Governo Regional?

3. Qual a percentagem de diferenciação fiscal proposta pelo Governo da República no âmbito das taxas de IRC, IVA e IRS? **Deputado Francisco César (PS):** Está no Memorando de Entendimento!

O Orador: Qual foi a contraproposta do Governo Regional?

4. O Governo Regional aceitará a redução do número de trabalhadores em funções públicas na Região? Se a resposta for sim, qual foi a percentagem de redução que propôs ou que aceitou?

Deputado Francisco César (PS): Sr. Deputado, leia o Memorando!

O Orador: 5. O Governo da República faz questão de colocar no Protocolo a suspensão dos subsídios de Natal e de Férias no âmbito da administração regional? O Governo Regional aceitou esta condição?

6. O Governo da República propôs uma redução ainda mais substancial de cargos dirigentes e de unidades administrativas? O que propôs o Governo Regional nessa matéria?

7. Está a ser negociada alguma proposta, alguma alteração das taxas do imposto sobre os Produtos Petrolíferos?

8. Estão a ser negociadas medidas que impliquem a redução de custos nos sectores da saúde e da educação?

9. Que medidas estão a ser negociadas no âmbito do sector empresarial público regional?

10. O Governo da República, no âmbito da negociação do Protocolo, apresentou propostas que impliquem a redução das transferências do Orçamento de Estado para a Região, nomeadamente através da alteração, em baixa, dos mecanismos de cálculo previstos na atual Lei das Finanças Regionais? Qual o estado atual da negociação sobre esta matéria?

Presidente do Governo Regional dos Açores (Carlos César): Continue a ler o Memorando de Entendimento relativamente à Madeira!

O Orador: Na próxima intervenção voltarei a colocar mais questões concretas.

Sr. Presidente, Srs. Deputados Srs. Presidente e Membros do Governo:

Termino esta primeira intervenção com uma apreciação política em relação à forma como o Governo Regional está a conduzir estas negociações. Para além

das questões vitais e nucleares do direito à informação e participação da população em relação a qualquer assunto público de grande relevância, o Governo Regional comete um erro grave quando prescinde da colaboração do Parlamento nestas negociações.

Presidente do Governo Regional dos Açores (*Carlos César*): É falso!

O Orador: Neste âmbito convém frisar que considero que o Governo Regional não possui legitimidade política para assumir compromissos desta magnitude no término da atual legislatura. Na minha perspetiva, o Governo Regional, com esta atitude, enfraquece o poder negocial da Região e prejudica, a médio prazo, a estabilidade do sistema político regional.

O que explica, então, esta postura negocial do Governo Regional? A resposta parece-me óbvia. A saúde económica e a sustentabilidade, a curto e médio prazo, das responsabilidades orçamentais da Região encontra-se muito mais fragilizada do que o Governo Regional está pronto para admitir a tão poucos meses das eleições.

Esta estratégia de negociação tem, por isso, uma natureza eminentemente eleitoralista. No final do processo, o Governo Regional reclamará o mérito do pouco que conseguir e endossará ao Governo da República a responsabilidade do muito que nos prejudicará.

Nestas circunstâncias, comprometo-me com um grande conjunto de iniciativas que permitam fornecer informação essencial à cidadania, garantido, em simultâneo, o aprofundamento do debate construtivo sobre estas questões tão essenciais.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): O que é que isso significa?

O Orador: O que quer dizer na prática, é o seguinte, Sr. Secretário da Presidência:

Assim, aproveito esta oportunidade para anunciar que, ainda nesta sessão plenária, apresentarei uma iniciativa parlamentar, de natureza urgente, no sentido de permitir uma definição atempada e politicamente alargada do

interesse regional no âmbito da anunciada alteração da Lei de Finanças Regionais. É isto que isto quer dizer.

Disse!

Presidente: De acordo com o combinado em Conferência de Líderes, o Governo, querendo, pode intervir.

Sr. Vice-Presidente tem a palavra.

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores** (*Sérgio Ávila*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo: Sobre esta intervenção inicial do Sr. Deputado Paulo Estêvão gostaria de clarificar dois aspetos que consideramos fundamentais nesta matéria.

Primeiro:

Conforme tivemos oportunidade de comunicar a esta Assembleia e de esclarecer em sede de comissão, através de uma audiência do Sr. Presidente do Governo ao Sr. Primeiro-Ministro, em julho, e na sequência da mesma, no dia 7 de setembro foi enviada uma carta ao Governo da República propondo a celebração de um Protocolo de Colaboração e Entendimento entre o Governo Regional e o Governo da República.

A essa mesma intenção de um Protocolo de Colaboração e Entendimento foi respondido positivamente pelo Gabinete do Sr. Primeiro-Ministro durante o mês de setembro e comunicado a esta Assembleia.

Após essa definição do enquadramento de relacionamento, o protocolo tem quatro vetores fundamentais:

Em primeiro lugar, definir e quantificar aquilo que deve ser a participação da Região no esforço de consolidação orçamental e financeira do País;

Segundo, contratualizar a calendarização das medidas constantes no Memorando da Troika que, fazendo referência às Regiões Autónomas não tinham a devida calendarização e forma de operacionalização;

Em terceiro lugar, estabelecer o relacionamento financeiro sem prejuízo da Lei de Finanças Regionais entre a República e a Região;

Em quarto lugar, assegurar os mecanismos de acesso da Região ao sistema financeiro.

São esses os quatro princípios que norteiam esse protocolo. Foi isso que foi entendido entre as duas partes, no mês de setembro. A partir dessa altura não houve, em relação a este mesmo protocolo, um desenvolvimento de reuniões concretas sobre o mesmo.

O Governo Regional tem reunido normalmente, quer com o Governo da República, quer com a equipa que acompanha a implementação do programa da Troika em Portugal, no âmbito da análise da execução orçamental, no âmbito da análise da execução financeira da Região e do seu respetivo contributo para o cumprimento dos compromissos internacionais que o País assume, mas sobre este mesmo protocolo não houve reuniões específicas a partir deste momento.

É bom lembrar, por isso referi o mês de setembro, que a partir desta altura aconteceu algo que ninguém estava à espera, que foi concretamente a descoberta do buraco orçamental na Madeira e a respetiva canalização de recursos, de atenções e de preocupações para a existência do necessário programa de ajustamento da Madeira, em relação à realidade orçamental do País.

Aqui quero precisar que isto é o cerne da questão.

Ao contrário do que por vezes se fala e se diz em algumas palavras, nos Açores estamos a procurar um programa de colaboração e entendimento. Colaboração, no sentido de conjugar vontades para cumprir objetivos comuns. Não estamos nos Açores a falar de um programa de ajustamento.

Aquilo que o Sr. Deputado Paulo Estêvão aqui citou, no conjunto de perguntas que fez, não foi mais nem menos do que pegar no Programa de Ajustamento Económico e Financeiro da Região Autónoma da Madeira e perguntar se essas medidas se aplicariam nos Açores.

Quero dizer que, como o próprio nome diz, um programa de ajustamento visa ajustar o desequilíbrio orçamental que a Madeira tem. A Madeira tem neste momento um défice orçamental identificado de 850 milhões de euros, por isso, este programa aplicado à Madeira, implica um conjunto de medidas de redução da despesa e um conjunto de medidas de aumento da receita para que a Madeira reponha o equilíbrio orçamental que perdeu.

O conjunto de medidas do lado da despesa e da receita implica a redução da despesa e o aumento de receitas no montante de 850 milhões de euros, precisamente com esse objetivo.

A grande diferença é que o défice da Madeira é 54 vezes (repito: 54 vezes) superior àquele que é o dos Açores.

Por isso, os Açores não têm necessidade de um programa de ajustamento orçamental, porque por si só conseguiu concretamente equilibrar as suas contas e não contribuiu, em 2012, com qualquer percentagem para o défice do Estado.

Por isso, o programa de ajustamento que é feito na Madeira, que visa criar o equilíbrio orçamental, não é necessário ser feito nos Açores, porque os Açores atingiram já o seu equilíbrio orçamental.

Aliás, a demonstração clara dessa diferenciação é o último Relatório de Avaliação do Memorando da Troika. Seria oportuno que os Srs. Deputados tivessem consultado antes deste debate.

Como podem conferir, a última avaliação da Troika, quando veio a Portugal, impôs claramente a exigência de um programa de ajustamento para a Região Autónoma da Madeira identificando o conjunto de medidas necessárias a fazer na Madeira.

Em relação à Região Autónoma dos Açores foi omissa completamente nesta matéria, ou seja, a Troika reconheceu que não é necessário qualquer programa de ajustamento em relação à Região Autónoma dos Açores.

Neste contexto importa, por isso, não confundir realidades distintas. Importa clarificar que aquilo que foi, e é necessário, o ajustamento a ser feito na Madeira, deriva de um desequilíbrio orçamental que a Madeira tem e que os Açores não tem.

Por isso, quando a nossa participação é no âmbito da cooperação e da colaboração, não tem a ver com a necessidade de impor medidas adicionais que levem ao equilíbrio orçamental, porque já atingimos esse equilíbrio orçamental.

Neste contexto, não fará qualquer sentido aquelas que são as preocupações do Sr. Deputado Paulo Estêvão.

Neste contexto, também importa dizer que aquilo que a Madeira tem que fazer, obrigada e com grande sacrifício para os madeirenses, os Açores não têm que fazer, porque os Açores, se calhar, no passado, gastaram menos para poder continuar a gastar e a investir no futuro.

Fizemos só aquilo que pudemos pagar.

Deputados Francisco César e Ricardo Cabral (PS): Muito bem!

O Orador: Fizemos aquilo que conseguíamos para manter a sustentabilidade da nossa Região, para poder continuar no futuro a fazer, a desenvolver e a investir no apoio às famílias e às empresas.

Foi esse o nosso objetivo. Foi essa a nossa política.

Por isso mesmo, hoje, estamos a falar da forma como podemos colaborar com a República para cumprir as metas definidas para o País a nível internacional e não a forma como temos que acrescentar sacrifícios adicionais na Região, para a Região repor o equilíbrio e minimizar o contributo negativo para as contas públicas nacionais, que é o caso da Madeira.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: É esta a nossa diferença! É esta a nossa realidade.

Por isso encaramos com naturalidade, sem emergência e sem precipitação, uma perspetiva de cooperação com a República.

Queremos cooperar com o Governo da República, mas cooperar em igualdade de circunstâncias.

Somos um parceiro ativo e construtivo para que o País cumpra as suas metas de consolidação orçamental.

Somos um contributo positivo para o País. Não somos um peso para o País. Isso diferencia-nos das outras regiões.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Não te estiques!

Deputado João Costa (PSD): Quantos milhares de postos de trabalho vão criar?

O Orador: Orgulha os Açores, orgulha os açorianos e dá-nos um capital de reivindicação e de negociação que nos levará, com certeza, a que do custo deste

processo os Açores serão protegidos e terão a continuação desta política de equilíbrio orçamental para bem dos açorianos.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, estão abertas as inscrições.

(Pausa)

Vou repetir: Sras. e Srs. Deputados, estão abertas as inscrições.

(Pausa)

Se não houver inscrições vamos encerrar o debate.

Sra. Deputada Zuraida Soares tem a palavra.

Deputada Zuraida Soares (BE): Sr. Presidente da Assembleia Legislativa, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

O Bloco de Esquerda/Açores considera esta iniciativa da Representação Parlamentar do PPM, plena de oportunidade e claramente justificada.

Neste momento, com o acordo do PS, PSD e CDS, temos pela frente a revisão da Lei de Finanças Regionais.

Os Partidos da Troika, aqui, nos Açores, assumiram tornar a vida dos/as Açorianos/as ainda mais difícil e degradar ainda mais a economia da Região.

Em segredo, o Governo Regional – que defendeu o acordo da Troika, juntamente com o PSD e o CDS – quer esconder dos/as Açorianos/as que, para além das medidas como o roubo dos subsídios de férias e de Natal, bem como o aumento generalizado dos impostos (em linha como resto do país), se preparam novos aumentos de impostos, especificamente para os Açores.

Desde logo, com a diminuição do diferencial, em relação ao continente de, pelo menos, 10% do IRC e do IRS, a que se poderá somar um novo aumento do IVA.

Só esta medida significa, para a nossa Região, somar crise à crise.

No debilitado tecido empresarial dos Açores e no depauperado poder de compra das famílias, PS, PSD e CDS apressam-se a lançar mais um duro golpe.

E a tragédia não para aqui. Prepara-se o aumento do IMI sobre as habitações próprias, a somar às quebras das deduções – juros de habitação, saúde, educação -, em sede de IRS.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): É só para os ricos!

A Oradora: Mas se tudo isto já mete medo, temos que contar ainda com a quebra das transferências do Orçamento de Estado para a Região. Este ano, já foram 17 milhões de euros a menos; para o ano, no mínimo, serão outros 17 milhões de euros. E, como se não bastasse, a soma do aumento de impostos arrecadados na Região não fica na Região, uma vez que é descontado nas transferências da República.

Se é isto que decorre claramente do acordo com a Troika, como o Governo PSD/CDS assume que é mais troikista do que a Troika, as medidas plasmadas na nova lei (que o segredo esconde) podem ainda ser mais gravosas.

Este cenário demonstra a razão de tanto segredo. A arte da malabarice consiste em fazer crer que os partidos da Troika, nos Açores, nada têm a ver com o assunto e fazer passar a ideia que a culpa é do governo da República e do PS nacional.

O Bloco de Esquerda/Açores, perante a imposição da revisão da Lei de Finanças Regionais, constante do Memorando de Entendimento, assumiu – há meses, nesta Casa – e de forma clara, a necessidade de lutar por uma lei só para os Açores, separando-nos do processo da Madeira. Simultaneamente, desenvolvermos uma estratégia negocial – assente no mais amplo consenso possível, nesta Assembleia – que tivesse em conta a melhor saúde financeira (inegável!) da nossa Região, em relação à Madeira, assim minimizando estes impactos negativos, já anunciados, para os Açores.

Na altura – e foi há muito pouco tempo –, o coro de acusações de insensatez levantou-se, nas bancadas da direita, neste Parlamento. Cabe, agora, perguntar quem é que é afinal insensato?

Deputado Artur Lima (CDS/PP): É o Bloco de Esquerda!

A Oradora: Quem é que põe os interesses dos Açores e dos/as Açorianos/as em primeiro lugar? No concreto, entendamo-nos, Sras. e Srs. Deputados, e não na simples retórica?

A política da Troika está a levar o País para o abismo. Ao paralisar a capacidade do País de crescer economicamente, provoca mais e mais falências, mais e mais desemprego, mais e mais sofrimento, nos lares portugueses. Apesar de todos os sacrifícios, a dívida já aumentou, desde Maio passado, 6 mil milhões de euros e, em 2013, corresponderá a 120% do Produto Interno Bruto. A receita da Troika não salva o País. Estrangula-o. E, por contágio, como é óbvio, os Açores também estão a sofrer, com o número recorde de desempregados e de pobres, à mistura com uma recessão económica profunda.

As novas medidas contra os/as Açorianos/as só vão agravar esta situação.

Torna-se, pois, patético assistir (numa manobra de baixa política) às exigências da Dra. Berta Cabral, ao falar do segredo do Governo Regional e exigindo fazer parte deste segredo – como se o segredo não tivesse sido construído a três: PS, PSD e CDS.

Mas bem percebemos a manobra dos Partidos da Troika. Basta ouvir as declarações de pré-campanha dos principais candidatos destes partidos.

Acenam com promessas de que, em cem dias, atacam o problema do desemprego jovem, mas, evidentemente, só depois de ganhar as eleições. Talvez até as ganhasse, se aplicasse estas medidas, no imediato. Acenam com trocadilhos balofos, do tipo os “Açores económico” que, na prática, significam coisa nenhuma.

Promessas e mais promessas que sabem que não vão cumprir, pois as medidas que apoiam vão aumentar as falências, o desemprego e as dificuldades, nesta Região.

Chegados ao governo, já antevemos o discurso: - afinal, não podemos fazer nada, mas a culpa não é nossa, é de outros.

Os cerca de 60 milhões de euros do roubo dos subsídios de Natal e de férias deste ano, juntamente com o do ano passado, faziam mais pela economia dos Açores do que muitos remendos que os planos de apoio às empresas representam.

Sem poder de compra não se vende, sem vendas não há empresas que prosperem. Depauperar, ainda com mais impostos, as empresas e as famílias, é lançar gasolina na fogueira.

Este plano troikista é, hoje, um imperativo nacional, apesar de, cada vez mais, percebermos que só vai agravar a situação do País. Se dúvidas tivéssemos, Sras. e Srs. Deputados, teriam bastado o que vimos e ouvimos, segredado, em 53 fatais segundos de televisão. Mas esta hemorragia de dinheiro é essencial, para pagar os juros impostos pela Troika, ou seja, mais de 34,4 mil milhões de euros, a que se juntarão mais 700 milhões de euros de comissões. Tudo para os nossos “amigos” e “salvadores”.

Renegociar a dívida e auditá-la é o único caminho para parar esta sangria e investir na reanimação da economia.

Mas, se os partidos da Troika continuam amarrados a esta política de desastre eminente, pelo menos, deixem de mentir aos/às Açorianos/as. E, na defesa dos Açores e em nome da nossa situação concreta, vamos impedir o desastre para a nossa Região que é a nova Lei de Finanças Regionais.

Disse.

Deputado Mário Moniz (BE): Muito bem!

Presidente: Sr. Deputado Aníbal Pires tem a palavra.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Quero começar por saudar esta iniciativa da Representação Parlamentar do PPM. De facto, é pertinente, uma vez que, e apesar daquilo que o Sr. Vice-Presidente nos disse,...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não disse!

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Sobre os Açores, nada!

O Orador: ... a verdade é que não tem havido nenhum envolvimento, um envolvimento direto deste Parlamento, dos representantes do povo açoriano, nas negociações que o Governo Regional mantém com o Governo da República, independentemente da designação que V. Exa. lhe quiser dar, se é acordo ou se não é acordo.

Queria também dizer o seguinte. A posição do PCP tem sido clara relativamente a esta questão. Infelizmente o tempo tem vindo a dar-nos razão.

O Memorando de Entendimento, o resgate financeiro, constituiu-se como uma agressão ao país, como uma agressão à Região Autónoma dos Açores.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): E a solução?

O Orador: O tempo tem vindo a dar-nos razão. À medida que foram sendo implementadas as medidas de contenção, de austeridade, como lhe queiramos chamar, à medida que elas foram sendo aplicadas, à medida que elas foram sendo renovadas – e o histórico vem dos PECs – a verdade é que nessa mesma altura e relativamente à Região Autónoma dos Açores começou a aumentar o desemprego.

Aumentou o desemprego, aumentaram as dificuldades do tecido económico regional. Verificou-se em todo o país, mas é particularmente dramático na Região Autónoma dos Açores.

Não querer ver isto quando os dados estão aí e não perceber que aquilo que estão a fazer a Portugal, aquilo que estão a fazer aos Açores, é uma agressão que nos está a conduzir para uma crise que vai ter contornos muito dramáticos, é acomodar-se a um paradigma de desenvolvimento que claramente faliu.

Há necessidade de introduzir aqui alterações profundas no modelo de desenvolvimento que vinha sendo seguido e sobretudo há que, de uma vez por todas, retirar este poder ao mercado financeiro, ao setor financeiro. É fundamental.

O PCP tem vindo a dizê-lo, tem vindo a sugerir a renegociação da dívida, porque esta dívida para além de ser ilegítima é impagável, como se está a

perceber. Hoje, os encargos com a dívida levam tudo aquilo que se possa gerar de riqueza.

Insistir na defesa do Memorando de Entendimento e do resgate financeiro é uma profunda asneiras e os resultados estão à vista.

Na Região Autónoma dos Açores todas estas medidas levaram a um aumento dramático do desemprego e a um aumento das dificuldades da nossa já frágil economia. Aí estão as empresas a encerrar as suas portas e a despedir os seus trabalhadores, sem haver nenhuma hipótese de que haja algum retrocesso.

Aliás, quanto mais V. Exas. – e V. Exas. são o PSD, o CDS/PP e o PS – se baixam perante a Troika, perante os interesses dos mercados, mais aumentam os problemas. Aliás (não é novidade!) ontem a Moody's voltou a baixar a notação de Portugal...

Deputado João Costa (PSD): Por que?

O Orador: ... e de um outro conjunto de países do espaço europeu e ameaçou baixar a notação da França, da Itália e da Áustria.

Portanto, estas medidas que estão a ser tomadas levam apenas a dar mais poder a estas entidades ocultas que determinam a vontade dos pobres.

Mas grave, grave, é manter os povos que nos elegeram à margem das decisões, ou melhor...

Deputado Francisco César (PS): E sobre o Memorando de Entendimento?

O Orador: ... contrariar aquilo para que o povo nos mandatou. É isso que V. Exas. estão a fazer.

Estão aqui, insistentemente, da bancada do Partido Socialista, a pedir para eu falar sobre a questão que é o cerne do debate. Pois, muito bem, vamos lá. Já que tanto insistem, e como eu gosto de vos fazer a vontade, vamos lá então.

Deputado João Costa (PSD): Fugiu-lhe a boca para a verdade!

O Orador: Disse o Sr. Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores que – certamente não tenho nenhuma razão para duvidar, aliás, já o disse várias vezes para o espaço público regional – não há problemas com a situação financeira e orçamental da Região Autónoma dos Açores e que ela não tem nenhuma

comparação, nem com a Região Autónoma da Madeira, nem com o conjunto do país.

Então, se não temos nenhum problema em termos orçamentais, ou melhor, se o nosso problema é perfeitamente controlável e controlado, então porquê aceitar a diminuição da diferenciação fiscal? Então porquê aumentar a redução do número de trabalhadores da Administração Pública? Então porquê aceitar passivamente que se faça o roubo aos trabalhadores da Administração Pública Regional retirando-lhes, ou não lhes devolvendo, o valor equivalente ao subsídio de férias e ao subsídio de natal? Porquê, Sr. Vice-Presidente?

Se estamos numa situação financeira e orçamental controlada e controlável, porquê aceitar isto quando se percebe que estas medidas estão a contribuir para o aumento do desemprego e para o aumento das dificuldades das empresas regionais? Porquê, Sr. Vice-Presidente?

Muito obrigado.

Presidente: Sr. Deputado Francisco César tem a palavra.

(*) **Deputado Francisco César (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Compreendo a forma e a vontade do PPM de trazer esta discussão a debate. Este é um direito que tem e obviamente iremos tentar dar um contributo para o seu esclarecimento.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: Mas o facto é que pouco mais há dizer do que tudo aquilo que já tinha sido dito no passado.

Se houvesse dúvidas sobre essa questão bastava verificar as intervenções da Deputada Zuraida Soares e do Deputado Aníbal Pires que, praticamente ou nada, se referiram ao Protocolo de Colaboração e Entendimento.

Deputada Zuraida Soares (BE): Lei de Finanças Regionais! Tem nome!

O Orador: Preferiram falar sobre política internacional, sobre política nacional e pouco se referiram à política regional.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Sr. Deputado, isso é o que V. Exa. costuma designar por cassete! Isso é uma cassete!

Presidente: Srs. Deputados... Sr. Deputado Francisco César faça favor de continuar.

O Orador: Eu percebo o facto do Deputado Aníbal Pires estar nervoso...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Nervoso?! Sr. Deputado, pelo amor de Deus!

O Orador: ... mas se me permitir dar o meu contributo eu agradeço.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Eu estou à espera da resposta do Sr. Vice-Presidente! V. Exa. irá adiantar pouco para o debate.

Presidente: Sr. Deputado Francisco César, faça favor de continuar.

O Orador: Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, se a minha intervenção estiver a perturbar o diálogo do Deputado Aníbal Pires...

Presidente: Sr. Deputado...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Não percebo porquê!

O Orador: Muito obrigado.

Em relação à questão do Protocolo de Entendimento, foi o Governo Regional que solicitou ao Governo da República o estabelecimento de um Protocolo de Colaboração e Entendimento com um objetivo muito preciso: criar um protocolo que escreva com rigor e transparência o contributo da nossa Região para a concretização dos compromissos internacionais assumidos pelo nosso país.

Esta foi desde o início a nossa afirmação. Isso já foi levantado em setembro e, aquando das dúvidas das Sras. e Srs. Deputados, imediatamente o Sr. Vice-Presidente foi à Assembleia prestar todos os esclarecimentos.

O Sr. Vice-Presidente esclareceu aqui, concretamente, quais eram os nossos objetivos e eu vou repetir para o Sr. Deputado não esquecer:

- quantificar de uma forma precisa a participação da Região no esforço de consolidação orçamental;
- contratualizar a calendarização e operacionalização da execução destas mesmas medidas que se referem às Regiões Autónomas no Programa da Troika;
- estabelecer um relacionamento financeiro salvaguardando sempre os princípios fundamentais presentes nas Leis de Finanças Regionais e,

- assegurar, como é óbvio, os mecanismos de acesso da Região ao sistema financeiro.

Eu percebo a confusão de alguns Srs. Deputados. Eu percebo, quando olham para a Madeira, e veem o buraco financeiro e a necessidade da ajuda externa para resolver o problema.

Deputado Ricardo Cabral (PS): Muito bem!

O Orador: Mas para que não haja confusões nesta sala, nem confusões na cabeça dos açorianos, o que está em causa não é um programa de ajuda e assistência financeira como aconteceu na Madeira.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: A nossa situação financeira é totalmente diferente da Madeira, como é reconhecido por alguns partidos com assento neste Parlamento, como é reconhecido pelo Banco de Portugal, como é reconhecido pelo INE, como é reconhecido pelo EUROSTAT, como é reconhecido pelo Governo da República e como é reconhecido pela própria Troika.

Deputado Aníbal Pires (PCP): E porquê?

O Orador: O que este Protocolo de Colaboração e Entendimento concretamente quer é saber como se aplicam as medidas referentes às Regiões Autónomas presentes no Memorando de Entendimento.

É este o objetivo. E este é o objetivo com que nós nos comprometemos.

O que está em causa não é que o Memorando traga mais austeridade aos Açores, para além daquilo que está previsto no Memorando de Entendimento. Isto tem que ficar muito claro, porque este é um compromisso firme que assumimos neste Parlamento, de rejeição de mais austeridade do que aquela que está prevista no Memorando de Entendimento, mais austeridade sem proveito, mais austeridade desnecessária que conduza à recessão económica e à pobreza.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: Mais austeridade que, como até a própria Diretora do FMI ou até por aquilo que nós sabemos do Sr. Ministro da Finanças, traga mais recessão económica ao país.

Este é um compromisso que estabelecemos aqui, este é um compromisso que convidamos os Srs. Deputados a pronunciar-se e não aceitar mais austeridade do que aquela que está prevista no Memorando de Entendimento.

Deputada Zuraida Soares (PS): E é justa!

O Orador: Este foi um compromisso que o Partido Socialista assumiu quando foi Governo na República e que mantém, de não ir para além da Troika e de não trazer mais austeridade para os Açores.

O Protocolo de Colaboração e Entendimento é sobre o Memorando de Entendimento assinado pela República, não é mais do que isso. O Partido Socialista irá tudo fazer para que os açorianos não sejam mais penalizados do que aquilo que está no Memorando de Entendimento.

Tenho dito.

Deputados Berto Messias e Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e do Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores)

Presidente: Sr. Deputado António Marinho tem a palavra.

(*) Deputado António Marinho (PSD): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

É conveniente lembrarmos um pouco aquilo que se passou desde setembro passado, creio eu que no Conselho de Governo do dia 2 de setembro...

Deputado José San-Bento (PS): O corte do subsídio de natal, do subsídio de férias!

O Orador: O Sr. Deputado José San-Bento já está com os nervos à flor da pele e com a sua veia...

Deputado Mark Marques (PSD): Caceteira!

O Orador: Não diria caceteira...

Deputado Mark Marques (PSD): Mas digo eu. Digo bem em aparte e repito!

O Orador: Ok. Muito obrigado.

O comunicado do Conselho de Governo do dia 2 de setembro, no ponto nº 2 dizia: “aprovar uma proposta de Protocolo de Colaboração e Entendimento com o Governo da República que defina com rigor e transparência o contributo da Região para a concretização dos compromissos internacionais estabelecidos pelo país.”

E diz:

“- definir e quantificar, de forma precisa, a participação da Região no esforço de consolidação orçamental e financeira do país;

- definir a calendarização e operacionalização da implementação na Região das medidas englobadas no Memorando de Entendimento estabelecido pela Troika;

- contratualizar o relacionamento financeiro do Governo da República, sem prejuízo da Lei de Finanças Regionais;

- estabelecer o mecanismo de acesso da Região ao sistema financeiro”.

Portanto, tinha aprovado uma proposta de protocolo, no dia 2 de setembro.

No dia 5 de setembro, o PSD, perante uma proposta de protocolo já aprovada em Conselho de Governo, entendeu que o primeiro órgão de Autonomia devia ter conhecimento dos termos desse protocolo, já que nele iriam ficar clarificadas as questões relativas ao relacionamento financeiro entre a Região e a República para os próximos anos. Por isso, o primeiro órgão da Autonomia devia ser devidamente informado sobre estas matérias, sobre aquilo que iria decorrer da aplicação deste protocolo.

Deputados Duarte Freitas e Clélio Meneses (PSD): Muito bem!

O Orador: É legítimo e era isso que, julgo eu, os 57 deputados desta Assembleia teriam necessidade de saber, para saber como é que iria ser a sua Região em tempos que se avizinhavam e que seguramente não seriam fáceis.

Deputado João Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Por isso mesmo o PSD, no dia 5, ou seja, três dias depois, pediu a presença, em sede de Comissão de Economia, do Sr. Vice-Presidente do Governo para que esclarecesse esta matéria.

Esta vontade por parte do PSD foi satisfeita por todos os partidos, designadamente pelo Partido Socialista que é o partido maioritário em sede de

Comissão de Economia. O Sr. Vice-Presidente do Governo esteve na Comissão de Economia no dia 19 de setembro.

Entretanto, no dia 16 de setembro, o PSD fez um requerimento adicional para que o Sr. Vice-Presidente se fizesse acompanhar na referida Comissão do dito protocolo aprovado no Conselho de Governo no dia 2 de setembro.

Protocolo que já existia. Se tinha sido aprovado era porque existia.

Pedimos que o Sr. Vice-Presidente do Governo se fizesse acompanhar na Comissão desse protocolo.

O Sr. Vice-Presidente do Governo chegou à Comissão sem protocolo.

O protocolo aprovado no dia 2 de setembro, no dia 19 de setembro não existia em termos físicos, ou até num suporte digital qualquer, e não foi entregue à Comissão.

O que foi entregue à Comissão foi uma carta que o Sr. Presidente do Governo teria endereçado ao Sr. Primeiro-Ministro datada, curiosamente, do dia 7 de setembro. Ou seja, no Conselho de Governo do dia 2 de setembro é aprovada uma proposta de protocolo; no dia 5 de setembro o PSD pede a presença do Sr. Vice-Presidente do Governo na Comissão de Economia; no dia 7 de setembro o Sr. Presidente do Governo endereça uma carta ao Sr. Primeiro-Ministro. É esta a cronologia dos acontecimentos, até ao dia 19.

Deputado Francisco César (PS): O que é que isso tem de extraordinário?

O Orador: No dia 19 de setembro, o Sr. Vice-Presidente do Governo...

Deputado Francisco César (PS): Documento verde!

O Orador: Os senhores querem acalmar-se? Querem ouvir?

Presidente: Faça favor de continuar, Sr. Deputado.

Presidente do Governo Regional dos Açores (Carlos César): O que é que isso tem a ver?

Deputado Hernâni Jorge (PS): O protocolo foi verde ou azul?

O Orador: Vou aguardar que aqueles senhores do Partido Socialista se acalmem.

Presidente: A câmara está calma, felizmente, Sr. Deputado. Faça favor de continuar.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Está hipersensível, Sr. Deputado!

O Orador: Já está tudo calmo por aí?

Deputado Berto Messias (*PS*): Fale à vontade!

Deputada Catarina Furtado (*PS*): É preciso ter lata!

O Orador: No dia 19 de Setembro, o Sr. Vice-Presidente do Governo teve o cuidado de dizer que não se tratava de um pedido de ajuda, que iria cobrir uma série de matérias, matérias essas que vinham no essencial referidas na carta do Sr. Presidente do Governo dirigida ao Sr. Primeiro-Ministro, que estava em processo de elaboração durante esse mês e que o referido protocolo estaria concluído até ao final do mês de setembro, até 30 de setembro, mais dia, menos dia. Não sei se calha na sexta-feira, se calha no sábado, mas final de setembro, princípio de outubro.

E disse mais. Disse que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores iria ser envolvida neste processo...

Deputado Francisco César (*PS*): E será!

O Orador: ... e iria tomar conhecimento do referido protocolo que iria ser enviado para o Governo da República.

Não foi!

Passou-se setembro! Passou-se outubro! Passou-se novembro! E no dia 5 de dezembro o Sr. Vice-Presidente do Governo, ouvido novamente em Comissão de Economia, pareceu, sinceramente, que tinha levado a cassete que já tinha levado em setembro, eventualmente imitando outros que muito gostam de utilizar a cassete.

Levou a cassete e disse: Não! Continuamos a trabalhar no protocolo. Neste protocolo não vai haver aspetos de maior relevância do que aqueles que já estão plasmados no Orçamento da Região para 2012, discutido, uma ou duas semanas antes.

Não havia matérias específicas e até ao final do ano o processo estaria concluído e o protocolo estaria cá fora.

Aguardámos até ao dia 31 de dezembro. Nada!

Aguardámos o mês de janeiro. Nada!

Estamos no dia 14 de fevereiro e nada! Ainda não há protocolo.

O tal protocolo aprovado no dia 2 de setembro, no dia 14 de fevereiro ainda não viu a luz do dia, pelo menos por parte da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, primeiro órgão da Autonomia. Evaporou-se!

Deputado João Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: É um protocolo perfeitamente virtual!

Deputado Clélio Meneses (PSD): Muito bem!

O Orador: Entretanto, e muito bem, a Sra. Doutora Berta Cabral, Presidente do PSD/Açores, entendeu e produziu declarações no princípio de janeiro. Dizia que entendia que os partidos, todos, designadamente o PSD (ela falava em nome do PSD naturalmente), deveriam fazer o acompanhamento deste processo.

Deputada Zuraída Soares (BE): Não, não! Não foi assim, mas para lá já vamos!

O Orador: Questionada pelos jornalistas afirmou esperar que o PSD/Açores seja chamado a participar na elaboração deste documento.

“Em qualquer circunstância, os partidos do arco da governação devem ser chamados a participar na elaboração de medidas e documentos que são estruturantes e plurianuais”.

E disse mais:

Berta Cabral “recordou que os social-democratas participaram no processo de negociações sobre a assistência financeira externa a Portugal, lideradas por um Governo do PS, mas que está a ser aplicada por um executivo de coligação PSD/CDS-PP”, isto é, o Partido Socialista a nível nacional entendeu chamar os partidos, designadamente o PSD e o CDS/PP, que deram o seu acordo ao documento.

Portanto, a Dra. Berta Cabral disse que esperava que também na Região o referido protocolo fosse do conhecimento da Assembleia e que todos os partidos colaborassem, dada a natureza estruturante desse protocolo.

Aliás, há afirmações do próprio Secretário-Geral do Partido Socialista, a nível nacional, que não há muito tempo entendia que, mesmo em relação ao protocolo estabelecido pela Região Autónoma da Madeira, quer o Parlamento nacional, quer designadamente a Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira devia ter o acompanhamento,...

Deputado Berto Messias (PS): Sr. Deputado, não há comparação possível! Chama-se resgate!

O Orador: ... devia conhecer verdadeiramente o teor daquele protocolo.

Portanto, não é nada de mais.

A nível da República, no acordo de entendimento com a Troika, os outros partidos foram chamados a participar.

Na Madeira, o Partido Socialista entendeu que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira devia ter conhecimento do protocolo.

É perfeitamente legítimo por parte dos partidos e da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores que queiram conhecer o protocolo que os senhores aprovaram no dia 2 de setembro e que entretanto tem sido objeto de negociação.

Deputado João Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Não é nada de mais.

Terminando esta minha intervenção. Dizia o Sr. Deputado Francisco César há bocado que houve partidos que só falaram na política nacional e na política internacional.

Eu acrescentaria mais. Houve partidos que falaram de política nacional, internacional e na política madeirense.

Nós preferimos falar sobre a política açoriana.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Muito bem!

Deputado Hernâni Jorge (PS): Na Sra. Merkel!

O Orador: Entendemos claramente, quando o Sr. Vice-Presidente do Governo disse há bocado que podemos não estar a falar de um programa de ajustamento...

Deputado Hernâni Jorge (PS): Ele refere-se à Merkel!

O Orador: ... que podemos não estar a falar, como o senhor disse inicialmente, em ajuda financeira, que enquanto não conhecermos os devidos termos do protocolo são legítimas quaisquer dúvidas.

Mandem o protocolo cá para fora, deem-nos a conhecer, porque sabemos a região em que estamos e sabemos que esta é a região que atualmente se caracteriza por ter 14 mil desempregados.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Muito bem!

Deputado Hernâni Jorge (PS): Isso é a cassete!

O Orador: Esta é a Região que se caracteriza por ter 31.500 famílias que vivem abaixo do limiar da pobreza, um terço das famílias açorianas.

Esta é a Região que tem 18 mil Rendimentos Sociais de Inserção, ou seja, que tem mais de 7% da população a receber o RSI quando a nível nacional são só 3%.

Esta é a Região que tem 3.500 famílias que não conseguem satisfazer os seus compromissos perante a banca.

Esta é a Região que vive desta maneira.

Por isso, é legítimo retirar quaisquer conclusões enquanto não conhecermos os termos do Protocolo de Entendimento.

Faço lembrar, para quem gosta de falar da política madeirense e no Parlamento açoriano...

Deputado Hernâni Jorge (PS): Isso é a Merkel!

O Orador: ... (naturalmente teremos ocasião de falar dessa questão mais em pormenor quando aqui vier a terreiro), que esta é a Região que o próprio Tribunal de Contas, no parecer da Conta de 2010, entendeu que esta Região tem 3.300 milhões de euros de responsabilidades plurianuais.

Deputado Clélio Meneses (PS): Muito bem!

Deputado Luís Garcia (PSD): O Tribunal de Contas não fala verdade!

O Orador: É desta Região que estamos a falar e é por causa da Região que tem estes indicadores, que temos que conhecer esse Protocolo de Entendimento que os senhores andam a esconder desde setembro do ano passado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Deputado João Costa (PSD): O timbre é do Tribunal de Contas e usado pelo Tribunal de Contas. Não é do Sr. Vice-Presidente do Governo!

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Como o Sr. Deputado António Marinho acabou demonstrar do ponto de vista factual, e de forma até que considero brilhante...

Deputado Hernâni Jorge (PS): Só o senhor para o salvar!

Deputado Jorge Macedo (PSD): Não fiquem ciumentos! Que ciumeira!

O Orador: Não é para salvá-lo. Considero que a intervenção do Sr. Deputado António Marinho foi brilhante. Desmontou o argumento que os senhores têm vindo a desenvolver, de que não existe o memorando que foi anunciado no dia 2 de setembro. Os senhores estão a esconder há muitos meses estas negociações deste Parlamento.

Os senhores têm sistematicamente recusado informar esta câmara sobre uma matéria da maior relevância.

O Sr. Vice-Presidente do Governo Regional, àquela pergunta do Mourinho:

- Porquê?

A resposta é:

- Porque (veja bem!) o nosso acordo chama-se Protocolo de Colaboração e Entendimento. Portanto, a partir daqui, demonstra que isto é uma matéria benigna e, com este nome, tem uma característica positiva.

Eu quero dizer-lhe que estamos aqui por causa de uma coisa que se chama Pacto de Estabilidade e Crescimento.

Deputado Francisco César (PS): Sr. Deputado, isso não tem nada a ver com o Pacto de Estabilidade e Crescimento!

O Orador: Onde é que se regista o crescimento?

O nome que se dá aos documentos não evidencia obviamente o seu conteúdo.

O que acontece é que o Sr. Vice-Presidente não respondeu a nenhuma questão concreta que eu tive oportunidade de lhe colocar.

Eu não acredito que ao longo destes 8 meses de negociações e de contactos informais e formais o Governo Regional e o Governo da República tenham estado a jogar ao berlinde. Não acredito!

O Sr. Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores escondeu essa informação.

Não digo que não disse a verdade. Digo apenas que não informou e não relatou os factos.

Dou-lhe um caso concreto. Por exemplo, em relação à redução do número de trabalhadores em 2%, o Sr. Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores pode dizer que isso consta do Memorando de Entendimento. Mas a posição do Governo Regional é dizer, perante o Governo da República: “nós temos uma administração regional com nove ilhas, muito mais pequena que a administração regional na Madeira, portanto, não se podem aplicar as medidas de igual forma em todo o território nacional. Aqui tem que se diferenciar”.

Perguntei o que é que o Governo Regional negociou especificamente nesta matéria e o senhor não me respondeu.

Também posso falar-lhe da questão que está relacionada fundamentalmente com outro conjunto de questões que coloquei. Por exemplo, a remuneração compensatória.

Sr. Vice-Presidente do Governo Regional, consegue aqui afirmar, de forma perentória, que este assunto não foi objeto de nenhuma nota, este assunto não foi objeto de nenhuma negociação? Consegue assumir esse compromisso nesta câmara? Consegue fazer isso?

Pergunto-lhe também, em relação a outras questões de carácter mais geral:

Consegue afirmar e assumir o compromisso de que a Região não terá nenhum financiamento adicional porque não tem necessidade? O Sr. Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores consegue assegurar-me isso? Não consegue!

Nesta questão o Sr. Vice-Presidente e o Governo Regional estão a esconder estas negociações, estão a negociar nas costas do povo, estão a negociar nas costas deste Parlamento.

Isto é a descredibilização total da política.

Não me digam que a opinião pública, os cidadãos e o Parlamento não podem ser informados sobre estas questões.

Eu, respondendo a uma nota do Governo Regional sobre esta questão, o que lhe disse foi: o exemplo que conheço da História é que em plena II Guerra Mundial o Parlamento Inglês negociava, o Parlamento Inglês discutia todas as questões relevantes.

(Aparte inaudível do Secretário Regional da Presidência)

O Orador: É verdade.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Não é, não!

O Orador: É um desconhecimento absoluto. V. Exa. só demonstra um completo desconhecimento ao fazer esse tipo de apartes.

Peço-vos desculpa: tem um profundo desconhecimento em relação a essa matéria.

Quero dizer-vos que os senhores não podem vir fazer o que estão a fazer. Não podem esconder esta informação do Parlamento dos Açores e da opinião pública. Não podem! Têm mais informação do que aquela que estão a dar, têm muita mais informação do que aquela que querem dar.

Essa perspetiva é absolutamente negativa, é a negação da democracia.

A segunda questão é que a vossa responsabilidade, em relação às medidas, porque estas medidas vão chegar (até outubro os senhores não conseguem congelar esta situação), não será atirada para os outros.

Essa responsabilidade, pelo menos da parte do PPM, ser-vos-á imputada, porque os senhores negociaram numa situação de fraqueza. Quiseram negociar sozinhos, porque quiseram esconder factos importantes em relação à fragilidade atual da economia açoriana das finanças dos Açores, que não são o El Dourado

que V. Exa., o Vice-Presidente do Governo Regional, aqui referenciou e descreveu.

Presidente: Sr. Deputado Artur Lima tem a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Começaria por dizer que se há uma coisa que este Parlamento não pode ter razão de queixa é dos esclarecimentos que o Governo Regional dos Açores vem aqui todos os meses prestar, sempre que lhe são pedidos.

Nessa matéria julgo que somos um exemplo para a Democracia, ao contrário do que acontece em outras regiões.

A questão aqui é muito simples de colocar:

O Governo da República foi eleito pelo povo. Tem a legitimidade da eleição e de governar.

O Governo dos Açores foi eleito pelo povo. Tem a legitimidade de governar com competências próprias.

Acontece, como já foi dito pelo Sr. Vice-Presidente, que foi proposto, por iniciativa do Governo dos Açores, ao Governo da República um Protocolo de Entendimento e Colaboração.

Parece-me perfeitamente justo, adequado e até desejável que haja um bom relacionamento entre o Governo dos Açores do Partido Socialista e o Governo da República do PSD e do CDS.

Em democracia há divergências, mas quando se chega a entendimentos do Governo, o Governo dos Açores tem legitimidade própria e o Governo da República tem legitimidade própria.

Este Parlamento, sempre que tiver dúvidas, chama aqui o Governo, como é o caso, para pedir esclarecimentos. É isso que estamos aqui a fazer.

A pergunta que se impõe ao Governo Regional é: após essa proposta que foi feita ao Primeiro-Ministro de Portugal e a carta que foi escrita pelo Presidente do Governo Regional dos Açores, há hoje alguma novidade em relação às propostas feitas? Qual o avanço nas negociações?

É isto que se tem que esclarecer a esta câmara, o que é que há, porque estaremos sempre aqui para fazer o escrutínio deste relacionamento.

Acho que o Governo dos Açores tem toda a legitimidade para negociar com o Governo da República e esta Assembleia tem toda a legitimidade para pedir esclarecimentos ao Governo Regional dos Açores.

Se já houve progressos, o que é que está entendido e o que é que não está?

É só isso que é preciso saber.

Agora, uma coisa é também interessante perguntar e é essa a pergunta que deixo, aliás fruto de uma entrevista do Sr. Presidente do Governo à TVI, que é a necessidade de refinanciamento da dívida da Região Autónoma dos Açores. Qual é a dificuldade? – se isto foi posto ao Governo da República.

Se é uma dificuldade de acesso aos mercados financeiros e à banca (sendo esse um dos pontos que constava da proposta de Colaboração e Entendimento, se já foi abordado) e se esse refinanciamento da ordem dos 127 milhões de euros é para refinar a dívida dos Açores de compromissos assumidos e que começam a ser vencidos nesta altura.

Em que ponto está esta questão do refinanciamento da dívida dos Açores?

Muito obrigado.

Presidente: Sra. Deputada Zuraída Soares tem a palavra.

(*) Deputada Zuraída Soares (BE): Muito obrigada.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Gostaríamos de intervir para pontuar algumas das afirmações feitas nas diversas intervenções. Desde logo, a constatação, aliás assumida em comunicado após o Conselho de Governo, de que decorrem conversações entre os dois Governos, sendo que há o Governo Regional dos Açores e o Governo da República.

A discussão não é da legitimidade nem da discussão da legitimidade...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): É!

A Oradora: ... ou do pôr em causa a legitimidade do Governo.

A questão é a legitimidade desta câmara em perguntar, se decorrem conversações, qual é o teor dessas conversações?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Exatamente!

A Oradora: É tão simples quanto isto, a assunção de que decorrem conversações, qual o teor destas conversações.

Depois disse o Sr. Vice-Presidente do Governo que existe uma colaboração e um entendimento entre os dois Governos. Ainda bem!

O que nós queremos saber – nós, neste caso, Bloco de Esquerda – é quanta colaboração e quanto entendimento vão existir para a Lei de Finanças Regionais?

Para nós, Bloco de Esquerda/Açores, este Protocolo de Colaboração e de Entendimento chama-se Lei de Finanças Regionais, chama-se Revisão da Lei de Finanças Regionais, que está desde o primeiro momento no Memorando de Entendimento com a Troika, na sua primeira versão, e datado até ao final do último trimestre do ano de 2011 e agora até março. Está lá claramente.

Para nós, este protocolo tem nome.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Se este Protocolo de Colaboração e Entendimento não é a Lei de Finanças Regionais, então ele é uma alucinação. Ele é coisa nenhuma. Não existe!

Aquilo que o Governo Regional tem que acautelar é que esta Revisão da Lei de Finanças Regionais penalize o mínimo possível ou até nada,...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Isso é outra coisa!

A Oradora: ... já que como disse o Sr. Vice-Presidente e nós subscrevemos, os Açores são um parceiro ativo e construtivo para o país.

Se o são, e nós reconhecemos que o são, não tem que ser penalizado, não tem que ver aqui mais agravada a vida de quem aqui vive, dos açorianos e das açorianas.

Deputado Francisco César (PS): Eu acabei de dizer!

A Oradora: É por entendermos que este Protocolo se chama Lei de Finanças Regionais que continuamos a achar importante e legítimo esta câmara perguntar como é que estão a decorrer essas conversações.

Finalmente, compreendo a agonia dos partidos da Troika quando nesta câmara se fala em política nacional. Eu compreendo, porque aquilo que se pretende é: a política no Continente é uma; aqui somos bonzinhos e diferentes.

Deputado Francisco César (PS): Sra. Deputada faça um debate sobre isso!

A Oradora: Eu quero que os partidos da Troika digam aos açorianos e às açorianas quem é que lhes roubou o subsídio de férias e de natal, quem é que impôs taxas moderadoras na saúde, quem é que diminuiu os apoios sociais, quem é que aumentou os seus impostos, quem é que contribuiu para o desemprego, para a falência das empresas e para a pobreza.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): E a solução?

A Oradora: Das duas uma, Sras. e Srs. Deputados: ou é a responsabilidade do Governo Regional (o Bloco de Esquerda entende que não é toda!) ou então os senhores têm que olhar para a política nacional, trazê-la para aqui e dizer que a política dos partidos da Troika e do Governo da República tem mais de metade da responsabilidade do estado em que esta Região está.

Deputado Mário Moniz (BE): Muito bem!

A Oradora: Portanto, não vale a pena estar a fugir da política nacional e ficarem agoniados quando se fala em política nacional, porque os açorianos e açorianas bem sabem o que é que isso tem custado, o que é que a política do Governo da República PSD/CDS, com o acordo do PS, tem custado nas suas vidas e tem custado no seu sofrimento.

Finalmente, gostei imenso de ouvir o Sr. Deputado António Marinho reivindicar (concordamos!) o conhecimento deste Protocolo de Colaboração a que chamamos de Lei de Finanças Regionais, mas, Sr. Deputado António Marinho, vamos dizer a verdade:

A sua líder, a Sra. Doutora Berta Cabral, não disse, não reivindicou, como o Bloco de Esquerda vem há meses a fazer nesta casa, que o conhecimento deste protocolo é um direito de todos os açorianos e açorianas. É um direito deste povo. É um direito desta casa.

Não, não! A sua líder reivindicou o conhecimento desse segredinho para o PSD, como maior partido da oposição, e deixou implícito como aquele que eventualmente irá governar a partir de outubro.

Deputado Francisco César (PS): Implícito e explícito!

A Oradora: A falta de democracia desse funcionamento da sua líder, Sr. Deputado António Marinho, é tão ou mais grave do que o esconder os trâmites e o teor da Lei de Finanças Regionais. É exatamente a mesma coisa.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Ah, é? Que chatice!

A Oradora: É sonegar informação ao povo, de um lado, e, do outro lado é partir do princípio que há açorianos de primeira e de segunda, porque há representantes partidários de primeira e os outros hão de conhecer quando chegar a sua altura.

Também dizer-lhe que acho extremamente significativo que o PSD, que é o maior partido da coligação governamental na República, e já agora o CDS como seu partido de coligação, não saibam nada, digam aqui nos Açores que não fazem a mínima ideia do que é que se está a passar em termos de alteração da Lei de Finanças Regionais, o que é que vem por aí abaixo para os açorianos, o que é que se está a tratar, como é que é...

Não sabem, Sras. e Srs. Deputados?

Então tenho que chegar a uma conclusão:

Como é que os senhores aqui podem dizer “votem em nós, porque nós, sendo do mesmo partido da República, somos capazes de alterar para melhorar as vossas vidas, somos capazes de influenciar positivamente o Governo da República, somos capazes de trazer para cá mais e mais benesses”, quando numa coisa tão simples os senhores e as senhoras são os primeiros a admitir nesta casa que tudo se passa por cima das vossas cabeças e não sabem nada.

Então onde é que está a líder do PSD que resolve todos os problemas com um simples telefonema?

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos fazer um intervalo de meia hora.

Regressamos às 12 horas. Até já.

Eram 11 horas e 28 minutos.

Presidente: Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, vamos reiniciar os nossos trabalhos. Agradecia que reocupassem os vossos lugares.

Eram 12 horas e 07 minutos.

Tenho inscrito o Sr. Deputado Francisco César. Tem a palavra.

(*) **Deputado Francisco César (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Permitam-me que faça uma intervenção no sentido de mais uma vez tentar desmistificar algumas das afirmações feitas por alguns partidos aqui presentes.

Foi referido por diversas vezes que este Protocolo de Colaboração e Entendimento poderia ter implicações semelhantes àquele Memorando de Entendimento e de Assistência Financeira da Madeira.

Permitam-me que vos diga mais uma vez:

O que se trata não é de um Memorando, nem é de um Protocolo de Assistência Financeira aos Açores.

O que se trata é, sim, de aplicar concretamente as medidas previstas no Memorando de Entendimento entre o Governo da República e a Troika. É isto que está em causa.

A posição assumida aqui pelo Partido Socialista é que este Memorando, este Protocolo de Colaboração e Entendimento, não deve ir para além daquilo que está no Memorando da Troika.

Acusam os Srs. Deputados de que o Governo tentou ocultar, não prestar informações aos partidos e a este Parlamento sobre o processo de relacionamento e de negociação com o Governo da República. Isto não é verdade.

Se os Srs. Deputados tiverem o cuidado de ouvir as declarações do Sr. Vice-Presidente, de ouvirem a discussão tida na Comissão de Economia, saberiam que isto em nada está mais longe da verdade.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: Aquilo que foi feito e afirmado desde o início foi, o Governo Regional requereu ou solicitou ao Governo da República a criação de um Protocolo de Colaboração e Entendimento.

Após esta nota feita pelo Conselho de Governo, os partidos aqui presentes pediram ao Sr. Vice-Presidente que fosse à Comissão de Economia, e muito bem, esclarecer os termos deste mesmo protocolo.

O Sr. Vice-Presidente, na Comissão de Economia, entregou uma carta enviada ao Sr. Primeiro-Ministro no sentido de solicitar exatamente o início de negociações.

Os Srs. Deputados sabem tão bem quanto eu que, passado algum tempo, o Sr. Primeiro-Ministro respondeu a essa mesma carta dizendo que a celebração deste protocolo parecia-lhe um instrumento fundamental de aplicação exatamente destas mesmas medidas.

Se os senhores se lembrarem, nesta mesma altura houve o descalabre da Madeira, houve o buraco da Madeira. E aquilo que já foi referido, até pelo Sr. Vice-Presidente, é que o Governo da República focou as suas atenções naquilo que para o Governo da República era um problema imediato, ou seja, na resolução do problema financeiro da Madeira.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: Razão muito simples pela qual não houve mais desenvolvimentos.

É preciso não esquecer que o Sr. Vice-Presidente na Comissão de Economia e neste Parlamento, por diversas vezes, disse que quando tivermos alguma coisa de mais substancial o Parlamento e os partidos obviamente serão consultados. Foi garantia do Governo que o Parlamento nunca será deixado à parte como aconteceu na Madeira.

Esta garantia foi reafirmada hoje e esta é uma garantia que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista mantém, de quando existir alguma coisa palpável, quando

existir algum desenvolvimento vir a este Parlamento dar conhecimento e ouvir os partidos políticos.

O facto, e essa é que é a premissa base, é não que existiram ainda desenvolvimentos, razão pela qual o Parlamento não foi ainda chamado a pronunciar-se.

Mas eu reforço a posição do Partido Socialista. O que o Parlamento deve referir e o que Parlamento deve afirmar é que estamos dispostos a ir até à letra do Memorando da Troika, até à letra daquilo que é referente às Regiões Autónomas, de não aceitar mais austeridade, de não aceitar mais austeridade e pobreza, mais austeridade que crie recessão.

Tenho dito. Muito obrigado.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

Presidente: Sr. Vice-Presidente do Governo tem a palavra.

(*) Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Sérgio Ávila): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo: Em relação a este debate gostaria de clarificar aqui duas matérias que já foram abordadas com bastante substância, para ficarmos todos entendidos.

Hoje, conforme todos concluímos, não houve mais contatos com o Governo da República referentes à elaboração do Protocolo de Colaboração e Entendimento, após a realização da reunião da Comissão de Economia.

Por isso não houve evolução deste processo em relação a esta altura.

Não se iniciaram reuniões para a concretização deste Protocolo de Colaboração e Entendimento.

Tem havido, como naturalmente existe entre dois níveis da administração, reuniões no âmbito da informação orçamental e financeira, no âmbito da consolidação orçamental do país, mas apenas isto. Não decorreram novos contatos, não se estabeleceram novas reuniões entre o Governo da República e o Governo da Região, desde setembro passado, sobre a matéria que está aqui em debate.

A notícia deste debate é que não há efetivamente desenvolvimento. Não havendo desenvolvimento não pode haver explicações adicionais. Não há, pois,

qualquer negociação escondida, não há nada a esconder, agora não podemos falar, apresentar, discutir e informar aquilo que não existe efetivamente. É este o cerne da questão.

Deputado Ricardo Cabral (PS): Muito bem!

O Orador: É esta a perplexidade de alguma oposição, daquela oposição (é bom lembrar) que, quando surgiu o buraco da Madeira, insinuava, sugeria e até insistia que iam também descobrir um buraco nos Açores.

Presidente do Governo Regional dos Açores dos Açores (Carlos César): Muito bem!

O Orador: É dessa mesma oposição que quando foi conhecida a realidade orçamental da Madeira dizia: pois, não é possível não haver o mesmo nos Açores.

Inclusivamente, fizeram passar um conjunto de informações que não correspondia à realidade.

Hoje, é tempo de fazer esse balanço.

Afinal os portugueses, o Governo da República, a Troika já perceberam todos que não existe, do ponto de vista financeiro e orçamental, regiões autónomas. Existe duas realidades perfeitamente distintas: uma realidade da Região Autónoma da Madeira, uma realidade da Região Autónoma dos Açores. É esse o problema e incomodidade de alguma oposição.

Por isso mesmo a Troika obrigou, e está explícito no seu último relatório de avaliação da situação portuguesa, à existência de um ajustamento orçamental para a Madeira, um ajustamento de mais de 800 milhões de euros, um ajustamento que não é necessário ser feito nos Açores, porque os Açores conseguiram, em relação a 2010, reduzir o seu défice em 75% e voltaram a reduzir em 50% em relação a 2011. Neste momento tem uma situação de equilíbrio das suas finanças públicas, do ponto de vista orçamental, que não tem contributo efetivo ilíquido para o défice público.

É esta a conclusão da Troika, é esta a conclusão do Governo da República. Ou seja, não é necessário haver um programa de ajustamento para a Região.

Neste contexto, é o mesmo que dizer que algumas das medidas gravosas adicionais que foram introduzidas na Madeira, fruto dessa necessidade de ajustamento, não são necessárias serem realizadas nos Açores...

Deputada Zuraída Soares (BE): Era o que faltava!

O Orador: ... nomeadamente no corte adicional de remunerações, de apoios sociais, de apoios à atividade económica e um conjunto de outros benefícios que se usufruía na Madeira ao longo dos anos.

A nossa estabilidade orçamental é, pois, sinónimo de capacidade de manter as políticas de apoios às famílias e às empresas que temos vindo a desenvolver.

Por isso, a questão que se coloca deste debate é também uma pergunta óbvia:

Se a Região Autónoma dos Açores representasse algum risco orçamental para o país, não acham que o Governo da República e a Troika já teriam solicitado ou exigido a existência de um programa de ajustamento nos Açores ou a existência de um programa de enquadramento orçamental da Região?

A maior garantia de que temos a nossa sustentabilidade é, precisamente, que até ao dia de hoje os Açores têm desenvolvido a sua política orçamental,...

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: ... única e exclusivamente, aquela que é definida pelos órgãos próprios da Região e no âmbito do enquadramento global do país no Memorando de Entendimento.

Esta é sem dúvida a melhor forma de preservar e valorizar a nossa Autonomia, demonstrarmos que somos capazes de gerir os nossos recursos sem imputar custos adicionais ao país e contribuindo, sim, ativamente, para que o país possa cumprir os seus compromissos internacionais.

Hoje, não seria talvez o momento de levantar incredibilidade perante a não existência de desenvolvimento. Seria, sim, o momento de valorizar a não necessidade de entidades externas imporem medidas adicionais restritivas à Região e, neste contexto, estarmos a valorizar a nossa Autonomia.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Sr. Deputado Aníbal Pires tem a palavra.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Registo que o Sr. Vice-Presidente não respondeu às questões que lhe coloquei, mas não é a primeira vez que isso acontece.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Nem será a última!

O Orador: E certamente não será a última.

De qualquer forma gostaria de regressar ao debate, não para fazer nenhuma exigência de resposta às perguntas que coloquei (V. Exa. fará o que entender), mas para dizer, até fazendo fé – não tenho motivo nenhum para não fazer fé – naquilo que o Sr. Vice-Presidente e o Governo Regional, através de V. Exa., informou, de que não há desenvolvimento, não há nada para informar a câmara, que considero que este debate continua a ser pertinente até porque penso que estamos aqui a concluir que o grande problema é o Memorando de Entendimento.

Porque houve um Memorando de Entendimento há necessidade agora do Governo Regional, juntamente com o Governo da República, estabelecerem um Acordo de Colaboração e Entendimento para que, tudo aquilo que está no Memorando e diz respeito à Região Autónoma dos Açores, possa ser devidamente acordado e entendido entre os dois Governos. Tudo bem!

Há aqui uma questão que gostaria de retomar e tem a ver com o seguinte:

As contas públicas na Região não constituem um problema, estão controladas e são controláveis. Não tenho dúvidas sobre isso.

Então, por que é que a Região Autónoma dos Açores, designadamente o Governo Regional, aceitou a imposição da diferenciação fiscal e por que é que o PSD e o CDS/PP o subscreveram?

Subscreveram! Quem assinou foi o Governo do Partido Socialista do Engº José Sócrates, mas o PSD e o CDS/PP subscreveram o acordo.

Mas não foi só essa imposição da diferenciação fiscal, o que não faz nenhum sentido, Se as finanças públicas da Região estão com saúde, não há necessidade de estarmos aqui a fazer a diminuição da diferenciação fiscal para aumentar a receita da Região.

Por outro lado, também não faz sentido que haja a imposição da diminuição dos trabalhadores da Administração Pública Regional nos valores que são conhecidos.

É isto que importa explicar. De facto, este é que é o cerne desta questão, o Memorando de Entendimento e as imposições que traz para a Região Autónoma dos Açores.

Depois, a posição acomodada dos partidos da Troika, do Partido Socialista, do PSD e do CDS/PP, que aceitaram este ataque à Autonomia passivamente. Isso é espantoso! Os “pais”, as “mães” da Autonomia Regional tenham aceitado esta imposição no Memorando da Troika passivamente, sem sequer contrariarem ou tentarem contrariar esta intromissão naquilo que são os poderes da Região Autónoma dos Açores.

Sr. Vice-Presidente, é essa atitude que me causa uma profunda estranheza. Continuando a fazer fé naquilo que V. Exa. tem transmitido a esta câmara, isto causa uma profunda estranheza. Como é que a Região Autónoma dos Açores deixa que o seu adquirido autonómico, que tem séculos de construção, o histórico mais recente depois da Constituição de 76 e depois de todos os avanços que houve e que agora Vs. Exas. se acomodem.

Presidente do Governo Regional dos Açores (*Carlos César*): O senhor não está na Madeira!

O Orador: Eu não estou na Madeira, Sr. Presidente do Governo. Estou nos Açores e porque estou nos Açores é que não compreendo como é que V. Exa., o Partido Social Democrata e o CDS/PP aceitam esta agressão à Região Autónoma dos Açores, desta forma passiva.

Presidente: Agradecia que terminasse, Sr. Deputado.

O Orador: Para terminar, Sr. Presidente, perguntar ao Partido Social Democrata e ao CDS/PP:

Concordar com Memorando de Entendimento, concordam.

Concordar com as medidas que vieram para além do Memorando de Entendimento, pelos vistos também concordam, porque Vs. Exas. são os partidos que estão no Governo da República e que, para além daquilo que está no Memorando de Entendimento, vieram a agravar mais a situação de vida da generalidade dos portugueses.

A pergunta que vos quero deixar, ao CDS/PP e ao PSD, é se aceitarão mais alguma medida que ponha em causa a Autonomia da Região Autónoma dos Açores, as competências autonómicas da Região e medidas que possam trazer ainda mais austeridade para o povo açoriano?

Mais austeridade para o povo açoriano vai corresponder a mais desemprego e mais falência das empresas regionais.

É esta a pergunta que vos deixo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Sr. Deputado António Marinho tem a palavra.

(*) **Deputado António Marinho (PSD):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Diz o Sr. Deputado Francisco César que aquilo que está em causa é um Protocolo de Colaboração e Entendimento, não é um programa de assistência financeira.

Tinha dito também o Sr. Vice-Presidente do Governo, há 5 meses, que não se tratava de uma ajuda financeira, de um programa de ajustamento (disse hoje).

É bem provável que não seja. Não sabemos porque não conhecemos.

Deputado José San-Bento (PS): Os senhores fazem tudo para nos aproximar à Madeira, é incrível!

O Orador: É bem provável que não seja, porque não os conhecemos, porque não foi o PSD (o PSD, até porque não é governo) que no comunicado do Conselho de Governo disse que tinha aprovado uma proposta de protocolo.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Muito bem!

O Orador: Quem disse que existia um protocolo foi o Governo, no comunicado do Conselho de Governo.

Não foi o PSD que foi ouvido na Comissão de Economia, no dia 19 de setembro, e disse que esse protocolo estaria pronto até ao final do mês de setembro. Quem o disse foi o Sr. Vice-Presidente do Governo.

Deputado Francisco César (PS): Oh senhor, isso já foi tudo respondido!

Deputado Clélio Meneses (PSD): Muito bem!

O Orador: Não foi o PSD que no dia 5 de dezembro disse que o protocolo estaria concluído até ao final do mês de dezembro. Foi o Sr. Vice-Presidente do Governo.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Muito bem!

O Orador: Não foi o PSD que disse que envolveria a Assembleia nesta temática, foi o Sr. Vice-Presidente do Governo.

O que é certo é que no dia 14 de fevereiro, ou seja, 155 dias depois do Conselho de Governo ter supostamente aprovado um protocolo,...

Deputado Clélio Meneses (PSD): Muito bem!

O Orador: ... não temos o protocolo nas mãos. Lembro que 155 dias são 55 dias a mais do que 100 dias. Portanto são 55% de dias a mais daqueles que o Dr. Vasco Cordeiro, se lá chegasse,...

Deputado Berto Messias (PS): E lá chegará!

O Orador: ... dizia que dariam para resolver os problemas dos Açores,...

Deputado Jorge Macedo (PSD): E arredores!

O Orador: ... aqueles criados ao longo de 16 anos. Estamos a falar em 155 dias!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Quanto à questão de buracos para aqui, buracos para acolá, buraco da Madeira, o PSD fala na política açoriana e não está aqui para falar na política madeirense. Se existe buraco nos Açores ou não, nunca o PSD falou em tais termos.

Aquilo que o PSD sabe é que existe um valor de 3.300 milhões de euros de responsabilidades plurianuais da Região Autónoma dos Açores que foram calculadas pelo Tribunal de Contas, juntando a dívida direta, responsabilidades contratuais plurianuais de alguns projetos, a dívida do Setor Público Empresarial Regional. Tudo isto o Tribunal de Contas quantificou em 3.300 milhões de euros.

O Tribunal de Contas é uma entidade independente, é um órgão de soberania independente, o qual temos como referência, inclusivamente na avaliação que faz da Conta da Região Autónoma dos Açores e é, seguramente, entre todas as entidades normalmente citadas pelo Partido Socialista e pelo Governo, aquela que analisa de forma mais aturada e expressiva a Conta da Região Autónoma dos Açores.

É esta entidade independente, é este órgão de soberania que avalia em 3.300 milhões de euros, as responsabilidades da Região Autónoma dos Açores.

O Governo ainda tentou, em sede de Parecer do Tribunal de Contas, que aquele valor não ficasse lá. Então, em sede de contraditório, tentou que o valor fosse substancialmente menor.

Vejamos só o que o Tribunal de Contas diz. Disse que mantinha aqueles valores, porque pretendia assim “dar a conhecer a situação financeira da Região em termos de dívida e outros compromissos já assumidos colmatando-se a lacuna da Conta da Região Autónoma dos Açores”.

Deputados João Costa e Clélio Meneses (PSD): Muito bem!

O Orador: É isso que o Tribunal de Contas diz.

E diz mais:

“O Governo Regional não contesta documentalmente os valores apresentados pelo Tribunal, limitando-se a tecer considerações laterais”.

É o Tribunal de Contas, um órgão de soberania, que assim diz.

Por isso, o Tribunal de Contas conclui que esta estimativa que faz, “todos os valores contratualizados que envolvem determinadas premissas devem considerar-se como estimativas”, ou seja, e diz o Tribunal de Contas:

“Os próximos Orçamentos e Contas da Região deverão refletir efetivamente todos os compromissos já assumidos.”

É nessa base que o Tribunal de Contas, órgão de soberania, volto a repetir, estima em 3.300 milhões de euros.

Deputado José Rego (PS): O que é que isso interessa?

Deputado João Costa (PSD): Não interessa nada!

O Orador: Como consideramos importante ouvir aquilo que o Tribunal de Contas nos diz para além daquilo que escreve no Parecer da Conta da Região Autónoma dos Açores relativa ao ano de 2010, iremos propor (e é esse o desafio que aqui fica feito) que, tal como aconteceu com a Conta Geral do Estado a nível nacional no dia 7 de janeiro, em sede de Comissão de Economia seja ouvido o Tribunal de Contas, que exista uma audição do Tribunal de Contas sobre a Conta da Região Autónoma dos Açores...

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

O Orador: ... onde todos terão a possibilidade de esgrimir argumentos para sabermos de que lado está a verdade.

Deputado José San-Bento (PS): Sr. Deputado, não estamos a discutir a conta!

O Orador: Para já, acreditamos no Tribunal de Contas. Vamos fazer essa proposta para que em sede de Comissão de Economia o Tribunal de Contas seja ouvido sobre a Conta da Região.

Acharíamos muito importante e acho que o próprio Governo teria esse interesse, em não limitar a capacidade de ouvir o Tribunal de Contas em sede de Comissão de Economia.

Por isso desafiamos o Partido Socialista a aprovar essa proposta que o PSD vai fazer em sede de Comissão.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Sr. Deputado Francisco César tem a palavra.

(*) **Deputado Francisco César (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado António Marinho, isto não é uma brincadeira.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Pois não!

O Orador: Estamos aqui a discutir assuntos sérios.

Este não é o local para vir fazer campanha à Dra. Berta Cabral.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Este é o local para se falar a sério.

O Sr. Deputado está aqui para fazer oposição ao Governo Regional.

O Sr. Deputado está aqui para fazer oposição ao Partido Socialista.

O Sr. Deputado não está aqui para fazer oposição aos Açores. É isso que o senhor está a fazer.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Sr. Deputado entra nesta Assembleia numa atitude de quanto pior melhor.

O Sr. Deputado entra nesta Assembleia numa atitude de “vamos levantar a suspeita”.

Deputado João Costa (PSD): Não! Vamos esconder debaixo do tapete!

O Orador: Isto não é um Protocolo de Colaboração e Entendimento. “Talvez estejamos...”, e cito o Sr. Deputado, “... perante um pedido de ajuda”.

O que é isto, Sr. Deputado?

O que é isto senão fazer oposição aos Açores?

O Sr. Deputado vem falar do Tribunal de Contas. Por que é que não fala do INE, do EUROSTAT?

Deputado João Costa (PSD): E do Tribunal de Contas!

O Orador: Por que é que não fala do Banco de Portugal?

Por que é que o Sr. Deputado não fala dos resultados apurados em relação à dívida pública da Região Autónoma dos Açores?

O único conceito utilizado por essas instituições, é o conceito de dívida pública, onde os Açores têm 17% do seu PIB, enquanto a Madeira tem 61% do seu PIB, enquanto que o país tem 93%, Sr. Deputado.

Deputado Ricardo Cabral (PS): Muito bem!

Deputado Berto Messias (PS): Não convém, não convém!

O Orador: Por que é que o Sr. Deputado não se lembra disso?

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: Estamos numa discussão séria, Sr. Deputado, em que temos o dever e a obrigação de questionar o Governo sobre aquilo que pode estar em causa no Memorando de Entendimento.

O que não podemos é, quando as respostas são dadas, falar e levantar suspeitas...

Deputado Duarte Freitas (PSD): Não são suspeitas. É o Tribunal de Contas!

Deputado João Costa (PS): Qual é a suspeita?

O Orador: ... que prejudicam os Açores só para ganhar dividendos políticos.

Deputado Clélio Meneses (PSD): O Tribunal de Contas já é suspeita? O que é isto?

O Orador: O Sr. Deputado deixe a campanha eleitoral para outra altura.

O senhor sabe o que é que vos incomoda?

O que vos incomoda é não estarmos colados à Madeira.

Deputado José San-Bento (PS): Exatamente!

O Orador: A nossa situação financeira permite-nos já ter feito todo um conjunto de reformas e permite-nos ter meios e mecanismos para manter os apoios sociais, para lançar linhas de apoio às empresas.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Em 100 dias isto fica resolvido!

O Orador: Sabemos que o caminho é difícil, sabemos que há dificuldades, mas o contributo que deixamos a esta região e que contamos continuar, é de uma situação financeira equilibrada, que nos permita, com autonomia, continuar a ajudar as famílias e as empresas.

Muito obrigado.

Deputado João Costa (PSD): Responda ao desafio!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Sr. Deputado Artur Lima tem a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Sr. Deputado Francisco César, isto realmente não é uma brincadeira. Nesse aspeto estamos de acordo.

O CDS está aqui para fazer oposição a essa bancada e ao Governo, não tenha dúvidas disso.

Por isso mesmo, pese embora a bondade da proposta do PSD, quero questionar o Governo dos Açores e o Partido Socialista, aqui, hoje e agora, sobre uma questão e é essa questão, o Tribunal de Contas.

O Tribunal de Contas não vai dizer à Comissão algo diferente do que disse aqui. Presumo que eles vão afirmar e reafirmar o que aqui está escrito.

O que quero perguntar diretamente ao Governo Regional dos Açores é, relativamente a esta questão do Tribunal de Contas, o que tem a dizer? É 3,3 mil milhões de euros ou não? As responsabilidades assumidas são ou não essas responsabilidades? De dívida, de compromissos futuros, chamem-lhes os nomes que quiserem.

Agora não iludam os açorianos!

Qual é a dívida global de compromissos futuros, atual, que se tem de pagar, direta e indireta? Tem ou não o Tribunal de Contas razão, Sr. Deputado Francisco César?

Se não tem razão, expliquem-nos aqui que não tem razão.

Eu não preciso ir à Comissão de Economia para saber que o Tribunal de Contas não tem razão.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Muito bem!

O Orador: Eu quero é que essa bancada e o Governo expliquem a esta casa, aos açorianos, que o Tribunal de Contas não tem razão...

Deputado Luís Silveira (CDS/PP): Muito bem! É essa a questão!

O Orador: ... para ficarmos todos entendidos e esclarecidos. A questão é apenas esta.

Sr. Deputado Francisco César, sob falta de perdermos a credibilidade que até agora o Governo dos Açores tem tido perante as instâncias nacionais e internacionais que o senhor aí bem referiu, era só o que faltava (e não abonava nada em favor da Autonomia, que neste momento está presa pelos Açores, os

Açores neste momento são a garantia do regime autonómico) e era muito mau para a democracia portuguesa que se colocasse em causa a Autonomia.

Por isso mesmo tem este Parlamento, este Governo e todos nós a obrigação de ter rigor e transparência para informação dos açorianos, do Governo da República e das instâncias internacionais.

Não vale a pena dizer apenas que o Tribunal de Contas não tem razão. Não tem razão porque... 1, 2, 3, por aqui abaixo, explicar tudo, tim-tim, por tim-tim.

O pior que nos pode acontecer, Sr. Deputado Francisco César, e concordará comigo, é os Açores e os seus órgãos de Governo próprio perderem a credibilidade perante o país e perante as instâncias internacionais. Isso não podemos deixar acontecer.

Muito obrigado.

Presidente: Sr. Vice-Presidente do Governo tem a palavra.

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores** (*Sérgio Ávila*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente porque a questão que foi colocada é completamente alheia a este debate, mas para que não fiquem dúvidas vou muito rapidamente esclarecer.

Primeiro, é completamente falso que o Tribunal de Contas tenha apontado qualquer nível de irresponsabilidades futuras no valor de 3.3 milhões de euros. Isso não está em nenhuma parte do Relatório do Tribunal de Contas.

Deputado Clélio Meneses (*PSD*): Homessa!

Deputado Duarte Freitas (*PSD*): Tenha vergonha! O timbre é do Tribunal de Conta, não é seu!

O Orador: Segunda questão essencial:

A referência que é feita e que depois o PSD, num comunicado, soma algo que o Tribunal de Contas nunca somou, é uma forma de contabilização de rendas futuras que o Tribunal de Contas não fez nenhum cálculo.

Deputado Duarte Freitas (*PSD*): O PSD deduz!

O Orador: Pode e vem no Relatório do Tribunal de Contas. O Tribunal de Contas limitou-se a citar o contrato que o Governo dos Açores assinou e que foi aprovado por esta Assembleia.

Portanto, não há nenhuma conta do Tribunal de Contas, não há nenhum cálculo do Tribunal de Contas.

O Tribunal de Contas não descobriu absolutamente nada. Citou apenas o valor das rendas nominais do contrato no âmbito das SCUTs, aprovado por esta Assembleia.

Nesta matéria não há novidade nenhuma.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: A única coisa que existe é uma notícia do Diário Económico (sabemos como é que chegou ao Diário Económico, sabemos toda essa situação) que tentou pôr ao Tribunal de Contas algo que o Tribunal de Contas não disse.

Segundo aspeto essencial:

Mesmo essas contas que são citadas, do valor das rendas nominais, nem são critério usado pelo Tribunal de Contas para calcular as parcerias.

Se forem à página 409 do relatório do Tribunal de Contas sobre a Conta do Estado, essa mesma entidade que referem, refere que o valor de cálculo de compromissos futuros das Parcerias Público-Privadas é exclusivamente o valor atualizado líquido e não o valor da renda nominal. Logo, o próprio Tribunal de Contas, no seu relatório sobre a Conta de Estado, desmente as contas que o PSD tentou imputar ao Tribunal de Contas.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Muito bem!

Deputado Benilde Oliveira (PS): Muito bem! Aprendam alguma coisa!

O Orador: Nesta matéria ficamos esclarecidos.

Segunda questão que é essencial: compromissos futuros, regularização de dívida.

A questão dos Açores é muito simples.

Se somarmos o pagamento de todas as responsabilidades que a Região tem, diretas, empresas públicas e inclusivamente valores de compromissos futuros,

ao longo de 30 anos, apenas a Região afetou a essas responsabilidades 4% das receitas que serão geradas durante este período.

Deputado João Costa (PSD): Já ouço violinos!

O Orador: Isto é, da gestão do Governo Regional dos Açores para o futuro fica disponível, para as próximas gerações, 96% das receitas que irão obter. É esse o nosso verdadeiro compromisso, é essa a nossa verdadeira responsabilidade que assegura que, ao longo das próximas legislaturas, todos os governos terão disponíveis 96% dos seus recursos para os aplicar e para novos compromissos.

Pergunto: haverá alguma região no país, alguma região na Europa que tenha liberto para novos investimentos, para assumir novas responsabilidades, 96% dos seus recursos?

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Deputado João Costa (PSD): E é este senhor que diz que o desemprego vai baixar este ano!

Presidente: Sr. Deputado António Marinho tem a palavra. O PSD tem 1 minuto.

(*) Deputado António Marinho (PSD): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente porque só tenho um minuto.

Página 152, do Parecer do Tribunal de Contas, relativamente à Conta da Região de 2010:

Responsabilidades plurianuais da Administração Pública Regional – 2.549,83 milhões de euros, a que se soma 1.253,6 das empresas públicas e associações. Globalmente, isto dá uma soma de 3.858 milhões de euros de responsabilidades assumidas.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Mais uma vez apanhado!

O Orador: O PSD retirou dos fluxos entre a Administração Pública Regional e o Setor Público Empresarial 350,3 milhões de euros, mais 148,3 milhões de euros.

Deduzindo os fluxos entre Administração Pública Regional e SPER temos então uma verba de 3.304 milhões de euros de responsabilidades ...

Deputado Clélio Meneses (PSD): Mais uma vez apanhado na mentira!

O Orador: ... contratuais plurianuais.

O Sr. Vice-Presidente do Governo acabou de mentir.

Deputado João Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: E mentiu relativamente a algo que foi concluído por uma entidade independente chamada Tribunal de Contas.

Nós acreditamos no Tribunal de Contas.

Acabámos de saber há bocado, pela voz do Sr. Deputado Francisco César, que considera que o Tribunal de Contas é... (não sei o quê), uma instituição de oposição. Estamos ditos.

Deputado Hernâni Jorge (PS): Isso era o Cavaco Silva!

Deputado Francisco César (PS): Seja sério!

O Orador: O Tribunal de Contas, que é um órgão de soberania, é aquele em que acreditamos. É com base num documento tão importante quanto o parecer do Tribunal de Contas sobre a Conta, que espelha os movimentos financeiros ao longo de um ano, é com base nisso que fazemos essas afirmações e não mentimos.

Presidente: Agradecia que terminasse, Sr. Deputado.

O Orador: Está aqui. Digo mais uma vez: página 152 do Parecer do Tribunal de Contas.

Mentiras não, Sr. Vice-Presidente!

Não vale tudo!

Desconsiderar o Tribunal de Contas, não. Em política não vale tudo!

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Não havendo mais inscrições vamos passar ao encerramento do debate.

Sr. Presidente do Governo tem a palavra.

Deputado Duarte Freitas (PSD): A coisa correu tão mal que até o Presidente do Governo teve de falar!

(*) **Presidente do Governo Regional dos Açores (Carlos César):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Isto correu muito bem, por isso é que eu estou a intervir. Suponho que o senhor não está sempre com a agenda paralela da líder do seu partido, só porque lhe corre sempre mal.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Deputado Duarte Freitas (PSD): Olha a agenda paralela do Secretário Contente!

Ontem foi o Vice-Presidente e o Secretário da Economia! Isso é que é agenda paralela!

O Orador: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

A discussão que acabou de ocorrer no Parlamento demonstra justamente aquilo que o Governo tinha dito: não havia objeto de discussão.

Em boa verdade justifica-se sempre, como hoje se justificou, falar do Tribunal de Contas, falar do Memorando da Troika, falar do Programa da Madeira, falar de algum aspeto em particular ou em geral da situação financeira, económica ou social dos Açores.

Esse debate é o debate do dia-a-dia.

Constitui um debate e uma discussão que incorpora as nossas obrigações, mas, em boa verdade, estivemos aqui a discutir algo que não era possível de ser discutido, razão pela qual não se discutiu nada, em concreto, relativo a um Protocolo de Colaboração e Entendimento com o Governo da República.

Logo, este foi não um não debate, mas um debate sobre outras matérias que não aquela para a qual foi convocado.

Deputados José San-Bento e Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

O Orador: Em segundo lugar, gostaria de salientar o seguinte: O Programa que teremos e que devemos subscrever é, em primeiro lugar, uma proposta do Governo Regional dos Açores ao Governo da República.

O nosso país assumiu um compromisso internacional...

Deputado João Costa (PSD): Através do Tribunal de Contas? Não!

O Orador: ... do qual decorre um conjunto de medidas com aplicação nas regiões autónomas, medidas essas que, numa parte substancial, só são aplicáveis, ou só podem ser executadas, por iniciativa e no âmbito das competências próprias dos órgãos regionais, razão pela qual o Governo Regional, assumindo as suas responsabilidades, entendeu aprovar um conjunto de disposições, decalcadas do Memorando da Troika, que devem incorporar uma negociação com vista à celebração de um Protocolo de Colaboração e Entendimento com o Governo da República, de forma a, entre outros aspetos, definir, em termos de temporalidade e de metodologia, a sua aplicação na Região Autónoma dos Açores. Tínhamos até sugerido inicialmente, quando falei com o Sr. Primeiro-Ministro, em julho do ano passado, que esse documento pudesse chamar-se Memorando de Colaboração e Entendimento.

O Sr. Primeiro-Ministro disse-me: “Não! A situação financeira dos Açores é muito diferente. Temos que lhe dar outro nome e sugiro que me sugira um Protocolo de Colaboração e Entendimento”. Assim foi.

Sugeri ao Sr. Primeiro-Ministro, na carta que é do vosso conhecimento, a realização desse protocolo, recebendo em resposta a sua manifestação de concordância e ainda a sugestão de, antes de concretizarmos esse protocolo, pudéssemos obter um apuro final da situação orçamental e da situação financeira da região.

Essas negociações estariam por isso a ter início, mas depois não tiveram início porque colocou-se, sim, como emergente, a necessidade de acudir à situação da

Região Autónoma da Madeira, entretanto diagnosticada, de um défice potencial superior a 800 milhões de euros daquela Região Autónoma para o ano de 2012. Como já era seguro e se sabia que o défice da Região Autónoma dos Açores seria, de acordo com o seu orçamento e das contas já entretanto sucessivamente monitorizadas, 54 vezes ou 57 vezes inferior, para o Estado não foi, nem é, preocupação a situação financeira e orçamental da Região Autónoma dos Açores.

Gostava, sobre essa matéria, dizer o seguinte (e ainda há bocado o Sr. Deputado do Grupo Parlamentar do Partido Socialista salientou justamente esta questão): Temos que debater e exercer o contraditório com todo o vigor e com toda a energia. Isso é indissociável da nossa democracia. Mas não podemos confundir o debate e a competição partidária que é saudável em democracia com o ataque e a desconsideração à Região Autónoma dos Açores que prejudica, em primeira e última análise, os açorianos.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

A questão é muito clara:

Com mais milhar de milhão, ou milhão de milhar, para parafrasear um célebre político português sobre questões orçamentais, a verdade é esta: é unânime entre os analistas, é unânime entre os partidos políticos, inclusive, na Região Autónoma dos Açores, com exceção do PSD/Açores, de que nos podemos orgulhar da situação financeira que temos, seja ela um pouco melhor ou um pouco pior na ótica de cada um.

O único partido na Região que de modo sistemático põe em causa a situação das finanças públicas, para abrir caminho...

Deputado Duarte Freitas (PSD): É o Tribunal de Contas!

O Orador: ... à satisfação do ciúme que tem de não haver um programa de austeridade como aquele que foi aprovado para a Madeira, é o Partido Social Democrata dos Açores.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Deputado Duarte Freitas (PSD): O Tribunal de Contas agora é um partido!

O Orador: Sras. e Srs. Deputados, não estivemos a discutir nenhum Protocolo de Colaboração e Entendimento, porque essa matéria ainda não teve um processo negocial iniciado, mas gostava de tornar muito claro aquilo que já disse uma vez:

Logo que sejam conhecidas, em concreto, para além do que decorre rigorosamente do Memorando da Troika, propostas do Governo da República no sentido de opinarmos sobre essa matéria e de chegarmos à contratualização desse protocolo, essa matéria deverá objeto de debate na Assembleia Legislativa Regional, de acordo com o procedimento que a Assembleia entender, numa fase em comissão, noutra fase em plenário, por exemplo, mas não só... Também deve ser objeto de debate e de conversações com os parceiros sociais, com as organizações representativas dos trabalhadores, com as organizações representativas do empresariado, com outras que reflitam o interesse público ou interesses relevantes que estejam em presença.

Esta matéria será sempre, pela parte do Governo, matéria de um debate regional.

O Governo não quer nenhum segredo à volta deste Protocolo de Colaboração e Entendimento.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: O Governo quer que se saiba o que é que cada um propõe e o que é que cada um aprova.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Muito bem!

Deputado João Costa (PSD): Isso é para quando?

Deputado António Marinho (PSD): Para os 155 dias!

O Orador: Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Gostava de dizer ainda o seguinte:

Há partidos, como o PSD, que procuram aqui alguma notoriedade pré-eleitoral nesta democracia parlamentar que preservamos.

Aquilo que queremos é usar a democracia que temos, seja para esclarecer, seja para formar opinião, quando houver o que discutir e quando houver aquilo face ao qual devemos optar.

Gostava de dizer também o seguinte:

Se houvesse matéria de facto para estarmos a discutir, hoje, aqui, o Protocolo de Colaboração e Entendimento com o Governo da República e essas negociações, eu não acredito que o PSD/Açores e o CDS, inclusive, não soubessem.

Então os seus companheiros e irmãos (não sei como é que se diz, no caso do CDS, peço desculpa)...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Não, não! Mais para aquele lado!

O Orador: Têm alguns que se tratam assim, mas de qualquer modo eu não acredito, Sras. e Srs. Deputados, que se houvesse alguma matéria de facto, algum desenvolvimento negocial, alguma negociação obscura e em segredo entre o Governo Regional dos Açores e o Governo da República, que os vossos colegas e companheiros do Governo da República não vos tivessem dito. Ou não vos dizem mesmo?

(Risos dos Deputados da bancada do PS)

De qualquer modo, se não vos dizem, eu digo-vos:

Não, neste momento, não existe qualquer negociação que seja necessária aqui refutar.

Muito obrigado.

Deputados Benilde Oliveira e Ricardo Cabral (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Deputado João Costa (PSD): Esqueceu-se de dizer foi onde é que meteu o protocolo de apoio!

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem a palavra para encerrar o debate.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

O Sr. Presidente do Governo Regional dos Açores acaba de fazer uma intervenção em que assume uma responsabilidade política que não tinha assumido, que é o facto de transmitir toda a informação ao Parlamento, aos agentes sociais, à opinião pública e todos aqueles que têm o direito e o dever de participar na atividade política nos Açores.

Devo dizer que este compromisso que vem 6 meses depois...

Deputado Francisco César (PS): Seis meses depois?

O Orador: ... e que certamente foi forçado por este debate que aqui foi provocado pela Representação Parlamentar do PPM...

(Risos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

... o Sr. Presidente do Governo Regional foi forçado a dizer aquilo que em democracia não podia deixar de dizer, mas o que aqui disse foi o que não disse ao longo destes 6 meses.

Vou voltar a ler o que o Sr. Presidente do Governo Regional (a fonte é da vossa parte, com certeza é uma fonte fidedigna, Gabinete de Apoio à Comunicação Social que cita o Presidente do Governo) disse:

“Decorrem, como sabem, conversações com o Governo da República”. Depois fala do Protocolo de Colaboração e Entendimento entre o Governo Regional e o Governo da República e diz isto no dia 27 de dezembro de 2011, em relação a um protocolo que teria sido aprovado, por parte do Governo Regional, em 2 de setembro.

Portanto, eu não acredito que durante 6 meses não se tenha discutido nada nestas reuniões.

“Decorrem, como sabem, conversações...”, mas que conversações são estas?
Entre o cego e o surdo?

Pergunto: que peso político pode ter um Governo Regional que quer estabelecer um Protocolo de Entendimento e que o Governo da República lhe diz: não, eu tenho muito mais que fazer, tenho um assunto da Madeira, tenho do Minho, do Alentejo, portanto não é possível governar o país todo ao mesmo tempo.

Os senhores querem que eu acredite nisto?

Os senhores querem que a opinião pública acredite que o Governo primeiro governa no Minho, a seguir trata dos problemas de Trás-os-Montes e daqui a um ano chega aos Açores, porque aquela questão é uma questão que também tem de resolver.

Os senhores não convencem ninguém com esta tese. A verdade é que os senhores estavam, como disse o Sr. Presidente do Governo Regional, em conversações e estão em conversações.

Assumiram compromissos e não os transmitiram à opinião pública, não os transmitiram ao parlamento, não transmitiram o memorando inicial que aprovaram no Conselho de Governo em setembro ao Parlamento e até a este momento não forneceram essa informação.

Por que é que não o fizeram?

Não o fizeram por uma questão eleitoral.

Deputado Francisco César (PS): Isso é a teoria da conspiração, Sr. Deputado!

O Orador: Somos solidários com a defesa dos interesses da Região.

Temos, ao longo de toda a legislatura, acompanhado o Governo Regional em todas as matérias de responsabilidade regional. O que não nos peçam é que se acompanhe um calendário eleitoral, porque os senhores nesta matéria serão desmentidos...

Presidente do Governo Regional dos Açores (Carlos César): Isso vai coincidir com a véspera das eleições!

O Orador: ... em 100 dias.

Está na moda falar novamente nos 100 dias. Em 100 dias os vossos compromissos, as negociações que estiverem a decorrer, serão públicos.

Em 100 dias, esses compromissos, essas negociações serão públicas.

Vou dizer-vos o seguinte:

O prognóstico é muito mau. As medidas que aí vêm, os compromissos, são muito graves para a economia dos Açores. Vão agravar a recessão, porque o contexto nacional é péssimo, mas se agravarem a situação fiscal da Região é evidente que vamos juntar à recessão nacional a recessão regional.

Os senhores foram incapazes de inverter as políticas nacionais nessa matéria e foram incapazes de alterar este cenário, que é um cenário de um contexto mau em que juntamos posições a nível regional que agravam o problema.

Os Açores é duplamente prejudicado pela crise nacional. É essa a questão.

Todas essas questões, todas essas exigências, muitas das quais serão muito semelhantes às que foram impostas à Região Autónoma da Madeira, os senhores vão ser confrontados com elas dentro de 100 dias.

O que vão dizer num período de 100 dias é que não têm responsabilidade nenhuma, que a responsabilidade é totalmente do Governo da República.

Os senhores não vão assumir a responsabilidade de terem entrado neste processo de negociação sozinhos, de terem querido esconder a fragilidade económica da situação com que partiram.

Os senhores quiseram negociar sozinhos. Os senhores são os responsáveis por uma negociação que não teve peso político, uma negociação que não teve capacidade de inverter esta situação.

Srs. Deputados, não serve ao interesse regional esconder os problemas. O Tribunal de Contas falou nos 3.300 milhões de euros.

Deputado Francisco César (PS): Não explicámos?

O Orador: Isto significa uma dívida brutal. Significa que está completamente hipotecado qualquer tipo de possibilidade...

Deputado Francisco César (PS): Sr. Deputado, veja as nossas receitas!

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): O senhor não faz ideia do que está a dizer!

O Orador: ... de recuperar, do ponto de vista económico, se forem introduzidas medidas muito semelhantes às que foram introduzidas na Região Autónoma da Madeira.

Os senhores estão a negar este cenário.

Este é o cenário real. O tempo terá a oportunidade de demonstrar que os senhores neste debate – e termino, Sr. Presidente – não disseram a verdade.

Os senhores, neste debate, esconderam uma conjuntura péssima por razões eleitorais.

Os senhores esconderam uma conjuntura péssima nestas questões.

Os senhores esconderam esta situação.

Os senhores são responsáveis, totalmente responsáveis, pelo que aí vem, pelo que vai chegar aos açorianos, pelo que vai chegar à economia dos Açores nos próximos meses.

A responsabilidade é vossa.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, terminámos este debate de urgência.

Atingimos a nossa hora regimental para almoço. Continuamos com a Agenda às 15 horas.

Bom almoço e até lá.

Eram 13 horas e 02 minutos.

Presidente: Boa tarde, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo.

Vamos reiniciar os nossos trabalhos continuando com a Agenda.

Eram 15 horas e 10 minutos.

Passamos ao ponto seguinte: **Recurso quanto aos fundamentos da rejeição do Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 4/2012 – “cria um apoio extraordinário para os funcionários da administração regional que foram abrangidos pela suspensão de subsídios prevista no artigo 21.º da Lei n.º**

64-B/2011, de 30 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para 2012”, apresentado pela Representação Parlamentar do PCP.

O processo é fundamentalmente escrito. Foi distribuído esta manhã quer a informação dos serviços, quer o meu despacho, quer a ata da Mesa, quer naturalmente o diploma e o recurso apresentado pela Representação Parlamentar do PCP.

Combinou-se, apesar disso, em Conferência de Líderes, que seria dado, querendo, 5 minutos a cada grupo ou representação parlamentar.

Começo por dar a palavra ao Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP)**: Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sr. Secretário Regional:

Os fundamentos do recurso para plenário constam do requerimento que está na posse de Vs. Exas. como o Sr. Presidente acabou de dizer.

Este Projeto de Decreto Legislativo Regional que o PCP apresentou, em nossa opinião, não viola a chamada lei travão, aliás, como se pode verificar no próprio artigo 6º do projeto de diploma que apresentámos quando remetemos. Diz o artigo 6º:

“Compete ao Governo Regional o estabelecimento das normas regulamentares e alterações orçamentais necessárias à execução do presente diploma.”

Isto é, o Orçamento da Região arrecadou os valores correspondentes ao confisco dos subsídios de férias e de natal dos trabalhadores da Administração Regional e está diluído no Orçamento.

Aquilo que se propõe é que a rubrica Fundo de Compensação Social seja dotada com verbas já existentes no Orçamento. Portanto, não haveria aqui nenhuma violação da chamada lei travão.

Por outro lado e quanto à questão da renovação da iniciativa importa dizer, desde logo, o seguinte:

Quando fizemos a proposta de aditamento fizemo-la ainda o Orçamento de Estado não estava aprovado.

Agora, no projeto diploma que apresentámos, cuja admissibilidade foi recusada, fazíamos uma clara referência a uma norma do Orçamento de Estado, coisa que não poderíamos fazer quando discutimos o Orçamento, uma vez que o Orçamento de Estado só foi publicado no dia 30 de dezembro. Aprovámos aqui o Orçamento e quando fizemos o aditamento fizemo-lo em novembro de 2011.

Por outro lado, o próprio Regimento é claro relativamente a uma questão:

A renovação das iniciativas diz respeito a projetos e propostas de Decreto Legislativo Regional e a questão dos aditamentos é regulamentada designadamente por um outro artigo, salvo erro o artigo 122º do Regimento.

Portanto, não se trata aqui da renovação da mesma iniciativa face ao Regimento e face ao objeto dela, uma vez que o aditamento dizia claramente para sobrepor os valores correspondentes aos 13º e 14º meses. Agora, aquilo que esta iniciativa do PCP, cuja admissibilidade foi recusada, pretendia era uma outra coisa, era criar um apoio extraordinário para os trabalhadores da Administração Pública Regional.

No nosso entendimento este projeto devia ter sido admitido porque não viola, em nossa opinião, a chamada lei travão, nem nenhuma norma regimental uma vez que, quer em termos formais, quer em termos materiais, respeitámos integralmente os normativos regimentais.

Relativamente à decisão, para nós, Representação Parlamentar do PCP, o Sr. Presidente tem toda a legitimidade para o fazer ...

Deputado Pedro Gomes (PSD): A Mesa!

O Orador: ... mas a verdade é que o próprio Regimento dá-nos a possibilidade de trazermos para decisão do plenário a questão da admissibilidade.

Para nós, esta questão da admissibilidade é sobretudo uma questão não de natureza jurídica – aliás os argumentos jurídicos constam do fundamento da decisão do Sr. Presidente da Assembleia, assim como constam do nosso requerimento – mas de ordem política.

Temos consciência que esta iniciativa iria causar, ou vai causar, dependendo da decisão do plenário, alguns incómodos, desde logo, ao CDS/PP e ao PSD,

porque são os responsáveis por na República terem imposto o corte (o roubo!) dos subsídios de férias e de natal aos trabalhadores da Administração Pública.

É evidente que isto seria um incómodo muito grande para Vs. Exas. terem de justificar esse roubo às açorianas e açorianos.

Mas o incómodo seria certamente também para o Partido Socialista, uma vez que teria de ser aqui confrontado com uma outra questão.

É evidente que isto, tal como está, serve ao Partido Socialista. E serve ao Partido Socialista porquê?

Porque pode, a qualquer altura, remeter o ónus deste confisco, deste roubo, para o Governo do CDS-PP/PSD, e, por outro lado, arrecada aqui um valor substantivo de receita para executar em 2012. É bom que não nos esqueçamos que 2012 é um ano eleitoral.

Não nos parece correto que o Governo Regional venha a utilizar o dinheiro que é dos trabalhadores da Administração Pública Regional para apoiar as empresas ou para fazer o que quer que seja.

Presidente: Sr. Deputado, terminou mesmo o seu tempo.

O Orador: Vou terminar, Sr. Presidente.

Aliás, como já tive oportunidade de o expressar, o melhor apoio que se pode dar às empresas, ao sector empresarial na Região, é não empobrecer mais os trabalhadores da Administração Pública Regional, é não empobrecer mais as famílias, porque esse empobrecimento tem levado à retração do consumo, tem levado ao desemprego, tem levado à insolvência de muitas empresas da Região. O melhor e mais eficaz apoio que se pode dar às empresas da Região é repor este valor nas mãos de quem de direito, os trabalhadores da Administração Pública regional.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Estão abertas as inscrições, Sras. e Srs. Deputados.

Sr. Deputado Berto Messias, tem a palavra.

(*) **Deputado Berto Messias (PS):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sr. Secretário Regional da Presidência:

Serei muito breve.

Entende o PCP, de forma naturalmente legítima, trazer a este plenário um recurso da decisão da Mesa do Parlamento. No entanto, não me parece que seja de todo legítimo e correto sequer dizer que esta é uma decisão política.

Não! É uma decisão devidamente sustentada do ponto de vista jurídico, regimental e até do ponto de vista do enquadramento financeiro que sustentava a proposta apresentada pelo PCP, porque remete para um fundo que tem um valor muito inferior ao valor que estaria envolvido nesta medida, que é aliás (convém dizê-lo e relembrar) uma medida do Governo da República, do Governo PSD/CDS-PP...

(Risos dos Deputados Artur Lima e Paulo Estêvão)

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Essa não!

O Orador: ... a de impedir e de cortar os subsídios de férias e de natal a nível nacional e também, naturalmente, a nível regional.

Pela razão regimental, pela razão também legal e legislativa e também pelo enquadramento financeiro que sustenta esta proposta do PCP, na nossa perspectiva, a decisão tomada pela Mesa, como se pode constatar nos documentos aqui distribuídos, é correta, bem sustentada e bem fundamentada.

Portanto, não apoiaremos este recurso e apoiamos naturalmente a decisão da Mesa da Assembleia.

Muito obrigado.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Da parte da Representação Parlamentar do PPM o que temos a dizer em relação a este recurso do PCP é que concordamos com os seus fundamentos, do ponto de vista jurídico e do ponto de vista político.

Consideramos que esta decisão é precisamente a decisão do Governo Regional e é ilegal e anticonstitucional.

Consideramos que Vs. Exas. não têm legitimidade para retirar aos trabalhadores portugueses os subsídios de férias e de natal.

Consideramos que a paternidade da ilegalidade é do Governo Regional dos Açores. Podia não ter, ao contrário do que disse o Sr. Deputado Berto Messias, deliberado nesse sentido, mas deliberou.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Isso não tem nada a ver com o assunto que se está a discutir!

Presidente: Sr. Deputado, vamos discutir o recurso.

O Orador: O que é muito importante aqui reafirmar, e cingindo-me apenas ao teor do recurso...

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Não parece!

O Orador: ... é que do ponto de vista jurídico (é a nossa interpretação, a da Representação Parlamentar, e que fazemos no uso da liberdade...

Deputado Berto Messias (*PS*): Sr. Presidente, estamos a discutir o recurso e não o teor da proposta!

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Quando não há competência resta a liberdade!

O Orador: ... que ainda temos neste país, há liberdade neste país para fazer apreciações), do ponto de vista da legalidade, a paternidade da ilegalidade, em relação a esta medida, pertence ao Governo Regional dos Açores.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Isso não tem nada a ver com o que estamos a debater!

O Orador: Tem tudo a ver.

O Governo Regional dos Açores deve assumir com coragem, com frontalidade as suas decisões. Podiam não ter decidido assim, mas decidiram. Decidiram ficar com os subsídios de férias e de natal. É tão simples quanto isto.

Deputado Berto Messias (*PS*): Mas baseia-se em quê para dizer isso?

O Orador: Os senhores não gostam de ouvir, mas têm que ouvir a verdade.

Para terminar, Sr. Presidente, dizer, em relação a esta medida que foi tomada pela Mesa, que consideramos que, face aos argumentos que são apresentados no recurso do PCP, o PCP tem razão.

A proposta devia ser admitida, votada e discutida aqui democraticamente. É tão simples como isso.

Portanto, os senhores têm essa responsabilidade e considero que a Mesa, neste caso, agiu mal.

Deputado Berto Messias (PS): O senhor baseia-se em quê?

Presidente: Sra. Deputada Zuraída Soares tem a palavra.

(*) Deputada Zuraída Soares (BE): Obrigada.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Sem fazer nenhum tipo de juízo de valor quanto a possíveis intenções veladas da Mesa desta Assembleia negando a possibilidade deste Projeto de Decreto Legislativo Regional, da iniciativa do PCP, descer à respetiva Comissão e vir ao nosso plenário (repito, sem fazer nenhum tipo de juízo de valor), o Bloco de Esquerda entende que a Mesa desta Assembleia teve uma interpretação demasiado restritiva ao negar essa possibilidade. Porquê?

Porque na realidade o Bloco de Esquerda entende que a proposta agora trazida pelo PCP não é a mesma que foi apresentada em sede de discussão do nosso Plano e Orçamento para 2012.

Trata-se, agora, tanto quando podemos ler até no próprio título do Projeto de Decreto Legislativo Regional, de criar um apoio extraordinário para os funcionários da Administração Regional.

É inevitável entrarmos pela interpretação política, porque isto não é, digamos, um concílio de juristas, é uma Assembleia de Deputados e de políticos. Portanto é inevitável entrar pela política.

Entendemos que este apoio extraordinário já fazia sentido em novembro, quando aqui discutimos o nosso Plano e Orçamento, aliás, não era um apoio extraordinário, era a devolução daquilo que o PCP entendia, e o Bloco de Esquerda sempre entendeu, como um roubo aos nossos trabalhadores.

Não sendo a mesma proposta, do nosso ponto de vista, agora trata-se de uma iniciativa extraordinária, de uma medida extraordinária, para uma situação extraordinária com que todos os trabalhadores da função pública se confrontam na nossa Região.

Mais. Não são só os funcionários públicos. São os nossos empresários, é a nossa economia é a sustentabilidade do presente e do futuro desta Região.

Pelas duas razões, vamos votar favoravelmente o recurso do PCP.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Presidente: Sr. Deputado Jorge Costa Pereira tem a palavra.

Presidente: Sr. Deputado Jorge Costa Pereira tem a palavra.

Deputado Costa Pereira (PSD): Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Muito rapidamente para dizer que nesta, como em muitas outras decisões, a Mesa fez uma avaliação formal e material do que estava em causa. Fundamentou-se num parecer dos serviços técnicos desta Assembleia e decidiu da forma que decidiu sobre esta admissibilidade, sem qualquer preocupação de natureza partidária ou qualquer interesse ou envolvimento partidária.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Pois, pois!... Pelo amor de Deus!

O Orador: Decidiu baseada nos pareceres que tinha e no respeito pelo Regimento desta Assembleia.

Deputado Pedro Gomes (PSD): Muito bem!

O Orador: Nessa medida o Partido Social Democrata continua mantendo-se solidário para com a decisão da Mesa.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Sr. Deputado Artur Lima tem a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Secretários Regionais:

O que estamos aqui a discutir é o recurso do Partido Comunista Português. Nada mais do que isso! É a isso que nos vamos cingir.

Deputado Aníbal Pires (PCP): O resto incomoda!

O Orador: Efetivamente se o parecer dos serviços técnicos desta Assembleia, ou de qualquer outra, dá jeito, tomamos em conta, se não dá jeito não tomamos em conta. É o que aqui se está a passar.

Julgo que a decisão da Mesa foi bem fundamentada. Está fundamentada jurídica e regimentalmente.

O parecer técnico diz isto mesmo.

Portanto, é a isso que nos devemos cingir e é isso que está aqui em discussão, nada mais.

Não podemos permitir os aproveitamentos políticos, demagógicos, que se fazem à volta disso. Estamos efetivamente numa câmara de Deputados que tem que ajuizar e, sobretudo, tem a obrigação de respeitar o Regimento. Isso é uma obrigação de todos nós.

Regimentalmente o Partido Comunista discordou da decisão da Mesa. Fez recurso para o plenário e muito bem.

É isso que estamos aqui a discutir e apenas isso.

Quanto à outra conversa, do roubo, etc., julgo que se aprovássemos este recurso do Partido Comunista, era um verdadeiro assalto (um assalto!) ao Regimento e à lei desta casa.

Como consequência o CDS votará contra o recurso do Partido Comunista Português.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos então votar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Secretário: O recurso apresentado foi rejeitado com 26 votos contra do PS, 16 votos contra do PSD, 5 votos contra do CDS/PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Foi sintomática a votação. Apenas veio dar razão aos argumentos que há pouco aduzi na apresentação do recurso, argumentos que foram entendidos por alguns Deputados e algumas bancadas como fora do âmbito do recurso, mas comprovam claramente a justeza e o rigor da minha argumentação quando falei no incómodo que a discussão deste diploma, quer em comissão, quer no plenário, provocaria, por um lado, no CDS/PP e no PSD e, por outro lado, no Partido Socialista.

Importa ainda dizer, até porque não houve lugar a debate, o seguinte:

A decisão da Mesa – com certeza que tem toda a legitimidade – está fundamentada num parecer jurídico.

O recurso do PCP também está fundamentado (tem legitimidade), fundado e ancorado num parecer jurídico.

Importa dizer ainda o seguinte:

A Mesa da Assembleia tem as funções que tem, mas é composta por Deputados. É bom que nos lembremos quem são os Deputados que compõem esta Mesa. São Deputados do Partido Socialista e do PSD.

Deputado Berto Messias (PS): Isto é lamentável!

O Orador: Não! Isto tem importância.

São Deputados do Partido Socialista e do Partido Social Democrata. Mais.

Deputado Hernâni Jorge (PS): Quer dizer que se o senhor estivesse na Mesa a decisão seria outra!

Presidente: Sr. Deputado Aníbal Pires, faça favor de concluir a sua declaração.

O Orador: Eu só estou a constar um facto. É bom que saibam, para quem não sabe, que a Mesa é composta por Deputados do Partido Social Democrata (PSD) e do Partido Socialista.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Também queria fazer parte da Mesa!

O Orador: Toda a gente sabe, e se não sabe fica a saber, que a decisão da admissibilidade ou não admissibilidade é do Presidente da Assembleia. Não é da Mesa!

Não terá sido por acaso que aparece a decisão como sendo uma decisão da Mesa e não do Presidente da Assembleia.

Portanto, para que fique claro, porque há pouco não houve debate, relativamente à decisão da Mesa, se a Mesa se fundamentou, a Representação Parlamentar do PCP também se fundamentou em pareceres jurídicos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Sra. Deputada Zuraída Soares tem a palavra.

(*) Deputada Zuraída Soares (BE): Muito obrigada.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Eu não tencionava fazer nenhuma declaração voto, mas sinto-me obrigada a fazê-lo pelo seguinte:

O Bloco de Esquerda subscreve, quer do ponto de vista formal, quer do ponto de vista material, o recurso da Representação Parlamentar do PCP, pelas razões que há pouco aqui enunciei, mas não subscreve o manto de desconfiança, sobre a decisão da Mesa desta Assembleia, que esta última intervenção do Sr. Deputado, que lamentamos, acabou de criar.

Deputados José San-Bento e José Lima (PS): Muito bem!

A Oradora: Que fique claro que sendo certo que reconhecemos toda a razoabilidade, dos dois pontos de vista, à Representação Parlamentar do PCP, não subscrevemos a desconfiança lançada sobre a decisão da Mesa com a qual, com a toda a legitimidade, qualquer Deputado desta casa pode concordar ou discordar, o que é diferente de lançar a desconfiança sobre uma decisão que deixa de estar assente num parecer jurídico ou numa decisão jurídica e passa a estar eivada de partidarite aguda.

Sras. e Srs. Deputados:

No dia em que entrarmos nesta Assembleia por esse caminho, então a democracia realmente está posta em causa na nossa Região.

Muito obrigada.

Vozes dos Deputados das bancadas do BE, PSD e CDS/PP: Muito bem!

Muito bem!

Presidente: Sr. Deputado Berto Messias tem a palavra.

(*) **Deputado Berto Messias (PS):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Não estava para fazer uma declaração de voto, mas tendo em conta as afirmações do Sr. Deputado Aníbal Pires não posso deixar de lamentar a postura de mau perdedor que ele apresenta com a declaração de voto que fez.

O Sr. Deputado Aníbal Pires, num registo que nos parece absolutamente lamentável, faz uma declaração de voto de mau perdedor, lançando uma suspeição que nos parece lamentável sobre os deputados que compõem a Mesa da Assembleia Legislativa dos Açores.

Ficaram muito claras, vendo o recurso, vendo a fundamentação que sustentou a decisão da Mesa, as razões regimentais, legislativas e até em termos de enquadramento financeiro que levaram à decisão da Mesa.

Apesar do Partido Comunista estar a tentar puxar esta questão para a vertente política, aquilo que esteve em causa foram questões procedimentais e materiais relacionadas com esta matéria e isso parece-nos que ficou absolutamente claro.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Para eles não ficou claro, ficaram tristes!

O Orador: Não posso deixar de lamentar essa postura de mau perdedor que o senhor apresentou na sua declaração de voto.

Muito obrigado.

Presidente: Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Também não tencionava fazer nenhuma declaração de voto a este respeito.

Agora não posso deixar de lamentar profundamente a suspeição que o Sr. Deputado Aníbal Pires lança sobre a Mesa desta Assembleia.

Queria recordar ao Sr. Deputado Aníbal Pires que a Mesa da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores foi eleita democraticamente por todos nós neste plenário.

É uma Mesa que nos representa a todos nós, por eleição democrática, Sr. Deputado.

Se lá está o Partido Socialista e o Partido Social Democrata foi quem os Deputados desta Casa entenderam que ali devia estar, porque também, que eu saiba, não houve mais candidatura de nenhum grupo parlamentar ou de nenhum Deputado a nenhum cargo da Mesa.

É uma Mesa legítima, democraticamente eleita, que respeitamos.

Não aceitamos essa sua postura, ao fim de tanto tempo de aqui estar, de não perceber que aquela Mesa foi eleita por um método democrático.

Estamos em democracia, Sr. Deputado Aníbal Pires.

Aqui, o processo é democrático.

Portanto, lançar suspeitas que a decisão terá sido essa porque só tem Deputados do Partido Socialista e do Partido Social Democrata, insinuando que se estivesse lá o Sr. Deputado ou algum da sua Representação Parlamentar a coisa seria diferente é, no mínimo, deselegante para a Mesa, para esta Assembleia e para a democracia dos Açores, Sr. Deputado.

Deputados Luís Silveira (CDS/PP) e Pedro Gomes (PSD): Muito bem!

Presidente: Sr. Deputado Aníbal Pires eu não queria fazer um debate.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Eu queria fazer um protesto, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra, Sr. Deputado, para eu não ser acusado (com certeza que não serei) de falta de democracia. Não é por isso. É o critério que sempre usei. Tem a palavra.

Deputados Luís Silveira (CDS/PP) e Pedro Gomes (PSD): Vai protestar porquê?

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Faço o protesto apenas pelo seguinte:

Julgo que houve aqui uma interpretação abusiva das palavras que eu proferi na minha declaração de voto.

Deputado Berto Messias (PS): O senhor é que abusou das suas próprias palavras. A questão é essa!

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Palavras de quem: minhas, do Deputado Berto Messias ou da Deputada Zuraida Soares?

Presidente: Sr. Deputado, faça favor de continuar.

O Orador: Houve aqui uma interpretação abusiva das minhas palavras.

Deputado João Costa (PSD): É o único que vai com o passo certo!

O Orador: A questão é a seguinte:

A presidência da Mesa e a Mesa da Assembleia tem toda a legitimidade. Respeito a Mesa, mas além de fazer cumprir o Regimento e de pôr a funcionar esta Casa, não deixa de ser um órgão político.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Foi eleito para isso!

O Orador: Está bem. Foi eleito, mas é um órgão político e eu não disse mais do que isso.

Se V. Exas. extrapolaram isso para qualquer manifestação de desconfiança relativamente à Mesa, não é verdade.

Aquilo que foi dito foi apenas factos.

A questão é a seguinte:

A Mesa da Assembleia não deixa de ser um órgão político. Foi só isto e tão-somente isto.

V. Exas. entenderam por bem vir defender a honra da Mesa, como se a honra da Mesa tivesse sido ofendida.

A mim não me parece que a Mesa ou o Sr. Presidente tivessem sido ofendidos com a minha declaração de voto.

Portanto, é perfeitamente abusiva a interpretação que fizeram das minhas palavras.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Eu não percebi foi o protesto!

Presidente: Creio que possamos ficar por aqui. Gostava só de dar um testemunho. Naturalmente não vou falar de mim, nem ser polémico, até porque as minhas funções exigem que não o seja.

Queria dar um testemunho relativamente aos quatro colegas que tenho de Mesa.

Como todos os Deputados, até pela lei, a não ser o contrário que aconteça supervenientemente, pertencem todos a partidos. Neste caso, como foi aqui muito bem lembrado, ao Partido Socialista e ao Partido Social Democrata.

Creio que os colegas de Mesa, como qualquer um de nós, podem errar. Agora – e estes 3 anos e pouco de trabalho levam-me a dizer isso com toda a sinceridade e com toda a convicção – todos eles têm, os do Partido Socialista e os do Partido Social Democrata, com certeza, honestidade intelectual para saber distinguir a substância da forma e para saber distinguir o que é a aplicação do Regimento do que são as opiniões legítimas que tenham sobre a forma e que têm até o dever de ter.

Isto é apenas um testemunho.

Eu confio que todos eles, sem exceção, têm essa capacidade e terão sobretudo essa honestidade intelectual.

Deputado António Marinho (PSD): Muito bem!

O Orador: Creio que podemos avançar.

Passamos para o ponto seguinte da nossa ordem de trabalhos: **Proposta de Resolução n.º 1/2011 – “Conta de Gerência da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores referente ao ano de 2010”**, apresentada pela Mesa da Assembleia.

Eu não sei se há intervenções.

Creio que não. Assim sendo vamos votar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: A Proposta de Resolução apresentada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Passamos para o ponto seguinte da nossa Agenda: **Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 12/2011 – “primeira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 36/2002/A, de 28 de novembro e ao Decreto Legislativo Regional n.º 10/2006/A, de 20 de março, referente às Insígnias Honoríficas Açorianas”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Sr. Deputado Clélio Meneses tem a palavra para apresentar o diploma.

(*) **Deputado Clélio Meneses (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PSD apresentou este Projeto de Decreto Legislativo Regional que visa a alteração dos dois diplomas que regulam a atribuição das insígnias honoríficas na Região Autónoma dos Açores, com um conjunto de pressupostos que, de resto, estão expressos na exposição de motivos, mas que de uma forma sucinta evocarei aqui nesta oportunidade.

O PSD, logo como nota prévia, considera importante a institucionalização de um regime de atribuição de insígnias honoríficas que faça o reconhecimento público pelo mérito, pelas atividades, pelos desempenhos de pessoas privadas ou coletivas. Entendemos que isto foi um passo de dignificação da Autonomia e da dignificação das várias dimensões sociais, económicas e culturais que a Autonomia tem.

Por outro lado, entendemos que esta atribuição, pela sua própria natureza, deve ser marcada pelo rigor, pela isenção e pela objetividade. Quando a Região Autónoma dos Açores valoriza, através da atribuição de insígnias, um qualquer cidadão ou uma qualquer entidade, que isto seja, aos olhos de todos e sem qualquer dúvida, uma nota de objetividade, isenção e rigor, isto é, destituída de quaisquer cargas partidárias que, como bem se sabe, muitas vezes distorce do real sentido, designadamente aquilo que está aqui em causa.

Por isso mesmo, entendemos que este processo deve ser limpo de qualquer dúvida e de qualquer aproveitamento político partidário.

Deputado Berto Messias (PS): Essa é extraordinária!

O Orador: Por outro lado, entendemos que os processos políticos caracterizam-se, por natureza, por serem evolutivos, por visar o seu progressivo aperfeiçoamento. Os processos políticos, legislativos e desde logo parlamentares, não são fechados. São processos abertos, evolutivos e que tendem ao seu aperfeiçoamento.

Por outro lado, também entendemos que é cada vez mais consensual a ideia da necessidade do envolvimento da sociedade com os seus representantes.

Cada vez mais se fala da necessidade da sociedade participar nos processos políticos, nos processos parlamentares, isto é, numa perspetiva partilhada, porque cada vez mais temos essa consciência de que o mundo vai avançando e vai ultrapassando as dificuldades que vai tendo através da partilha de responsabilidades, da partilha de deveres e também da partilha da participação de todos nos processos políticos que em cada momento são necessários.

Por isso entendemos que, neste caso concreto, a participação mais efetiva da comunidade, da sociedade fora das paredes do Parlamento, fora do círculo fechado que é o Parlamento, também é um contributo para a valorização do próprio ato em si.

Entendemos que depois do primeiro passo, que foi a identificação desta matéria como necessária à valorização dos açorianos através do seu reconhecimento, podemos dar aqui mais um passo através do envolvimento de cidadãos na escolha daqueles que serão reconhecidos com a atribuição da respetiva insígnia, com um processo cada vez menos partidário, cada vez menos fechado e, logo, mais aberto e mais envolvente da própria comunidade.

Por tudo isto, entendemos que era importante criar uma Comissão, constituída nos termos previstos no diploma, de forma consensual nesta Assembleia, que consiga, ela própria, dar um contributo para aquilo que será afinal a proposta e a decisão de reconhecimento de cidadãos e de entidades nos Açores, através da atribuição da insígnia honorífica.

Por todas essas razões, o PSD entendeu que era oportuno, nesta altura, porque tendo em conta os antecedentes dos outros anos e para evitar que qualquer outro processo ficasse de alguma forma fragilizado por alguma situação que não pudesse correr da melhor forma, apresentar este Projeto de Decreto Legislativo Regional que esperamos que seja aprovado, porque entendemos que esta é a forma mais adequada de dignificarmos a institucionalização das insígnias honoríficas e também este Parlamento e a própria Autonomia.

Deputados António Marinho, Duarte Freitas e João Costa (PSD): Muito bem! Muito bem!

Presidente: Estão abertas as inscrições, Sras. e Srs. Deputados.

Tem a palavra o Sr. Deputado Hernâni Jorge.

(*) **Deputado Hernâni Jorge (PS)**: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Em 2002 entendeu esta casa, e bem, instituir um regime das insígnias honoríficas açorianas que visa, conforme já foi dito e é do conhecimento geral, a distinção de pessoas, de instituições e de acontecimentos pelo especial mérito que relevam na sociedade açoriana.

Foi entendimento (aliás, é o regime que temos entre nós) que as respetivas propostas e a decisão relativamente à atribuição dessas insígnias devia caber aos órgãos de governo próprio da Região Autónoma, ou seja, a esta Assembleia Legislativa e ao Governo da Região Autónoma dos Açores.

Ao fim e ao cabo, estamos a falar das insígnias honoríficas açorianas, de insígnias honoríficas da nossa Autonomia.

É nesta linha que o Partido Socialista entende que este regime deve prosseguir e deve manter-se, sem prejuízo de, em função da dinâmica social, poder eventualmente, em determinado momento, em determinada circunstância, carecer de ajustamentos, de melhorias e de aprofundamentos.

Não cabe certamente neste âmbito as propostas que vêm do PSD.

Querer criar uma comissão de três sábios para propor sobre esta matéria é retirar aos órgãos de governo próprio aquilo que é essencial neste domínio.

Para o Partido Socialista a propositura e a decisão relativamente a esta matéria não pode sair do âmbito dos órgãos de governo próprio: a Assembleia Legislativa, o Governo da Região Autónoma dos Açores, os seus Deputados, conforme consta do regime atual.

Vai mais longe, a proposta do PSD.

Essa comissão de sábios poderia ainda propor no seu regulamento que outras quaisquer entidades pudessem também fazer propositura sobre esta matéria.

A associação não sei das quantas, a coletividade não sei de que mais, poderiam também, se esses sábios assim o entendessem, propor a esta Assembleia a distinção e a atribuição das insígnias honoríficas açorianas.

Para o Partido Socialista, e repetindo, porque nunca é demais dizê-lo, não podemos permitir que isso aconteça.

Esta matéria deve continuar no âmbito dos órgãos de governo próprio.

Além destes aspetos de natureza material, e que para nós são essenciais, há também aspetos de oportunidade e de natureza formal.

A oportunidade tem a ver com o seguinte:

Não é no final de uma legislatura, a pouquíssimos meses de um ato eleitoral, que se revê uma matéria desta natureza.

Sê-lo-ia eventualmente oportuno numa primeira metade da legislatura, num começo da legislatura, para poder ter eficácia, produzir alguns efeitos relativamente a essa legislatura.

Não deve competir a esta Assembleia tomar decisões relativamente a matérias que não irão produzir efeitos ainda no âmbito do seu mandato.

Tem mais um outro aspeto que para nós não é de somenos, podendo ser considerado acessório, e para terminar, Sr. Presidente:

Diz o regime jurídico em questão que o Sr. Presidente do Governo Regional, o Sr. Presidente da Assembleia e um terço dos Deputados, podem propor a distinção, através das insígnias honoríficas açorianas, a esta Assembleia.

Até ao momento, e por aquilo que se conhece nos últimos anos, isso nunca foi assim. Sempre se procurou um consenso, sempre surgiu aqui um projeto e uma iniciativa subscrita pelo mais vasto panorama partidário e parlamentar da nossa Região, porque os partidos sempre entenderam até agora que deve existir nestas matérias um amplo consenso e uma tentativa prévia de consensualizar e de formar uma propositura e uma decisão final nestes domínios.

O que é que o PSD faz neste momento?

Corta com essa tradição, corta com essa tentativa de consenso e apresenta uma proposta sem ter procurado previamente dialogar com os demais partidos no sentido de perceber se havia ou não necessidade de rever este regime e, se chegássemos à conclusão de que havia necessidade de rever esse regime, em que sentido, em que termos deveríamos, procurando essa consensualização, caminhar para a sua melhoria.

Por esta três ordens de razões, naturalmente que o Partido Socialista votará convictamente, muito convictamente, contra esta iniciativa.

Deputado José Lima (PS): Muito bem!

Deputado Costa Pereira (PSD): Como é costume!

Deputado João Costa (PSD): Convictamente, por ser PS!

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

No caso do PPM, fomos a primeira força política a não permitir que não existisse unanimidade, há cerca de dois anos, em relação a essa questão, porque principalmente o Partido Socialista, assumidamente, pretendeu transformar e associar ao Centenário da República as insígnias açorianas.

Nesse sentido, obviamente compreenderão que não podíamos concordar. Portanto, votámos contra.

No primeiro ano desta legislatura o PPM nem sequer foi informado do conjunto de personalidades que o Partido Socialista estava a indicar...

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Por que é que há de ser sempre o Partido Socialista e não os outros partidos?

O Orador: E os outros partidos, mas na altura quem estava a coordenar esse processo era o Partido Socialista, tanto quanto me recorde.

Há 3 anos ninguém nos perguntou nada. Apresentaram uma lista de nomes definidos por outras forças partidárias.

Eu considero que isto não está a funcionar bem e o número de personalidades que são agraciadas é excessivo todos os anos.

Considero que é necessário afinar estes procedimentos, mas não posso votar a favor desta proposta do Partido Social Democrata...

Presidente do Governo Regional dos Açores (Carlos César): Estamos a recuperar 5 séculos de história!

O Orador: ... principalmente pelo que está definido em relação ao artigo 10º-A, que significa que voltamos à tradição política em Portugal que é, na prática,

ao definirmos os tais dois terços para a Comissão, isto fica nas mãos de dois partidos, do PS e do PSD.

É assim em quase todos os órgãos relevantes da República e passaria a ser assim no âmbito da Assembleia Legislativa dos Açores.

Pela primeira vez, nesta legislatura, isso pode não suceder, mas se analisarmos a composição desta Assembleia ao longo das diversas legislaturas, para somar dois terços, é sempre necessário, de forma sistemática, juntar PS e PSD. Repito: não é o caso desta legislatura, que é uma exceção, mas sempre foi assim.

Ao aceitar uma proposta deste tipo significaria para o PPM acomodar-se a uma situação de absoluta irrelevância em relação a esta questão.

Nesse sentido não posso votar favoravelmente esta proposta, porque não vai no sentido de acautelar também o interesse de participação do PPM nesta questão.

Presidente: Sr. Secretário Regional da Presidência tem a palavra.

(*) **Secretário Regional da Presidência** (*André Bradford*): Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

O Governo participa neste debate porque legitimamente é parte, através do Sr. Presidente, do processo em vigor para atribuição das insígnias honoríficas na Região, no âmbito do Decreto Legislativo Regional existente, bem como de forma mais ampla também parte do processo conducente à celebração anual do Dia da Região, que é a ocasião solene onde depois são entregues as ditas insígnias honoríficas.

Participa, desde logo e em primeiro lugar, para transmitir a esta Assembleia que considera com excesso de voluntarismo esta iniciativa do Grupo Parlamentar do PSD que pretende resolver ou ser a solução para um problema que não existe e com isso acaba ela própria por criar um problema.

Deputado Clélio Meneses (*PSD*): Não existe?

Deputado Duarte Freitas (*PSD*): Toda a gente sabe que existe!

O Orador: É que o sistema em vigor funciona satisfatoriamente e tem permitido, de forma alargada e com provas dadas, refletir a pluralidade democrática existente nesta Assembleia.

É, inclusivamente, um sistema que se conseguiu adaptar por si próprio ao alargamento de forças político-partidárias representadas nesta casa a partir das eleições de 2008.

Portanto, é um sistema que na prática tem provado a sua valia. Não existe no histórico do funcionamento desse sistema nenhum argumento válido, concreto, nos vários anos em que ele vigorou, que possa servir de pretexto, parece-nos a nós, para justificar o desejo e o voluntarismo tão grande do PSD em querer rever esta matéria.

Por outro lado, gostava também de aproveitar esta ocasião para salientar que a regra, embora não seja um princípio necessário, destes anos até tem sido a unanimidade e da procura de soluções em conjunto, com uma ou outra exceção, como aquela que o Sr. Deputado Paulo Estêvão referiu há pouco e que basicamente dependeu dele próprio. Não houve unanimidade por causa do Sr. Deputado Paulo Estêvão.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Ah! Foi por minha causa?

O Orador: É natural que se lembre disso. Foi por causa do Sr. Deputado que não houve unanimidade.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Pois, não houve!

O Orador: O sistema tem funcionado...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Eu ia homenagear o Manuel de Arriaga!

O Orador: ... satisfatoriamente, com provas dadas.

Não consegue o Governo encontrar, na leitura da proposta do PSD, argumento suficiente para que ela exista.

Refere uma aproximação ao sistema nacional. Isso, de facto, não é realista. O sistema nacional não tem nada a ver com o sistema que o PSD propõe para a Região. Não!

O sistema nacional pressupõe a existência de uma Comissão, mas também, pressupõe o poder de iniciativa de uma série de outros órgãos que não essa comissão e órgãos politicamente eleitos.

Deputado Luís Garcia (PSD): É o que prevê ali!

O Orador: Portanto, não trazendo nenhuma vantagem concreta, este projeto do PSD ainda por cima traz uma enorme desvantagem que é retirar o poder desta casa, de propositura e de decisão sobre esta matéria...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Muito bem!

O Orador: ... passando apenas a ser um poder de adesão. Alguém vem dizer a esta casa quem é que deve ser distinguido com as insígnias honoríficas regionais e os Srs. Deputados eleitos pelo povo açoriano limitam-se a dizer “sim senhor” a estes nomes e “não senhor” a estes nomes.

Acha o PSD que esse sistema é melhor que o sistema que existe em que todos os Deputados desta casa têm capacidade de propositura e de decisão.

Não consegue o Governo perceber qual é a vantagem, qual é o serviço à Autonomia que esta proposta pode prestar.

Diz o Sr. Deputado Clélio Meneses, não na proposta mas no debate, que afinal o objetivo é permitir que instituições, agremiações de fora da dita sociedade civil, de fora das paredes desta casa, possam fazer chegar à Assembleia as suas pretensões quanto a esta matéria.

Isto não faz muito sentido, Sr. Deputado, porque o sistema que o Sr. Deputado propõe de eleição dos membros da dita comissão de sábios é exatamente o replicar do sistema que existe agora, no presente método de seleção dos dois terços.

As três pessoas que comporão a composição serão o reflexo dos mesmos dois terços que já têm capacidade de decisão neste sistema existente.

Qual é a vantagem que isso pode trazer?

Qual é a maior transparência e participação da sociedade civil que isso pode trazer?

Além disso e para terminar, Sr. Presidente, esquece o PSD que a atribuição destas insígnias é a forma que os órgãos de governo próprio da Região têm de celebrar a Autonomia.

É algo que faz parte da existência e da lógica de funcionamento da própria Autonomia. Não é um processo da agremiação x, da associação y. É da Autonomia, da Assembleia e do Governo. Portanto, deve ser a Assembleia e o Governo a decidir e a tratar do processo conducente à decisão da escolha de quem serão as pessoas agraciadas com as insígnias.

Se a associação y quer entregar uma medalha de mérito a algum cidadão açoriano por considerar que esse cidadão merece, pois pode fazê-lo no âmbito da sua ação.

Esta é a forma que os órgãos de governo próprio da Região têm de celebrar a Autonomia e assim deve ser, não necessariamente precisando deste processo da participação externa que, segundo o Sr. Deputado, também numa interpretação estranha, seria mais valiosa do que a própria participação dos Deputados desta casa.

Muito obrigado.

Deputado Hernâni Jorge (PS): Muito bem!

Presidente: Sra. Deputada Zuraída Soares tem a palavra.

(*) **Deputada Zuraída Soares (BE):** Obrigada.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

O Bloco de Esquerda vai votar negativamente este Projeto de Decreto Legislativo Regional referente às insígnias honoríficas açorianas, da autoria do PSD. Vai fazê-lo por algumas razões que passaria a enunciar e a explicar.

Primeiro, no nosso entendimento, este Projeto de Decreto Legislativo Regional menoriza claramente esta Assembleia...

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem! Menoriza a Assembleia! A questão é essa!

A Oradora: ... os Deputados desta Assembleia e os órgãos de governo próprio da nossa Região.

Em segundo lugar, porque entendemos que burocratiza um processo desnecessariamente. Traz uma carga de burocracia para aquilo que até hoje de uma forma mais fácil ou menos fácil, mais conflituante ou menos conflituante, tem chegado a bom porto sem esta burocracia.

Depois, porque entendemos que não resolve problema nenhum. No nosso entendimento, não resolve o problema que implicitamente o PSD quer resolver.

Qual é problema?

É o desentendimento, sobretudo entre os dois maiores partidos, o PS e o PSD, quando chega à altura de propor cidadãos ou cidadãs para serem reconhecidos no seu trabalho, na sua competência e no seu investimento nesta Região. Não resolve o problema.

Presidente do Governo Regional dos Açores (Carlos César): Se eles se opõem, avançamos com outro nome!

Deputado Clélio Meneses (PSD): Quer que dê um exemplo concreto?

Deputado Berto Messias (PS): Não fale das pessoas, fica mal! É deselegante!

A Oradora: É impossível, Sr. Presidente.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, assim não é possível continuarmos o debate.

A Oradora: Gostaria de continuar para dizer o seguinte:

Na intervenção do Sr. Deputado Clélio Meneses aquando da explicação da justificação para apresentação deste Projeto de Decreto Legislativo Regional, disse o Sr. Deputado Clélio Meneses, e eu aponte para agora poder repetir com a toda a verdade, que este projeto, esta iniciativa, no fundo, esta comissão de três sábios “traria rigor, isenção e objetividade a um processo demasiado carregado de carga partidária”.

Queria dizer aqui o seguinte:

Em nome de todas as individualidades e em nome de todas as pessoas, organizações, associações coletivas, que receberam até hoje um dos vários tipos de medalha de reconhecimento pelo seu investimento, pelo seu empenho e pela sua competência nesta Região, tenho a certeza que nenhuma delas gostará de

ouvir que essa atribuição e aquilo que receberam foi o resultado de uma partidarite aguda, sem rigor, sem isenção e sem objetividade.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Mas quem é que disse isso?

A Oradora: Quando o Sr. Deputado diz que este é que é o projeto que vem trazer rigor, isenção e objetividade e que lhe vai tirar a carga partidária, está implicitamente e, mais do que isso, explicitamente a dizer que até hoje é isso que tem acontecido.

Queria lembrar, Sras. e Srs. Deputados, que isso não honra, não dignifica nenhuma das pessoas que já foram medalhadas e, sobretudo não honrará nenhuma daquelas que agora vier a acontecer, porque não sendo aprovada esta iniciativa legislativa do PSD, todas elas ficarão a pensar qual foi o jogo político, qual foi a falta de rigor, qual é a falta de isenção, qual é a falta de objetividade.

Para resumir: a procura de unanimidade e do máximo de consenso nesta casa dignifica e honra quem é medalhado.

Essa é uma responsabilidade que todos, aqui dentro desta casa, temos. Temos a obrigação de tratar bem quando reconhecemos mérito seja a quem for.

É um processo difícil? É um processo conflituante? É possível talvez meter alguma palhinha, aqui e ali, para que as coisas se tornem mais pacíficas e menos conturbadas em nome daqueles que estamos a homenagear, em nome do povo açoriano? Provavelmente é! Mas de certeza que não é com uma comissão de sábios que isso se alcança e sobretudo não é tirando a esta casa a iniciativa e a legitimidade que ela tem em ser a proponente desses homenageados.

Muito obrigada.

Deputado Mário Moniz (BE): Muito bem!

Deputado Duarte Freitas (PSD): Não compreendeu a iniciativa. Não leu bem! Não retira a iniciativa!

Presidente: Sr. Deputado Clélio Meneses tem a palavra.

(*) **Deputado Clélio Meneses (PSD):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Três ou quatro notas de esclarecimento relativamente às intervenções que me antecederam.

Lamento que alguém esteja a tentar criar um caso de conflitualidade ou polémica relativamente a uma proposta que visa apenas ser um contributo positivo para melhorar um processo que entendemos que tem sido importante para a dignificação desta Assembleia e da Autonomia, conforme tive oportunidade de dizer na minha primeira intervenção.

Lamento que a Sra. Deputada Zuraída Soares faça leituras implícitas daquilo que pensa que eu quis dizer, e não cite aquilo que eu expressamente disse.

Deputada Zuraída Soares (BE): Rigor e isenção são palavras suas e não minhas!

O Orador: Quis dizer que este é um contributo para que haja mais rigor, objetividade e isenção.

Todos sabemos (quem está aqui) como é que esses processos se têm desenvolvido, com o envolvimento e rejeição de nomes, questões muito delicadas que têm a ver com a dignidade das próprias pessoas e é para evitar este debate político-partidário sobre o reconhecimento e o valor dessas pessoas que damos este contributo para evitar esses problemas.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Mas quais problemas?

Deputada Zuraída Soares (BE): Na comissão não há essa discussão?

Deputado Aníbal Pires (PCP): Na comissão de sábios não vai haver!

O Orador: Obviamente que será uma comissão eleita por esta Assembleia, mas sem a carga político partidária que muitas vezes acontece nesse debate e sobretudo para que, lá fora, não haja essa nublosa de como surgem esses nomes.

Deputado Berto Messias (PS): Não há nublosa nenhuma, a questão é essa!

O Orador: É uma forma clara de isto ficar identificado.

Por outro lado, registo que o Partido Socialista tenha alterado a sua posição, registo a evolução, relativamente àquilo que foi a posição em sede de Comissão.

Em sede de Comissão, o Partido Socialista, que não deu contributo positivo nenhum para melhorar esta proposta, limitou-se a dar dois argumentos para a chumbar.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Não tem ponta por onde se lhe pegue!

O Orador: Um argumento, e estou a citar, “porque estávamos no final da legislatura”. Isto quer dizer que no final da legislatura não se pode legislar. Porque é ano de eleições, não se legisla.

Deputado Jorge Macedo (*PSD*): É nos primeiros 100 dias!

O Orador: Fecha-se a porta da Assembleia e vamos todos para casa.

O ano final da legislatura é um ano de legislatura como qualquer outro. É um ano em que os deputados têm a responsabilidade de legislar, de atuar, de intervir, melhorando aquilo que contribui para o avanço e desenvolvimento da sociedade açoriana nos mais diversos aspetos.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Não pode alterar, porque é uma resolução!

O Orador: Isto é um Projeto de Decreto Legislativo Regional. O senhor nem sequer sabe o que é uma resolução e o que é um projeto de decreto legislativo regional.

O Sr. Secretário da Presidência acabou de dizer que não pode alterar porque isto é uma resolução.

Eu vou explicar ao Sr. Secretário da Presidência: para a próxima vez, por um lado, leia os diplomas que vêm aqui para ser debatidos, por outro, leia o Regimento e perceba qual é a diferença entre uma resolução e um projeto de decreto legislativo regional. Pode ser difícil para si, mas com um bocadinho de trabalho chega lá.

(Risos dos Deputados da bancada do PSD)

Esse argumento de final anos de legislatura é tão ridículo que não faz sentido e demonstra a fragilidade dos argumentos do Partido Socialista para pegar nesse argumento.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): O senhor nem sabe qual é a fundamentação da sua proposta!

O Orador: Mas mais ridículo é o segundo argumento que o Partido Socialista apresentou em sede de comissão para que...

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Diga lá qual a razão que apresentou esse Projeto de Resolução!

O Orador: A música de fundo é uma coisa que fica bom em alguns dias e hoje é um dia especial para música de fundo.

O senhor quer dar uma música de fundo que para mim não me satisfaz. Não acho graça nenhuma à sua música de fundo. O senhor já percebeu?

(Risos dos Deputados da bancada do PSD)

O senhor insiste, insiste, insiste...

Deputada Zuraída Soares (*BE*): Não gosta de ser interrompido?

O Orador: Gosto que me interrompam, mas música de fundo permanentemente é uma coisa que pode ser agradável nalguns dias, como disse, mas hoje não é o caso, sobretudo neste momento de debate político partidário.

Presidente do Governo Regional dos Açores (*Carlos César*): O senhor nem no Dia dos Namorados é mais manso!

O Orador: Sr. Presidente, de uma coisa que o senhor pode ficar bem ciente é que, em política, eu aprendi muito, mas consigo, desde o tempo em que o senhor esteve na oposição a chamar nomes a toda a gente, com a agressividade que hoje muitos ainda se lembram, isso eu não aprendi de certeza.

Deputado Duarte Freitas (*PSD*): Muito bem!

Deputado João Costa (*PSD*): Os Diários da Assembleia que o digam!

O Orador: Estava eu a tentar concluir a minha intervenção, fazendo referência aos argumentos que o Partido Socialista utilizou em sede de Comissão para chumbar este Projeto de Decreto Legislativo Regional.

Primeiro argumento que referi: ano final de legislatura.

Percebemos que é um argumento absolutamente ridículo e sem qualquer fundamento.

O segundo argumento que o Partido Socialista utilizou para chumbar esta proposta era (e vou repetir): o PSD avançou com uma proposta de alteração ao diploma sem a prévia...

Deputado Hernâni Jorge (PS): Esse é o 3º. Leia lá o 2º!

O Orador: ... concertação...

Deputado Hernâni Jorge (PS): Sr. Deputado Clélio Meneses esse é o 3º. Leia o 2º!

O Orador: ... das demais forças partidárias.

Isto é, o PS chumba, porque é o último ano da legislatura. Faz sentido? Não me parece que faça! Também chumba, porque o PSD não concertou com os outros partidos. Faz sentido?

Quantos diplomas vêm a esta casa sem que haja uma concertação de todos os partidos!

Quantos diplomas vêm a esta casa (a maioria, a larguíssima maioria dos diplomas) sem concertação prévia!

Faz parte da vida parlamentar.

O PS é que tem esta maniazinha de mandar em tudo...

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

O Orador: ... e estar metido em tudo e não admite que os outros partidos tenham a iniciativa.

Por isso fica muito chateado e, por causa, disso chumba.

Isto é, o PS em sede de Comissão chumba este diploma porque é o último ano da legislatura e porque acha que devia ter sido ouvido antes do PSD apresentar.

O PSD tinha ido lá, com o chapéu na mão, pedir licença. Podemos apresentar o diploma?

Como o PSD não fez isso, o PS chumba.

Foram esses os dois pequenos argumentos que o PS utilizou. Parece-me pouco. Agora, aparece com outro argumento, o argumento de que não se deve retirar aos órgãos de governo próprio e ...

Deputado Hernâni Jorge (PS): Sr. Deputado Clélio Meneses, esse argumento está no relatório e foi usado em Comissão!

O Orador: Deixe-me concluir.

Deputado Hernâni Jorge (PS): É que o senhor gosta de precisar!

O Orador: ... aparece com a história dos 3 sábios.

Esse argumento novo dos 3 sábios é uma coisa que me parece ridícula e, sobretudo, a desconsiderar a participação da sociedade em todas as dinâmicas políticas, designadamente as dinâmicas parlamentares.

Quantas vezes esta Assembleia nomeia membros para os Conselhos Consultivos de Opinião,...

Deputado Duarte Freitas (PSD): Para estudar a televisão!

O Orador: ... para estudar a televisão?

Quantas vezes esta Assembleia, no legítimo e adequado exercício de envolvimento da sociedade, não nomeia outras entidades, outras personalidades? É assim mesmo.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Não me diga! Homessa!

O Orador: Mas quem é que se lembra de, com esse tom um pouco de desconsideração, dizer que são os sábios?

Deputada Zuraída Soares (BE): Devem ser sábios, para poderem fazer e esta Assembleia não poder fazer!

O Orador: Ninguém está a dizer que são sábios. Em parte nenhuma se diz que são sábios.

São, sobretudo, pessoas que a Assembleia entende que legitimamente podem dar um contributo positivo para melhorar este diploma...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): É isso que o CDS faz nas Comissões!

O Orador: ... como acontece com tantas outras atividades.

Nunca vi, nem o PS, nem nenhum outro partido, vir apelidar de sábios, por exemplo, os membros do Conselho Consultivo de Opinião, da Rádio e Televisão, do Conselho Económico e Social, de um conjunto de entidades que participam na vida política e cívica.

Mas neste caso quiseram apelidar de sábios.

Sobre esta matéria, a posição do PSD é apenas uma. O PSD entende que os Deputados não são os sábios sozinhos. É esta a diferença do PSD relativamente aos outros partidos sobre esta matéria.

Nós não sabemos tudo sozinhos.

Há partidos nesta casa que entendem que sabem tudo sozinhos.

Os Deputados, os políticos e os partidos são os sábios.

Os Deputados, os políticos e os partidos sabem tudo.

O PSD acha que não!

O PSD acha que é importante ouvir a sociedade, que é importante a participação da sociedade, é importante envolver as pessoas aos mais variados níveis da vida pública, social e económica destas ilhas.

Estamos aqui a discutir uma questão que,...

Deputada Benilde Oliveira (PS): *Unbelievable!*

O Orador: ... perante as grandes dificuldades dos açorianos, é menor. É, na nossa opinião, uma questão menor, mas é um contributo para agilizar o reconhecimento da valia, dos méritos e das capacidades dos açorianos, das entidades açorianas, aos mais variados níveis.

Concluo apenas com uma nota, para que se perceba efetivamente esta matéria, independentemente do ruído de fundo que alguns pretendem fazer.

O PSD quis dar um contributo positivo para melhorar um diploma que teve a nossa aprovação e que merece o nosso apoio, relativamente às insígnias honoríficas, um contributo positivo.

O PSD fá-lo agora na oposição, como fará um dia que os açorianos entendam que deve ter a maioria da vida política regional.

Por outro lado, da mesma forma como o PSD deu este contributo positivo ficou à espera que outros partidos dessem um contributo positivo para melhorar este diploma.

Até agora não houve qualquer contributo.

Termino a minha intervenção manifestando inteira disponibilidade do PSD para proceder a alterações e para aprovar propostas de alteração que venham de outros partidos relativamente a este diploma, designadamente quando ao artigo 10º, no que diz respeito ao número de Deputados para propositura. Estamos abertos, disponíveis para aprovar qualquer alteração e para aprovar outras alterações que surjam.

Da parte do PSD o sentido positivo de apresentar a proposta mantém-se até ao fim.

O sentido positivo do PSD mantém-se, ao ponto de estar aberto e disponível para aprovar propostas de alteração que venham de outros partidos.

Neste caso, mais uma vez, a nossa única preocupação foi melhorar, foi contribuir para melhorar uma situação que entendíamos que não estava a decorrer da melhor maneira.

Querer dizer que com isso estamos a pôr em causa outras atribuições é, no mínimo, má-fé, porque o PSD aprovou as insígnias que foram aprovadas de forma consciente.

Agora o que é certo, e todos sabemos, é que muitos nomes são rejeitados ou são condicionados por razões político partidárias.

Estou a falar desses. Não estou a falar naqueles que foram condecorados. Esses foram muito bem e legitimamente.

A legitimidade da atribuição da insígnia não está de modo nenhum posta em causa, porque foi aprovada por esta Assembleia. Estou a falar dos outros casos.

Para que se acabe com essa nublosa é que entendemos, de facto, que este seria um bom contributo.

Deputado João Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Por isso, mais uma vez, reafirmo que o sentido positivo do PSD ao apresentar a proposta mantém-se ao ponto de estarmos abertos para propostas de alteração que venham doutros partidos.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Sr. Deputado Aníbal Pires tem a palavra.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Secretários Regionais:

Em sede de comissão, a Representação Parlamentar do PCP teve oportunidade de tecer algumas considerações sobre esta iniciativa do PSD, desde logo, reconhecendo a necessidade de introduzir algumas alterações ao diploma, designadamente porque, no nosso entendimento, se tem verificado alguma vulgarização na atribuição das insígnias honoríficas da Região, mas também porque o processo de procura de consensos não tem sido, em nossa opinião, muito claro. Aliás, o Deputado do PPM já aqui referiu e não vale a pena estar a fazê-lo de novo.

De qualquer forma, ficam pelo menos estas duas considerações.

Eventualmente haverá, não hoje certamente, oportunidade para que as forças políticas aqui representadas, na próxima legislatura, possam chegar a um entendimento acerca de uma alteração ao diploma de atribuição das insígnias honoríficas açorianas, uma vez que julgo que todos teremos aqui identificado alguma necessidade de proceder a essa alteração.

Apesar de termos a opinião de que há essa necessidade de introduzir alterações, o diploma que o PSD traz aqui não é, em nossa opinião, o mais indicado, nem no tempo, nem na forma, aliás, já aqui foi referido, designadamente o facto de este Parlamento, a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, estar a alienar as suas competências...

Deputado Hernâni Jorge (PS): Não é alienar! É partilhar!

O Orador: ... para uma comissão, ainda que essa comissão seja eleita pela própria Assembleia. Essa é uma competência da Assembleia e todos os Deputados devem ter capacidade de propositura relativamente a este processo.

Posso até considerar que há aqui alguma bondade nesta iniciativa do PSD, mas a Representação Parlamentar do PCP/Açores não pode, de maneira nenhuma, dar apoio a esta iniciativa porque consideramos que não podemos nem devemos alienar um poder que é desta Assembleia e delegar essa competência numa qualquer comissão.

A participação dos cidadãos na vida política pode e deve ser promovida e fomentada. Não me parece que relativamente a esta questão seja a melhor forma de o fazer.

Portanto, a Representação Parlamentar do PCP irá votar contra esta iniciativa do Partido Social Democrata.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão, pede a palavra para?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Para solicitar um intervalo regimental de 15 minutos.

Presidente: É regimental, Sr. Deputado.

Retomamos os nossos trabalhos às 16 horas e 35 minutos.

Até já.

Eram 16 horas e 20 minutos.

Presidente: Srs. Deputados, agradeça que reocupassem os vossos lugares.

Eram 16 horas e 47 minutos.

Vamos reiniciar os nossos trabalhos.

Entretanto aproveito para informar a câmara que deu entrada na Mesa, e foi para os serviços para ser fotocopiada e distribuída, uma proposta de alteração a este diploma da autoria do PPM, que altera o artigo 10º-A, do diploma 36/2002/A, ou seja, na prática e na nossa sistemática uma alteração ao artigo 2º. Em breve será distribuída.

Vamos prosseguir com o debate.

Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Silveira.

(*) **Deputado Luís Silveira (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O PSD traz hoje um diploma a esta casa que, segundo ele, tem como principal propositura abrir o processo da entrega das insígnias honoríficas açorianas à sociedade.

Também diz-nos que deve ser a sociedade a pronunciar-se e, de certa forma, a decidir a quem entregar estas insígnias honoríficas.

No nosso entender, este Parlamento e os seus Deputados são os legítimos representantes do povo. Se todas as vezes que quisermos decidir qualquer coisa, os Deputados, legitimamente eleitos pelo povo, tiverem que recorrer à sociedade para perceber se devem ou não fazer determinada coisa, não nos parece que seja aceitável, até porque este processo atual, liderado pelo Sr. Presidente da Assembleia, tem conseguido reunir consensos alargados, de maneira que não nos parece que este diploma traga nenhuma mais-valia, antes pelo contrário.

É um processo que virá trazer mais burocracia.

O Sr. Deputado Clélio dizia há bocadinho que era importante ouvir a sociedade e que o PSD queria abrir o processo à sociedade e ouvi-la.

Se por um lado, o PSD quer usar ainda mais democracia, entendendo que o deve abrir à sociedade, por outro lado, vem no seu artigo 10º, na alínea c), limitar a propositura dos grupos e das representações parlamentares de propor qualquer entidade a receber esta insígnia.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Apresente propostas de alteração!

O Orador: Não nos parece que seja correto, porque quando refere na sua alínea c) um terço dos Deputados, logo, são os dois grupos parlamentares maiores, PSD e PS, porque todos os outros grupos ou representações parlamentares deixam de o poder fazer. Portanto, isto não nos parece que seja assim, abrir isto à democracia e à sociedade, quando vem já os próprios Deputados desta casa legitimar uma coisa que até agora é possível.

Não nos parece que a intenção primeira seja ouvir a sociedade para que se tenha mais democracia neste processo.

Por tudo isto o CDS/PP não pode concordar com a atual proposta.

Presidente: Sr. Deputado Hernâni Jorge tem a palavra.

(*) **Deputado Hernâni Jorge (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Neste segundo momento em que uso da palavra neste debate quero começar por, em reação à segunda intervenção do Sr. Deputado Clélio Meneses, dizer o seguinte:

O Partido Socialista, na minha primeira intervenção, usou três argumentos. Um de natureza substantiva e dois argumentos de natureza adjetiva, os mesmos três argumentos que foram usados e que constam do relatório da Comissão.

O Sr. Deputado Clélio Meneses saltou do primeiro para o terceiro, omitindo o argumento material, para dizer que o PS só agora se lembrou disso.

Não é verdade, Sr. Deputado Clélio Meneses!

Esses três argumentos estão expressos no relatório da comissão. Foram usados e foram utilizados no debate na comissão e se fosse outro que aqui, neste momento, tivesse usado da mesma técnica relativamente a ele ou ao PSD, teria caído o Carmo e a Trindade.

Mas adiante, porque isto pouco importa para o debate que estamos a ter.

O PSD com esta proposta, ao vir propor que a propositura destas entidades surja ao nível de uma comissão (cria uma Comissão Regional das Insígnias Açorianas), vem lançar um anátema sobre o processo de propositura por parte dos titulares dos órgãos de governo próprio da Região Autónoma dos Açores – isto é extremamente importante e não pode deixar de ser referido e sublinhado – como se estes, o Sr. Presidente do Governo, o Sr. Presidente da Assembleia e os Deputados não tivessem capacidade para apreciar objetivamente o mérito e a relevância da ação das pessoas ou instituições a agraciar e fizéssemos essa apreciação de uma forma clara, objetiva, adequada, com maior ou menor dificuldade, procurando os consensos que são necessários obter, nesta como na generalidade das matérias, e sem estarmos condicionados ou levados por

preconceitos de qualquer natureza, inclusivamente de natureza política ou partidária.

Eu não vejo, não reconheço – aliás, foi dito aqui por outro Deputado – no histórico que este processo tem nesta casa, que isso tenha acontecido ou tenha acontecido de uma forma determinante ou lesiva do processo em si.

Para além de lançar esta suspeita sobre o processo atual a proposta do PSD não acrescenta – e repito: não acrescenta! – qualquer valia ao procedimento vigente.

Traz confusão, traz burocracia, e nunca é demais repeti-lo, e menoriza os órgãos de governo próprio e os seus titulares.

Se assim não é, e as intervenções do PSD não nos demonstraram o contrário disso mesmo, o PSD enuncie e mostre-nos onde é que estão os méritos dessa sua proposta, onde é que estão as valias desta sua iniciativa.

Retirar este campo de decisão e de intervenção à Assembleia e ao Governo Regional e entregá-lo a uma comissão qualquer, como se os Deputados não fossem capazes de avaliar objetivamente a valia e o mérito das pessoas e das instituições a agraciar em cada momento, não aceitamos essa apreciação e essa avaliação. Entendemos que o projeto do PSD acrescenta única e exclusivamente confusão àquilo que neste momento funciona, na nossa perspetiva, bem.

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

O PPM teve a oportunidade de apresentar uma proposta de alteração em relação à discordância que tive oportunidade de referenciar na minha primeira intervenção.

Considerávamos que estes dois terços, em relação à escolha desta comissão regional, estavam muito circunscritos aos dois partidos dominantes do sistema partidário açoriano.

Nesse sentido alterámos esses dois terços. Propomos três quartos. Nesse sentido consegue-se obter um grau de consenso muito maior, que é o que é necessário tendo em conta a natureza destas insígnias.

O PPM votará favoravelmente esta iniciativa tendo em conta que desta forma está ultrapassada a dificuldade que nós colocámos.

Em relação ao restante conteúdo do projeto do PSD estamos a favor e concordamos.

Presidente do Governo Regional dos Açores (*Carlos César*): Já leva mais um votinho!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima** (*CDS/PP*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

O Deputado Luís Silveira já explicou a nossa posição, mas intervenho neste debate apenas para responder a um repto insistente do Sr. Deputado Clélio Meneses. Para lhe dizer o seguinte, de uma forma muito clara:

Sr. Deputado Clélio Meneses, nós não fazemos propostas de alteração porque entendemos que não temos nada para alterar, que o que está a funcionar funciona bem.

Portanto, não vou fazer nenhuma proposta de alteração à resolução do Partido Social Democrata.

Como está, tem funcionado bem.

Tem havido um bom entendimento entre os grupos e representações parlamentares e, acima de tudo, há sempre a possibilidade de não ser aprovado – e aí tenhamos nós coragem de assumir às vezes em público o que dizemos em privado – porque tem que ser aprovado por dois terços nesta casa. A aprovação final é desta casa.

Se houver alguma discordância por eventual partidarite de algum dos nomes, é sempre possível dizer não, é sempre possível vetar nesta casa e não ser aprovado por dois terços.

Deputado José San-Bento (*PS*): O PSD já fez isso muita vez nesta casa!

O Orador: Agora, da minha experiência, tivemos discordâncias sobre nomes, tivemos discordâncias até sobre a medalha para um cidadão ou outra medalha para outro cidadão, mas conseguimos sempre, em diálogo, chegar a um consenso.

Pela parte do CDS mantivemos sempre o sigilo absoluto que estas coisas merecem e como devem ser tratadas...

Deputado Duarte Freitas (PSD): As insígnias este ano vão ser bonitas!

O Orador: ... com discrição, sigilo e guardado até ao fim do processo e para todo o sempre.

Foi sempre essa a nossa posição.

Nunca tivemos arrufos por não termos proposto um nome e este nome não ter sido consensual. Propusemos outro e foi sempre assim que se passou.

Até hoje nunca, para a comunicação social, fora desta casa ou fora das conversas entre os líderes parlamentares e o Sr. Presidente, o CDS teceu alguma consideração sobre qualquer dos nomes por ter sido admitido ou deixar de o ter sido.

Portanto, funciona muito bem, prestigia esta casa.

Os cidadãos reconhecem nesta casa esse prestígio e a nossa capacidade. Não somos obviamente infalíveis, há uns medalhados que eu aprecio mais, há outros medalhados que os senhores apreciam mais. É a democracia e é isso que temos.

Oxalá que tudo nesta casa funcionasse como funciona esse processo de atribuição de medalhas aos cidadãos dos Açores. Funcionaria com certeza tudo muito bem.

Portanto, para nós não há nada a alterar, não fazemos nenhuma proposta de alteração porque como está, está bem.

Muito obrigado.

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Eu também senti a necessidade de dar o meu testemunho. O meu testemunho é, como está, está mal.

Nestes 3 anos em que o PPM está no Parlamento, foi-nos imposto um conjunto de nomes, que eu aqui não vou referenciar (evidentemente mantenho sigilo em relação às pessoas), que não concordávamos ou não achávamos merecedores desta homenagem.

Nesse sentido, até agora, o que nos foi imposto foram nomes e não foi aceite nenhum dos nomes que foram propostos pelo PPM.

Portanto, não há unanimidade e tem existido, nomeadamente por parte do Partido Socialista, uma imposição de nome.

Por isso é que já várias vezes manifestámos a nossa discordância e voltaremos este ano a fazer a mesma coisa, porque não tem existido nenhuma elasticidade.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Ainda não há proposta e já está a dizer que vai ser a mesma coisa!

O Orador: No primeiro ano nem sequer previamente me foram apresentados os nomes por parte do Partido Socialista.

Nos restantes anos o que tem acontecido é que o Partido Socialista apresentou uma proposta inflexível.

Deputado Berto Messias (*PS*): Isso não é verdade!

O Orador: Este é o meu testemunho e esta é a verdade.

Deputado Berto Messias (*PS*): Não é!

O Orador: Esta é a verdade e posso dar mais pormenores, se for necessário, ao longo de debate.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Presidente do Governo.

(*) **Presidente do Governo Regional dos Açores** (*Carlos César*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Para dar o meu testemunho nesta matéria.

Eu também sou dos que pensam que este processo tem decorrido de forma digna para os órgãos de governo próprio da Região, de forma digna para aqueles que foram agraciados com essas distinções regionais e também de forma digna para os que não foram, o que é muito importante.

Temos que ter consciência de que, na formação de vontade que conduza a uma decisão neste processo de atribuição de insígnias, há direito a uma divergência de opinião e às vezes não tem a ver com o mérito da pessoa ou da instituição que está em causa, mas com critérios de oportunidade, com critérios de injustiça comparável, de situações similares que não contempladas.

Por exemplo, se é proposto que uma filarmónica que faz 75 anos seja agraciada, neste diálogo, outra parte dirá “bom, mas há mais filarmónicas que também têm 75 anos”. Chegamos à conclusão que seriam 10 filarmónicas com 75 anos. Achamos que é prudente não pôr 10 filarmónicas no mesmo ano a serem agraciadas.

É assim que o processo, com normalidade, com maioridade, com sentido de responsabilidade, se processa.

Portanto, é legítimo que os partidos políticos, que são aliás mandatados pelo povo, que emanam do povo, que aqui estão em representação do povo, tenham também opinião sobre as instituições e sobre as pessoas e a possam exteriorizar com o direito de iniciativa sobre essa matéria.

Penso que a existência de mecanismo preventivo de dois terços acautela que, por um lado, há insígnias que são atribuídas, e, por outro lado, essas insígnias só são atribuídas existindo um consenso fundamental à volta da sua atribuição.

Também tem sido genericamente notável o sentido de responsabilidade que os diversos partidos e intervenientes no Parlamento têm tido no caso das pessoas que não são aceites num determinado ano.

Nós fazemos uma proposta. Eu já fiz propostas que não foram aceites e também já dei a minha opinião no sentido de não se aceitar propostas que outros fizeram. Mas o que é que isso tem de extraordinário? Não é para isso que estamos aqui, para viver em conjunto as nossas diferenças e no caso em apreço viver, com discrição e respeito, a dignidade das instituições e das pessoas? Claro que é assim e acho que tem corrido bem.

Este ano, com certeza que ainda mais difícil vai ser, porque é preciso ter maior sentido de responsabilidade, maior maioridade, porque estamos em ano de eleições. O partido pode ter uma pessoa, ou um Deputado pode ter a tentação de dar uma insígnia a alguém por razões que se possam prender por acréscimos de influências ou outras.

Todos temos que viver com a discrição e o sentido de responsabilidade necessários essas divergências que possam ocorrer e que nestas circunstâncias, de quatro em quatro anos, são sempre naturalmente espetáveis como mais

acentuadas. Nada de extraordinário. Vivemos muito bem com a maior dificuldade ou a menor dificuldade cada situação com que nos deparamos.

De resto, o próprio modelo nacional é o modelo mais vicioso, mais difícil e até suscita maior polémica.

Na verdade, polémica de que eu me lembre a sério, só me estou a recordar da demissão do Presidente Mota Amaral da comissão que propôs um número de pessoas para ser objeto de condecorações e que o Presidente da República Cavaco Silva não deixou, vetou.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Muito bem!

O Orador: O Dr. Mota Amaral sentiu-se desautorizado como membro – não sei se a comissão se chamava de sábios, penso que ele era chanceler – e demitiu-se.

Deputado José San-Bento (*PS*): Muito bem!

O Orador: Esse é o único processo que conhecemos que teve todos estes inconvenientes que cada um procurou tratar com a dignidade possível.

Portanto, acho que estamos bem.

Da minha parte também subscrevo a ideia de que nós não devemos estar sempre com o que estamos. Não é uma questão de não mudar, não é uma questão de olhar para as coisas com sentido imobilista. O que não está bem deve mudar-se, o que parece bem não se deve arriscar que fique mal.

Muito obrigado.

Presidente: Não sei se há mais intervenções. Creio que não.

Assim sendo, Sras. e Srs. Deputados, vamos passar à votação na generalidade deste diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Secretário: O Projeto apresentado foi rejeitado na generalidade com 27 votos contra do PS, 4 votos contra do CDS/PP, 2 votos contra do BE, 1 voto contra do PCP, 15 votos a favor do PSD e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Assim sendo, Sras. e Srs. Deputados, passamos para o ponto seguinte da nossa Agenda.

Sr. Deputado Berto Messias pede a palavra para?

Deputado Berto Messias (PS): Para uma interpelação, Sr. Presidente.

Para pedir um intervalo regimental de meia hora.

Presidente: Com certeza, Sr. Deputado. É regimental.

Retomamos os nossos trabalhos às 17 horas e 35 minutos.

Pedia aos líderes dos grupos e representações parlamentares e ao Sr. Secretário da Presidência o favor de se acercarem da Mesa.

Eram 17 horas e 07 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos reiniciar os nossos trabalhos. Agradecia que ocupassem os vossos lugares.

Eram 17 horas e 55 minutos.

Vamos avançar na Agenda para a **Petição n.º 15/2011 – “informação sobre calendário e prazos para extensão do cabo submarino de fibra ótica às Ilhas das Flores e do Corvo”**, apresentada por Nelson Fraga Silveira Mateus, na qualidade de primeiro subscritor.

Dou a palavra ao Sr. Deputado António Pedro Costa para apresentar o respetivo relatório.

Deputado António Pedro Costa (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Relatório e Parecer sobre a Petição nº 15/2011 – “Extensão do cabo de fibra ótica às ilhas das Flores e do Corvo”

Angra do Heroísmo, 3 de fevereiro de 2012

I

Introdução

No dia 21 de Agosto de 2011, um grupo de 339 cidadãos, de que é primeiro subscritor Nelson Fraga Silveira Mateus, apresentou na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores uma petição, via internet, cujo objeto é “Extensão do cabo de fibra ótica às ilhas das Flores e do Corvo”.

A mencionada petição foi enviada para a Comissão de Política Geral para apreciação e relato e emissão de parecer até ao dia 24 de Outubro de 2011, tendo aquele prazo sido prorrogado por Despacho de Sua Excelência o Senhor Presidente da Assembleia Legislativa, a solicitação da Comissão, até ao dia 24 de fevereiro de 2012.

II

Enquadramento Jurídico

O direito de Petição exerce-se no âmbito do artigo 52º da Constituição da República Portuguesa (CRP), da Lei nº 43/90, de 10 de Agosto e dos artigos 189º e 190º do Regimento da Assembleia Legislativa.

A apreciação na Comissão exerce-se nos termos e para os efeitos do nº 4 do artigo 73º da Lei nº 2/2009, de 12 de Janeiro que aprovou o Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores e dos artigos 189º e 190º do Regimento da Assembleia Legislativa.

Nos termos do disposto no artigo 190º do Regimento, as petições dirigidas à Assembleia Legislativa são remetidas por Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa à Comissão competente em razão da matéria, à qual compete proceder à sua admissão, como decorre da interpretação conjugado do disposto nos números 2, 3 e 4 daquele artigo 190º.

III

Apreciação da Petição

A) Da admissibilidade

Recebida a petição, remetida por Sua Excelência, o Presidente da Assembleia Legislativa, a Comissão procedeu à verificação da satisfação dos requisitos estabelecidos no artigo 189º do Regimento da Assembleia Legislativa, conjugado com o artigo 6º da Lei nº 43/90, de 10 de Agosto, a fim de deliberar quanto à sua admissão.

Do exame da petição, verificou-se o cumprimento dos requisitos formais estabelecidos pelo artigo 6º da Lei nº 43/90, de 10 de Agosto e pelo nº 1 do artigo 189º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, pelo que petição foi admitida.

B) Diligências efectuadas

A Comissão deliberou, por unanimidade, ouvir o primeiro subscritor, bem como o Senhor Secretário Regional da Ciência, Tecnologia e Equipamentos.

Audição do Secretário Regional da Ciência, Tecnologia e Equipamentos

A audição do Senhor Secretário Regional da Ciência, Tecnologia e Equipamentos teve lugar na Sede da Assembleia Legislativa, na cidade da Horta, no dia 9 de Novembro de 2011. O Secretário Regional da Ciência, Tecnologia e Equipamentos considerou “positiva, rápida, construtiva e eficaz” a reunião recentemente mantida com o Ministro da Economia e Secretário de Estado das Obras Públicas e Comunicações, a propósito do assunto objeto da petição em apreciação.

O governante transmitiu ao Senhor Ministro da Economia a importância do projeto das redes de nova geração e do cabo de fibra ótica para as ilhas das Flores e do Corvo, informando aquele membro do Governo da República sobre as baixíssimas velocidades de internet, “o que espantou muito os governantes nacionais porque, efetivamente, em todos os países da Europa e do mundo civilizado, velocidades abaixo dos 50 kb já não existem e nas Flores elas ainda são, às vezes, na ordem dos 15 kb”, referiu.

O Secretário Regional está confiante no avanço da ligação do cabo de fibra ótica às ilhas do Grupo Ocidental. O projeto está a avançar e nesta fase o Tribunal de Contas está a analisar o contrato de adjudicação, de acordo com as informações reveladas pelo Ministro da Economia.

“O projeto está garantido sob o ponto de vista do seu financiamento e consequente instalação, por isso considero que a reunião foi eficaz e satisfatória”, revelou o Secretário Regional da Ciência, Tecnologia e Equipamentos.

Audição dos Peticionários

A audição do primeiro subscritor da Petição nº 15/2011 – “Extensão do cabo de fibra ótica às ilhas das Flores e do Corvo”, na qualidade de peticionário, Senhor Nelson Fraga Silveira Mateus, teve lugar no dia 3 de fevereiro de 2012, na Delegação da Assembleia Legislativa na cidade de Angra do Heroísmo.

O Presidente da Comissão iniciou a audição, explicando ao peticionário que a apreciação desta petição obedece ao formalismo legal e regimental, acrescentando que a Assembleia Legislativa se limita, através desta Comissão de Política Geral, a apreciar as petições formuladas pelos cidadãos subscritores, nos seus exatos termos, sem que dela possa resultar, de modo direto uma iniciativa legislativa ou política.

O peticionário começou por informar a Comissão que o texto da petição é muito claro quanto às razões que levaram muitos cidadãos a subscreverem-no, dado que há muito anos as populações das Flores e do Corvo “vêm sendo ludibriadas com promessas nunca cumpridas, tanto pelos Governo da República, como pelo Governo Regional, quando à melhoria das condições das telecomunicações naquelas ilhas”.

“Tal situação é insustentável dado que as telecomunicações naquelas ilhas, designadamente o acesso à internet é muito lento e de má qualidade”, acrescentou.

Passados doze anos, os florentinos e os corvinos continuam à espera e já não sabem quando é que o anel de fibra ótica chegará às Flores e Corvo, pelo que a “população não aceita o incompreensível atraso no processo da sua extensão às Flores e Corvo, pois aquelas populações são tão clientes da Portugal Telecom (PT) como os restantes açorianos”, afirmando que estes os clientes deste operador, naquelas duas ilhas pagam um serviço de que não usufruem, do que resulta dinheiro gasto sem resultados, com evidente prejuízo para todos, em especial para a atividade económica.

Tal a situação deve-se ao facto de o serviço de transmissão de dados via satélite se manter igual ao que foi instalado inicialmente, esquecendo-se a PT do aumento das necessidades do serviço e do aumento de clientes.

Descreveu pormenorizadamente a situação das comunicações, aquando da visita do Senhor Presidente da República às Flores, em que se registaram melhorias substanciais na largura de banda disponível para acesso à internet, ainda que não tenha sido de modo uniforme e contínuo.

O Senhor Deputado Paulo Estevão, da Representação Parlamentar do PPM interveio para corroborar as palavras do peticionário, manifestando idêntica preocupação quanto à ilha do Corvo. Informou que apresentou um Projeto de Resolução, por meio do qual recomenda que seja assegurada, pela PT, uma melhoria da qualidade dos serviços prestados, permitido um melhor acesso às telecomunicações por parte das populações das ilhas do Grupo Ocidental durante a fase de instalação do cabo de fibra ótica.

Entende que o Governo da República, no uso das suas competências e dos instrumentos de intervenção institucional, deve assegurar a concretização, sem mais atrasos, da extensão dos cabos de fibra ótica às ilhas do Grupo Ocidental. Entretanto, o Governo Regional deve iniciar os procedimentos adequados, incluindo, se necessário, os de natureza jurídica, para garantir que a PT passe a cumprir os compromissos contratuais a que está obrigada perante a população que com ela contratou o serviço de acesso à internet, até à data do funcionamento do cabo de fibra ótica.

O Deputado José Eduardo, do Grupo Parlamentar do PS, sinalizou que este assunto diz respeito a todos e que o fim último desta Petição é o exigir que a PT informe, de forma clara, qual a calendarização dos trabalhos de instalação do cabo de fibra ótica, bem como dos prazos para a sua execução. “Já lá vão muitos anos desde o anúncio oficial da extensão do cabo às Flores e ao Corvo, pelo que se instalou junto da população uma grande descrença”, disse. No seu entender, ao contrário do que propõe o Deputado Paulo Estêvão, o recurso à via judicial não parece ser a melhor via para a obtenção duma solução para o rápido desenrolar deste processo.

A Deputada Zuraída Soares, do Grupo Parlamentar do BE, que participou na reunião, questionou a justificação das condições técnicas para as deficiências do serviço prestado pela PT, porquanto numas alturas se registava o aumento da velocidade da banda, designadamente aquando da visita de individualidades oficiais, o que significaria ser possível a melhoria das comunicações.

O Deputado Abel Moreira, do Grupo Parlamentar do CDS/PP, também interveio para destacar o facto do seu Partido ter tido várias iniciativas parlamentares sobre esta questão e até aprovadas por unanimidade na Assembleia Legislativa, manifestando o desejo de que o processo de extensão do cabo de fibra ótica às Flores e Corvo se inicie rapidamente, dando resposta às legítimas aspirações das populações daquelas duas ilhas.

Informou que o Vice-Presidente do Grupo Parlamentar do CDS/PP na Assembleia da República questionou já o Ministro da Economia quanto à

calendarização dos trabalhos de extensão do cabo de fibra ótica às Flores e ao Corvo.

O Deputado José San-Bento, do Grupo Parlamentar do PS, tomou a palavra para clarificar que, de acordo com as informações de que dispunha, a largura da banda é fixa e só com um novo satélite ou com a ligação por fibra ótica, será possível melhorar a qualidade da Internet naquelas duas ilhas. As melhorias que se registam, eventualmente, nas atuais condições das comunicações só poderão ocorrer em prejuízo da qualidade de outros serviços prestados pela PT, já que a largura de banda disponível é a mesma.

O Presidente da Comissão, em jeito de conclusão, afirmou que o projeto das redes de nova geração e a extensão do cabo de fibra ótica às ilhas das Flores e do Corvo é uma questão de interesse regional, de reforço da coesão regional que deve merecer o melhor empenho dos responsáveis políticos. “A ligação integral dos Açores por cabo de fibra ótica não serve apenas os interesses regionais, mas deve constituir um desígnio de interesse nacional, considerando a importância estratégica da Região no quadro dos compromissos internacionais de Portugal no seio da NATO, reforçando a componente geoestratégica ao nível das telecomunicações com que Portugal pode contribuir para os reforço da segurança e defesa comuns no quadro da Aliança Atlântica”, acrescentou.

IV

Síntese das posições dos Deputados

Os Grupos Parlamentares do PS, PSD e do CDS/PP, bem como a Representação Parlamentar do PPM, assinalam a legítima pretensão dos petionários quanto ao completo esclarecimento sobre a calendarização e prazo de execução dos trabalhos de extensão do cabo de fibra ótica às ilhas das Flores e do Corvo.

Conclusões

A Comissão de Política Geral efectuou as audições entendidas como necessárias, dando seguimento aos procedimentos regimentais, tendo em vista a elaboração do presente relatório.

A Comissão de Política Geral concluiu, por unanimidade o seguinte:

- 1. A extensão do cabo de fibra ótica às ilhas das Flores e do Corvo – únicas ilhas da Região que ainda não dispõem deste tipo de acesso – assegura o reforço da coesão regional, garante uma efetiva igualdade de tratamento entre açorianos e constitui matéria de interesse nacional, permitindo que Portugal reforce o seu papel geoestratégico ao nível das telecomunicações, no quadro do cumprimento dos seus compromissos internacionais.**
- 2. O fato do contrato de empreitada para a extensão do cabo de fibra ótica ter sido assinado em 18 de março de 2011 e de já ter obtido o visto prévio do Tribunal de Contas, como é do domínio público, permite antecipar a calendarização para o início e conclusão das obras.**
- 3. Deve ser tornada pública a calendarização para a execução desta empreitada, bem como a data previsível para sua conclusão e fecho do anel de fibra ótica, ligando toda a Região Autónoma dos Açores.**
- 4. Remeter o presente Relatório ao Senhor Primeiro-Ministro, ao Senhor Presidente do Governo Regional dos Açores, ao Presidente do Conselho de Administração da Portugal Telecom e aos Subscritores da Petição.**

Em consequência, a **Petição nº 15/2011 – “Extensão do cabo de fibra ótica às ilhas das Flores e do Corvo”** foi apreciada nos termos e para os efeitos do disposto do nº 1 do artigo 191º e preenche os requisitos da alínea a) do nº 1, do

artigo 192º do Regimento da Assembleia Legislativa, pelo que **está em condições de ser debatida em Plenário.**

Angra do Heroísmo, 3 de fevereiro de 2012

O Relator: António Pedro Costa

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

O Presidente: Pedro Gomes

Presidente: Estão abertas as inscrições.

Tenho inscrito o Sr. Deputado José Francisco Fernandes.

Deputado José Francisco Fernandes (PSD): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A Assembleia Legislativa debate uma petição em que cidadãos açorianos pedem “informação sobre o calendário e prazos para a extensão do cabo de fibra ótica às ilhas das Flores e do Corvo”.

O Grupo Parlamentar do PSD saúda esta iniciativa dos cidadãos que se dirigem ao Parlamento dos Açores, em defesa dos seus direitos.

Ao longo dos últimos anos, a Assembleia Legislativa tem debatido, por diversas vezes, a questão da extensão do cabo de fibra ótica às ilhas das Flores e do Corvo, reconhecendo a sua importância para estas ilhas e para os Açores.

As empresas, a vida económica e os cidadãos destas duas ilhas continuam a ser injustamente penalizados no acesso às comunicações e à internet. Tudo é mais lento, mais demorado e com maiores custos para todos.

Após uma longa espera, a construção do cabo de fibra ótica foi, finalmente, adjudicada pela Portugal Telecom.

Agora há que insistir com o Governo da República, com o Governo Regional e com a Portugal Telecom para que a obra avance depressa e sem demoras.

Está na hora de arrancar os florentinos e corvinos do atraso tecnológico.

A extensão do cabo de fibra ótica às Flores e Corvo é uma exigência de coesão regional e de coesão nacional.

Obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Continuam abertas as inscrições, Sras. e Srs. Deputados.

Sr. Deputado Paulo Rosa tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Rosa (CDS/PP):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Uma primeira palavra para saudar os cidadãos subscritores deste ato de cidadania, que é louvável, justo e corresponde a uma pretensão antiga dos florentinos e dos corvinos que desde 1996 se debatem com um erro inicial de um Governo do PSD, que por inépcia deixou as Ilhas das Flores e do Corvo de fora do esforço da fibra ótica e nos 15 anos posteriores se debateram com a inércia de sucessivos governos do PS que nada fizeram para colmatar esta lacuna, até que um dia o Governo da República mudou e o Sr. Secretário Regional da Ciência, Tecnologia e Equipamentos acordou e descobriu que o Governo da República tinha mudado, por isso era altura de se escrever uma carta.

Ainda bem que o fez! Demorou a acordar, mas acordou.

Se esta exclusão das ilhas das Flores e do Corvo era grave em 1996, hoje reveste-se de uma gravidade acrescida.

As exigências hoje são totalmente diferentes.

Esta situação das baixas velocidades da internet penaliza não só os utilizadores privados, mas toda a atividade empresarial e económica e em duas ilhas que já de si são penalizadas pela distância a que ficam do restante arquipélago, são penalizadas pela dificuldade nas acessibilidades, serem ainda penalizadas nas telecomunicações, isto compromete gravemente um desígnio, o primeiro desígnio da Autonomia, que é exatamente o da harmonização e da redução de assimetrias internas.

O CDS/PP nunca puxou para si louros nesta luta. O CDS/PP sempre se associou à luta dos cidadãos das Flores e do Corvo pela fibra ótica, por entendê-la justa.

Nunca se pôs em bicos de pés, ao contrário de outros, e obviamente tem histórico nesta matéria, nomeadamente um projeto de resolução, aprovado por unanimidade nesta casa em maio de 2009, e em várias intervenções neste e noutros fóruns relativos a essa matéria. Nunca deixamos de pugnar por isso.

Vemos com agrado que os cidadãos se organizem agora de forma a transformá-lo em petição, também para lhe tirar um bocado o ónus político, que é sempre desejável.

Inclusive, na Assembleia da República, o Deputado João Almeida, do CDS/PP, Vice-Presidente da bancada parlamentar, já questionou o Sr. Ministro da Economia exatamente sobre a questão da calendarização pormenorizada que se pretende.

Estamos todos a aguardar resposta para que este desígnio que consideramos que é regional, que não é apenas das Flores e do Corvo, é uma responsabilidade de todos nós, se concretize.

Neste momento há verba, há o visto do Tribunal de Contas. Falta apenas a concretização do empreendimento, porque é dever de todos nós pugnar para que acabemos com um serviço de má qualidade com que a PT neste momento presenteia os florentinos e corvinos que pagam um serviço de qualidade muito superior àquele que efetivamente usufruem.

Muito obrigado.

Presidente: Continuam abertas as inscrições.

Sr. Deputado José Gabriel Eduardo tem a palavra.

(*) **Deputado José Gabriel Eduardo (PS):** Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Antes de mais louvar a iniciativa de participação cívica e ativa dos cidadãos sobre um assunto que nada tem de novo, bem pelo contrário, já tem barbas de tão velho que é.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Barbas rosa!

O Orador: Esta petição surge neste momento não para saber se teremos ou não a ligação ao cabo, porque esse assunto ficou (esperam os corvinos e esperam os florentinos) resolvido com a assinatura do contrato da instalação da Redes Nova Geração e da ligação do cabo de fibra ótica às ilhas das Flores e do Corvo a todo o arquipélago e ao continente.

Também se sabe o montante deste contrato. Envolve um investimento no montante de 20 milhões de euros.

Também sabemos que este contrato já foi alvo de avaliação por parte do Tribunal de Contas, tendo recebido aval positivo.

Portanto, esta petição, como já foi dito nesta câmara pela intervenção que me antecedeu, é da iniciativa popular e não tem o cariz político que se reveste.

Posto isto (tem que se louvar novamente a iniciativa ativa dos peticionários), será escusado falarmos de protagonistas quanto a este assunto...

Deputado João Costa (PSD): Não convém!

O Orador: ... porque todos sabemos que se é um problema rosa, digamos que do pecado original fica nesta matéria o Partido Socialista livre dele.

Deputado Paulo Rosa (CDS/PP): Mas o Sr. Deputado Artur Lima não falou!

O Orador: Nos apartes. Eu ouvi. Eu ouço bem, aliás, é ouvido de músico, sem dúvida.

Deputado Rui Ramos (PSD): Chama-se a isso violinos!

O Orador: Também, também!

Só uma palavra para todos aqueles que eventualmente, por vezes, de forma atabalhoada e até um pouco ... Sr. Deputado Paulo Rosa, tenho que lhe pedir...

Deputado Paulo Rosa (CDS/PP): Não lhe posso responder, Sr. Deputado!

O Orador: ... que não tente dizer que houve inércia durante esses anos todos e que só agora se acordou com uma carta.

Eu também estou à espera da resposta do suposto padrinho João Almeida, (a sua bancada está agora em condições de pressionar)...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Não é suposto!

Deputado Paulo Rosa (CDS/PP): É padrinho oficial!

O Orador: É padrinho? Pronto. Como eu não fui à cerimónia do batizado...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Nem podia ir!

O Orador: Nem podia ir, exatamente.

De qualquer forma, fico à espera (uma vez que os senhores agora são os protagonistas de uma grande relação e que vão apregoar isso nas próximas campanhas, como já hoje foi dito nesta sala, estão próximos do Governo da República, vão resolver os problemas dos Açores e dos açorianos) da resposta do padrinho dos Açores quanto à calendarização. É exatamente o alvo dessa petição.

Deputado Ricardo Cabral (PS): Muito bem!

O Orador: Também digo que daquilo que sabemos, e em resposta à referida carta que mencionou, a instalação das Redes de Nova Geração vai avançar neste primeiro trimestre de 2012. A partir daí, calculamos e esperamos que o cabo venha atrás.

Deputado Paulo Rosa (CDS/PP): A reboque!

O Orador: A reboque.

Quanto à paternidade desta iniciativa ou desta obra, penso que não vamos entrar por aí neste momento.

Deputado João Costa (PSD): Não convém!

O Orador: Acho que a petição é de cariz popular.

Quero deixar só uma questão:

Neste momento, posto isto, o que interessa aqui é a intenção. Que seja dada consequência a esta iniciativa dos peticionários e que esta Assembleia procure efetivamente saber desta calendarização e da execução desta empreitada.

Mesmo com esta paternidade que já se torna há tantos anos infame, espero que o cabo nasça, mesmo que órfão de pai e mãe.

Os corvinos e os florentinos agradecem.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Sra. Deputada Zuraida Soares tem a palavra.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Obrigada.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

O Bloco de Esquerda quer associar-se a esta unanimidade, louvável, no nosso Parlamento...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Não consegue dizer isso sem uma pontinha de ironia!

A Oradora: ... de reconhecimento pela iniciativa cívica destes 339 cidadãos, a quem também felicitamos, reconhecendo-lhes evidentemente toda a razão e toda a legitimidade.

Nem é preciso fazer grandes desenvolvimentos teóricos. Basta ler as duas primeiras linhas do texto da Petição onde estes 339 cidadãos dizem que há mais de uma década, aproximadamente 12 anos, que as populações das Ilhas das Flores e do Corvo vêm sendo ludibriadas com consecutivas promessas, nunca cumpridas, ora pelo PSD, ora pelo PSD/CDS, ora pelo PS, mas agora não é isso que está aqui em discussão, o laranja ou o rosa (às vezes as coras acabam por degenerar um bocadinho).

Deputado Aníbal Pires (PCP): E o vermelho?

Deputado Mark Marques (PSD): Vermelho é que nunca chega lá!

A Oradora: O que está em questão é que estes cidadãos florentinos e corvinos continuam à espera de uma coisa a que têm direito desde há 12 anos.

Já agora gostaria de acrescentar o seguinte:

Têm direito por uma razão muito simples, é que pagam e esta é uma questão que gostaria de levantar nesta câmara: como é que é possível uma empresa, neste caso a Portugal Telecom, cobrar às populações do Corvo e das Flores aquilo que cobra a qualquer outro cliente de São Miguel, da Terceira, da Graciosa, do Pico, do Faial ou de qualquer outra ilha, prestando-lhes um serviço que fica a menos de metade da qualidade a que está obrigada?

Isto é uma coisa extraordinária, completamente impune, com a maior das relevessas, diria mesmo com o maior dos descaramentos. Lesa, para não dizer rouba, na medida em que pagam por um serviço que não presta. Isto, na verdade, é inaceitável numa empresa como é a Portugal Telecom.

Finalmente, quando estes peticionários requerem que seja tornada pública a informação relativamente à calendarização do início da obra e das suas

diferentes fases no que diz respeito à extensão do cabo de fibra ótica às duas ilhas, às Flores e ao Corvo, eu, nesta matéria continuo sem perceber quem é que lhes vai responder.

De acordo com as informações prestadas pelo Governo Regional, esta resposta já foi dada. A obra vai ser iniciada, está tudo montado para que a obra seja iniciada.

A questão que os petiçãoários levantam é:

“Está bem. Já ouvimos isso. Há 12 anos que ouvimos dizer que a obra vai ser iniciada. Agora perguntamos quando? Qual é o calendário do início? Quais são as fases?”

Presidente do Governo Regional dos Açores (Carlos César): Está adjudicada a um concessionário!

A Oradora: E eu pergunto a esta câmara:

Quem é que vai desencadear o processo de auscultação para que estes petiçãoários não tenham já, não 12, mas daqui a bocado mais 13 anos de espera, já não só pelo cabo de fibra ótica, mas agora pela resposta a uma pergunta simples, que é, quando é que as obras começam? Quando é que esta obra vai ser de facto calendarizada por quem neste momento assumiu a responsabilidade e tem a obrigação de a fazer, que é a Portugal Telecom e a resposta dada pelo Governo da República?

Muito obrigada.

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

De facto, em relação a esta questão, os petiçãoários têm toda a razão. Há um atraso muito significativo em relação a esta obra, que é uma obra essencial tendo em conta a importância desta tecnologia para o desenvolvimento económico e social das populações.

Nesse sentido isto é algo que as Ilhas das Flores e do Corvo têm ficado cada vez mais para trás em relação aos restantes açorianos.

O problema tem vindo a incrementar-se. Eu próprio, que vivo na Ilha do Corvo desde o ano 2000, tenho verificado que de ano para ano, de mês para mês, a situação é cada vez mais grave.

Em determinadas horas na Ilha do Corvo – deixem-me dar-vos este testemunho – não consigo, pura e simplesmente, abrir o email. A questão é cada vez de maior gravidade.

Os peticionários estão desconfiados porque esta obra já vem no Programa do Governo Regional duas vezes, penso eu, e não foi concretizada. Nesse sentido os peticionários estão desconfiados. Será que é desta?

Penso que temos alguns dados para lhes dar, nomeadamente a obra está adjudicada. Esta é uma novidade e é um fator que nos permite pensar que, sim, é desta vez que isto se concretiza.

Presidente do Governo Regional dos Açores (Carlos César): Não é seguro, porque na Madeira todas as obras que estavam adjudicadas pararam!

O Orador: Sim. Mas aqui os Açores como a situação...

Presidente do Governo Regional dos Açores (Carlos César): É uma obra da República!

O Orador: Sim, mas como é realizada nos Açores e a situação é melhor, não existe tanta desconfiança, graças à gestão de V. Exa., não é prospetivável que isso venha a acontecer.

O que considero é que é necessário, enquanto a obra não se concretiza, que a PT não continue... Isto vai demorar algum tempo, vai demorar, no mínimo, um ano a ser concretizada a obra. Durante este ano, as pessoas, os corvinos e os florentinos vão continuar a ter um serviço de péssima qualidade ou, em determinados períodos do dia, no caso do Corvo, que é o que eu conheço melhor, não ter mesmo acesso ao serviço.

Mesmo prestando esse serviço que é péssimo, a PT cobra integralmente aquilo que está contratualizado por um serviço que não está a prestar. É isto que eu considero que são razões válidas para problematizar o comportamento da PT em relação ao exercício das suas funções e obrigações contratuais.

O facto é que a PT não cumpre o seu compromisso com os seus clientes das Ilhas das Flores e do Corvo. Não cumpre nem sequer 10% do compromisso que assume com os clientes.

Nesse sentido o PPM apresentou um projeto de resolução. Já vários partidos, anteriormente ao PPM, se preocuparam com esta questão e apresentaram outros projetos.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): O PPM a seguir aos outros partidos!

O Orador: O PPM apresentou depois de outros partidos.

Nesse sentido, aquilo que nos preocupa mais do que qualquer tipo de liderança de intervenção ou de liderança política, é resolver o problema concreto das pessoas.

Por isso é que nesse projeto de resolução, e respondendo às preocupações dos peticionários, o que pedimos é que esta câmara, este Parlamento possa agir de forma eficaz e objetiva a favor dos corvinos e florentinos que pagam um serviço que não têm.

Propomos que a câmara recomende ao Governo Regional que acione os mecanismos jurídicos que tem ao seu dispor, e os mecanismo institucionais, no sentido de obrigar aquela empresa a cumprir aquilo que está contratualizado ou no caso dessa empresa não o poder fazer, não cobrar por um serviço que não está a prestar.

Como isto não é um problema particular (não é um problema de um, de dois ou de três) é um problema que afeta o conjunto das populações do Corvo e das Flores, consideramos que, no âmbito do que está definido no Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, o Governo Regional tem a obrigação de agir para que possa proteger os interesses das pessoas e possa, de facto, proteger a população do Corvo e das Flores em relação a este serviço e em relação ao serviço prestado pela PT.

Por isso, estamos totalmente solidários com os peticionários e mais do que isso, mais do que esta solidariedade, queremos transmitir-lhes, através deste discurso, que estamos a fazer qualquer coisa de concreto que é, de facto, pedir

ao Governo Regional que possa acionar os mecanismos que tem à sua disposição e que tem como dever fazê-lo nas presentes circunstâncias.

Presidente: Sr. Deputado Aníbal Pires tem a palavra.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Uma palavra de saudação para esta iniciativa que nos é trazida aqui por um grupo de cidadãos.

Não vou prolongar muito a minha intervenção relativamente à pertinência e justiça desta petição. Já muito foi dito sobre isso. O PCP/Açores tem um longo histórico de intervenção sobre esta questão. Os deputados que me antecederam, o Deputado Paulo Valadão e o Deputado José Decq Mota, trouxeram aqui estas questões muitas vezes.

Presidente do Governo Regional dos Açores (Carlos César): E antes deles já tínhamos falado!

O Orador: Mas foi o Sr. Presidente do Governo Regional que foi atrasando o problema. Foi o Governo do Partido Socialista que atrasou a instalação, já que vamos para aí...

Presidente do Governo Regional dos Açores (Carlos César): Foi o Partido Socialista que lançou o concurso e adjudicou!

O Orador: Mas também foi o Governo Regional dos Açores que deixou de fora as Ilhas do Grupo Ocidental quando foi da instalação...

Presidente do Governo Regional dos Açores (Carlos César): Não foi, não senhor!

O Orador: ... do cabo de fibra ótica.

Sr. Presidente, sabemos muito bem que essa foi uma opção do Governo Regional que V. Exa. preside. Tem muitos méritos, mas também tem alguns deméritos. E este é um dos seus deméritos, foi V. Exa. ter atrasado o processo de ligação das Flores e do Corvo...

Presidente do Governo Regional dos Açores (Carlos César): Foi a Dra. Berta Cabral!

O Orador: ... ao anel de fibra óptica.

Presidente do Governo Regional dos Açores (*Carlos César*): Não foi!

O Orador: Foi sim senhor. O Sr. Presidente do Governo Regional devia ter mais algum cuidado nos seus apartes.

Presidente do Governo Regional dos Açores (*Carlos César*): Isso foi no tempo da Dra. Berta Cabral!

Deputado José Gaspar (*PS*): O senhor vire-se para o outro lado, não se vire para aqui!

O Orador: Eu sei. Mas o Sr. Presidente podia ter resolvido o problema na altura certa, emendando o erro que a Dra. Berta Cabral então fez.

Deputado Clélio Meneses (*PSD*): Isso resolve-se em 100 dias!

Presidente do Governo Regional dos Açores (*Carlos César*): Eu estava sentado no lugar onde se senta o Dr. Clélio Meneses!

Deputado Jorge Macedo (*PSD*): Já lá vão 15 anos!

O Orador: Pois, Sr. Presidente do Governo. Sim, sim!

Temos, portanto, um longo histórico de reivindicação das Flores e do Corvo, o Grupo Ocidental, para aceder ao anel de fibra ótica e ter as mesmas condições que todos os outros açorianos têm às novas tecnologias de informação e comunicação em banda larga e com a velocidade que é conveniente para utilizar esses meios.

Vamos à história. A história acabou.

O Grupo Parlamentar do PCP, na Assembleia da República, vai apresentar um requerimento, com um conjunto de perguntas ...

Deputado Artur Lima (*CDS/PP*): Já vai tarde!

O Orador: ... ao Ministro da Economia e do Emprego, sobre, não só a calendarização, como procurando saber quando é que entrará em funcionamento, bem assim como...

Deputado Artur Lima (*CDS/PP*): Isso já está feito. Não vale a pena!

Deputada Catarina Furtado (*PS*): Sr. Deputado... E é *blu-ray*!

Presidente: Sr. Deputado Aníbal Pires, faça favor de continuar.

O Orador: Só risca quando eu quero.

... se o Governo da República tem alguma intenção de garantir a melhoria do serviço que entretanto presta...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Sr. Deputado, está aqui a proposta. Posso oferecê-la!

O Orador: ... àquelas populações enquanto não se estabelece a ligação ao cabo de fibra ótica.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Srs. Deputados, só para tentar dar o esclarecimento possível, que me ocorre, à Sra. Deputado Zuraída Soares, relativamente à questão que colocou da calendarização.

Este relatório será, conforme ele próprio recomenda, enviado, quer ao Presidente do Conselho de Administração da Portugal Telecom, quer ao Sr. Primeiro-Ministro, que poderão, eventualmente, quando o receberem, resolver officiar e responder alguma coisa à Assembleia.

Se o fizerem, obviamente serão notificados, quer os líderes parlamentares, conforme é habitual, quer os peticionários, através do primeiro subscritor.

Além do mais, como foi aqui referido, neste Parlamento, ou eventualmente noutros, quem tiver essa representação, pode (através de requerimentos, de resoluções) tomar algumas iniciativas que levem efetivamente a suscitar esse tipo de resposta ou outras, Sra. Deputada.

Vamos prosseguir na nossa Agenda.

Houve aqui uma troca do ponto 7 com o ponto 8 da Agenda. Vamos agora discutir a **Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 26/2011 – “quarta alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 28/2000/A, de 10 de agosto, que estabelece o regime de licenciamento, de exploração e registo de máquinas de diversão”**.

Para apresentar o diploma tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Presidência.

(*) **Secretário Regional da Presidência (André Bradford):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente, até porque a alteração não implica, presumo eu, uma explicação muito prolongada, para transmitir a esta casa que o Governo pretende alterar (sugere ou propõe a alteração) o Decreto Legislativo Regional n.º 26/2011, relativo ao regime de licenciamento, de exploração e registo de máquinas de diversão.

Este diploma já foi objeto de outras alterações, anteriores a esta, mais de fundo, umas relacionadas com a proximidade deste tipo de estabelecimentos, dos estabelecimentos de ensino, outras relativas à fiscalização, outras ainda que tinham a ver com uma tentativa de desburocratizar e simplificar administrativamente o processo.

Desta feita, trata-se de algo mais concreto e apenas relativo ao artigo 17º do diploma, nº 4 e ao facto de ser permitida a possibilidade de nesses estabelecimentos haver máquinas de dispensa de bebidas não alcoólicas.

O registo e o sistema de licenciamento dessas máquinas estava diretamente relacionado com legislação nacional que foi alterada recentemente e que tornou desadequado aquilo que estava previsto no diploma regional.

Tornou também mais difícil, até mesmo quase impossível, a harmonização do que estava estabelecido a nível regional com o que dispõe agora o normativo nacional.

Nesse sentido, propõe o Governo que se altere a redação desse nº 4 do artigo 17º, permitindo que o processo de licenciamento dessas máquinas de dispensa de bebidas não alcoólicas fique harmonizado, fique articulado com o que se prevê a nível nacional.

É apenas essa alteração que agora se submete a este Parlamento.

Obrigado.

Presidente: Estão abertas as inscrições, Sras. e Srs. Deputados.

Creio não haver. Assim sendo passamos para a votação na generalidade.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: Na generalidade o diploma foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Creio que posso colocar à votação, na especialidade, os artigos 1º, 2º e 3º, em conjunto. Assim farei.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: Os artigos apresentados foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Votação final global.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: Em votação final global o diploma foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, por deliberação unânime da Conferência de Líderes, hoje ficamos por aqui.

Retomamos os nossos trabalhos amanhã pelas 10 horas da manhã com a interpelação do PP sobre saúde.

Muito obrigado. Boa tarde e até amanhã.

Eram 18 horas e 31 minutos.

Deputados que entraram durante a Sessão:

Partido Social Democrata (PSD)

António Lima Cardoso **Ventura**

Cláudio Borges **Almeida**

Jorge Manuel de Almada **Macedo**

Partido Popular (CDS/PP)

Pedro Miguel **Medina** Rodrigo Raposo

Deputados que faltaram à Sessão:

Partido Socialista (PS)

Alzira Maria de Serpa e **Silva**

(*) Texto não revisto pelo orador

Documento entrado

Listagem da correspondência:

1 – Projeto de Proposta de Lei:

Assunto: Aprova o quadro de referência para a elaboração dos Códigos de conduta e de ética - PCM (M.Justiça) - (Reg. PL 37/2012) - n.º 187

Autor: Gabinete do Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2012 – 01 – 06

Comissão: Política Geral

Data limite do parecer: 2012 – 02 – 27.

2 – Projetos de Decreto-Lei:

Assunto: Procede à terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 2/2008, de 4 de janeiro, integrando a gestão do Programa da Rede Rural Nacional (PRRN) na autoridade de gestão do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente (PRODER) e extinguindo a autoridade de gestão do PRRN - MAMAOT - (Reg. DL 42/2012) - n.º 186/IX

Autor: Gabinete do Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2012 – 01 – 30

Comissão: Economia

Data limite do parecer: 2012 – 02 – 08;

Assunto: Procede à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 127/2010, de 30 de novembro, que aprova o regime do Pessoal Especializado do Ministério dos Negócios Estrangeiros - MNE - (Reg. DL 53/2012) – n.º 188/IX

Autor: Gabinete do Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2012 – 02 – 07

Comissão: Política Geral

Data limite do parecer: 2012 – 02 – 27;

Assunto: Aprova as normas técnicas do Programa de Erradicação da Doença de Aujeszky - MAMAOT (Reg. DL 68/2012) – n.º 189/IX

Autor: Gabinete do Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2012 – 02 – 08

Comissão: Economia

Data limite do parecer: 2012 – 02 – 17.

3 – Projectos de Lei:

Assunto: Estabelece as bases da política do ambiente n.º 154/XII - n.º 178/IX

Autor: Gabinete da Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2012 – 02 – 01

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data limite do parecer: 2012 – 02 – 22;

Assunto: Cria o Banco Público de Terras Agrícolas para arrendamento rural (vigésima terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 287/2003, de 12 de novembro) - n.º 151/XII - n.º177/IX

Autor: Gabinete da Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2012 – 02 – 01

Comissão: Economia

Data limite do parecer: 2012 – 02 – 22.

4 – Proposta de Decreto Legislativo Regional:

Assunto: [Regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial - n.º 1/2012](#)

Autor: Governo

Data de Entrada: 2012 – 01 – 26

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data limite do parecer: 2012 – 02 – 27;

Assunto: [Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 3/2012 - Estabelece o Regime Jurídico de revelação e aproveitamento de bens naturais existentes na crosta terrestre, genericamente designados por recursos geológicos, integrados ou não no domínio público, do território terrestre e marinho da Região Autónoma dos Açores.](#)

Autor: Governo

Data de Entrada: 2012 – 02 – 13.

5 – Projeto de Decreto Legislativo Regional:

Assunto: [Cria um apoio extraordinário para os funcionários da Administração Regional que foram abrangidos pela suspensão de subsídios prevista no artigo 21.º da Lei 64-B/2011, de 30 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para 2012" - n.º 4/2012](#)

Autor: PCP

Data de Entrada: 2012 – 01 – 02

Informação: Indeferida a admissibilidade nos termos da alínea d), do artigo 22.º do Regime

Despacho: 06-02-2012.

6 – Projeto de Resolução:

Assunto: [Recomenda ao Governo Regional que cancele o projeto de construção de um campo de golfe e adote medidas de melhoria das acessibilidades e apoio ao desenvolvimento do turismo sustentável na ilha de Santa Maria - n.º 6/2012](#)

Autor: PCP

Data de Entrada: 2012 – 02 – 03

Comissão: Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão;

Assunto: [Estudos de impacto nas negociações comerciais – n.º 5/2012](#)

Autor: PSD

Data de Entrada: 2012 – 02 – 03

Comissão: Política Geral

Data limite do parecer: 2012 – 03 – 06;

Assunto: [Fundo de reestruturação empresarial dos Açores \(FREA\) – n.º 7/2012](#)

Autor: PSD

Data de Entrada: 2012 – 02 – 06

Comissão: Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão;

Assunto: [Tempo de serviço prestado pela\(o\)s Educadora\(e\)s de Infância, em creche e atelier de tempos livres \(ATL\), para efeitos de cálculo da graduação profissional em processo de concurso do pessoal docente – n.º 8/2012](#)

Autor: BE

Data de Entrada: 2012 – 02 – 08

Comissão: Assuntos Sociais

Data limite do parecer: 2012 – 03 – 08.

7 – Requerimentos:

Assunto: [Ligações Pico-Lisboa pela SATA](#)

Autores: Cláudio Lopes e Duarte Freitas (PSD)

Data de Entrada: 2012.01.27

Referência: 54.03.06 – N.º 582/IX;

Assunto: [Cobertura da área comercial das Portas do Mar](#)

Autor: Pedro Medina (CDS/PP)

Data de Entrada: 2012.02.01

Referência: 54.01.02 – N.º 583/IX;

Assunto: [Ribeira do Belo Jardim/Casa da Ribeira aguarda intervenção há dois anos](#)

Autores: Paulo Ribeiro, Clélio Meneses e António Ventura (PSD)

Data de Entrada: 2012.02.03

Referência: 54.03.03 – N.º 584/IX;

Assunto: [Auditoria do Tribunal de Contas](#)

Autor: António Pedro Costa (PSD)

Data de Entrada: 2012.02.06

Referência: 54.03.00 – N.º 585/IX;

Assunto: [Contrato de concessão assinado entre a Secretaria Regional da Ciência, Tecnologia e Equipamentos e a TSM](#)

Autor: Mário Moniz (BE)

Data de Entrada: 2012.02.07

Referência: 54.06.01 – N.º 586/IX;

Assunto: [Ajuste direto: Brand Builders Advertising Consultants Marketing e Publicidade, Lda.](#)

Autor: Artur Lima (CDS/PP)

Data de Entrada: 2012.02.10

Referência: 54.01.00 – N.º 587/IX.

8 – Respostas a Requerimentos:

Assunto: [Distribuição do Sinal TDT](#)

Proveniência: Gabinete da Presidência

Data de Entrada: 2012.02.01

Referência: 54.03.00 – N.º 569/IX;

Assunto: [Cedência de terrenos das termas do Varadouro ao Município da Horta](#)

Proveniência: Gabinete da Presidência

Data de Entrada: 2012.02.01

Referência: 54.03.07– N.º 556/IX;

Assunto: [BIZEX](#)

Proveniência: Gabinete da Presidência

Data de Entrada: 2012.02.01

Referência: 54.03.07– N.º 566/IX;

Assunto: [Dívidas do Serviço Regional de Saúde põem em causa salários](#)

Proveniência: Gabinete da Presidência

Data de Entrada: 2012.02.06

Referência: 54.03.00– N.º 574/IX;

Assunto: [Bolsa Regional aos Estudantes do Ensino Superior](#)

Proveniência: Gabinete da Presidência

Data de Entrada: 2012.02.10

Referência: 54.06.00– N.º 576/IX;

Assunto: [Mudança de grua do porto da Calheta](#)

Proveniência: Gabinete da Presidência

Data de Entrada: 2012.02.10

Referência: 54.01.05– N.º 581/IX;

Assunto: [Ação - Promoção de hábitos de vida saudáveis](#)

Proveniência: Gabinete da Presidência

Data de Entrada: 2012.02.10

Referência: 54.06.00– N.º 573/IX.

9 – Comunicações/Informações:

Assunto: Ofício a enviar Moção de Rejeição – Documento Verde da Reforma Administração Local

Proveniência: O Presidente da Junta de Freguesia de Fajã de Cima, José do Rego Furtado

Data de Entrada: 2012.01.30;

Assunto: Parecer – Reforma Administração Local

Proveniência: O Presidente do Conselho de Ilha, Rui Alexandre dos Reis Arruda

Data de Entrada: 2012.01.30;

Assunto: Ofício a solicitar pedido de autorização para depoimento, na qualidade de testemunha, do Sr. Deputado Regional Francisco Silva Álvares, no âmbito do processo comum (Tribunal Singular), n.º 47/09.1TAPVC

Proveniência: O Juiz de Direito do Tribunal da Povoação

Data de Entrada: 2012.02.02;

Assunto: Ofício a solicitar pedido de autorização para depoimento do Sr. Deputado Regional Francisco Silva Álvares, (Tribunal Singular), n.º 47/09.1TAPVC) - envio da peça processual

Proveniência: O Juiz de Direito do Tribunal da Povoação

Data de Entrada: 2012.02.06;

Assunto: Ofício a solicitar Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão do Projecto de Resolução - “Recomenda ao Governo Regional que cancele o projeto de construção de um campo de golfe e adote medidas de melhoria das acessibilidades e apoio ao desenvolvimento do turismo sustentável na ilha de Santa Maria” - n.º 6/2012

Autor: PCP

Data de Entrada: 2012 – 02 – 03;

Assunto: Ofício a retirar o requerimento de declaração do Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão do Projecto de Resolução – “Recomenda ao Governo Regional que cancele o projeto de construção de um campo de golfe e adote medidas de melhoria das acessibilidades e apoio ao desenvolvimento do turismo sustentável na ilha de Santa Maria” - nº 6/2012

Autor: PCP

Data de Entrada: 2012 – 02 – 13;

Assunto: Ofício a solicitar Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão da Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 2/2012 - Procede à primeira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 11/2007/A, de 22 de maio, que estabelece o regime jurídico da publicidade e do patrocínio dos produtos do tabaco na Região Autónoma dos Açores

Autor: Governo

Data de Entrada: 2012 – 02 – 13;

Assunto: Ofício a solicitar Pedido de Urgência sobre a Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 3/2012 - Estabelece o Regime Jurídico de revelação e aproveitamento de bens naturais existentes na crosta terrestre, genericamente designados por recursos geológicos, integrados ou não no domínio público, do território terrestre e marinho da Região Autónoma dos Açores.

Autor: Governo

Data de Entrada: 2012 – 02 – 13;

Assunto: Ofício a solicitar Interpelação ao Governo Regional - Abertura de um Debate sobre Saúde.

Autor: CDS/PP

Data de Entrada: 2012 – 02 – 03;

Assunto: Email expressando o desagrado sobre a aprovação do Voto de Protesto - Comportamento irresponsável e desrespeitador da nossa Autonomia.

Autor: Dr. Manuel Villaverde Cabral

Data de Entrada: 2012 – 02 – 03;

Assunto: Ofício a solicitar o agendamento de urgência sobre o conteúdo do Acordo de Cooperação e Entendimento que está a ser negociado entre o Governo da República e o Governo Regional dos Açores

Autor: PPM

Data de Entrada: 2012 – 02 – 06;

Assunto: Ofício a solicitar pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão Fundo de reestruturação empresarial dos Açores (FREA) – n.º 7/2012

Autor: PSD

Data de Entrada: 2012 – 02 – 06;

Assunto: Ofício sobre a Representação dos Pescadores no Fundo Pesca

Autor: A direção do Sindicato dos Pescadores da Ilha Terceira

Data de Entrada: 2012 – FEVEREIRO – 06;

Assunto: Ofício a comunicar a demissão de relator do Sr. Deputado Francisco César e sua substituição pelo Sr. Deputado Duarte Moreira, na reunião da Mesa de 2 de Fevereiro p.p..

Autor: O Presidente da Comissão, Dr. José de Sousa Rego

Data de Entrada: 2012 – 02 – 08;

Assunto: Requerimento de recurso para Plenário da decisão de indeferimento liminar de admissibilidade do Projeto de Decreto Legislativo regional n.º 4/2012 - "Cria um apoio extraordinário para os funcionários da Administração

Regional que foram abrangidos pela suspensão de subsídios prevista no artigo 21.º da Lei 64-B/2011, de 30 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para 2012".

Autor: A Representação Parlamentar do CDS/PP, Aníbal Pires

Data de Entrada: 2012 – 02 – 08;

Assunto: Na sequência da reunião da CAS, de 6 de Fevereiro, informa que as petições n.º s 1 e 2/2012 foram indeferidas liminarmente, por unanimidade, por falta de objeto do n.º 1 do artigo 2.º da Lei 43/90, de 10 de Agosto

Autor: A Presidente da Comissão de Assuntos Sociais; Catarina Furtado

Data de Entrada: 2012 – 02 – 07.

10 – Relatórios e Pareceres:

Assunto: [Petição n.º 15/2011 - Extensão do cabo de fibra ótica às ilhas das Flores e do Corvo](#)

Proveniência: Comissão de Política Geral

Entrada: 2012 – 02– 09;

Assunto: [Petição n.º 19/2011 - Alteração das atuais condições de trânsito da Rua da Miragaia](#)

Proveniência: Comissão de Política Geral

Entrada: 2012 – 02– 09;

Assunto: [Proposta de Decreto Legislativo Regional N.º 12/2012 que – “Aprova o Código de Ação Social dos Açores”](#).

Proveniência: Comissão de Assuntos Sociais

Entrada: 2012 – 02 – 09;

Assunto: [Relatório de atividades elaborado ao abrigo do artigo 103.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores](#)

Proveniência: Comissão de Economia

Entrada: 2012 – 02 – 10;

Assunto: [Projeto de Decreto-Lei que assegura a execução do regulamento \(CE\) n.º 1102/2008, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 22 de outubro de 2008, relativo à proibição da exportação de mercúrio metálico e de determinados compostos e misturas de mercúrio e o armazenamento seguro de mercúrio metálico - MAMAOT - \(REG. DL 38/2012\)](#)

Proveniência: Comissão de Economia

Entrada: 2012 – 02– 06;

Assunto: [Projeto de Decreto-Lei que - ”Procede à terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 2/2008, de 4 de janeiro, integrando a gestão do programa da rede rural nacional \(PRRN\) na autoridade de gestão do programa de desenvolvimento rural do continente \(PRODER\) e extinguindo a autoridade de gestão do PRRN” - MAMAOT - \(Reg. DL 42/2012\) - n.º 186](#)

Proveniência: Comissão de Economia

Entrada: 2012 – 02– 07;

Assunto: [Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º40/2011- Regime de Apoio ao Microcrédito Bancário nos Açores](#)

Proveniência: Comissão de Economia

Data de Entrada: 2012 – 02– 08;

Assunto: [Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 14/2011 – Primeira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 7/2010/A, de 5 de Março – Estabelece o regime jurídico aplicável ao transporte rodoviário de mercadorias por conta de outrem efetuado na Região Autónoma dos Açores por meio de veículos com peso bruto igual ou superior a 2500 kg](#)

Proveniência: Comissão de Economia

Entrada: 2012 – 02– 08;

Assunto: [Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 1/2012 – Revê o sistema de incentivos à produção de energia a partir de fontes renováveis - PROENERGIA](#)

Proveniência: Comissão de Economia

Entrada: 2012 – 02– 08;

Assunto: [Projeto de Resolução – Recomenda ao Governo Regional a ampliação, modernização e diversificação das valências do Porto da Casa, na ilha do Corvo](#)

Proveniência: Comissão de Economia

Entrada: 2012 – 02– 08;

Assunto: [Projeto de Resolução – Resolve recomendar ao Governo Regional dos Açores que promova as iniciativas de sua competência para promover o turismo religioso no ano de 2012](#)

Proveniência: Comissão de Economia

Entrada: 2012 – 02 – 08;

Assunto: [Projeto de Resolução – Criação de uma Comissão Eventual para Acompanhamento e Avaliação da Implementação das Políticas de Coesão](#)

Proveniência: Comissão de Economia

Entrada: 2012 – 02 – 08.

11 – Diários:

Estão presentes na Sessão Plenária os Diários n.º s 117, 118 e 119.

A redatora: Maria da Conceição Fraga Branco

